REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO

RIO GRANDE DO NORTE

Volumes — LIX — LX — LXI

Anos: 1967 — 1968 — 1969

— 1974 —

Editora Universitária

Natal - Rn.

A NOSSA PALAVRA

Edita-se mais um número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A última em 1971, (Editora Pongetti — Rio), enfeixou os volumes LVI — LVII — LVIII, referentes aos anos de 1964, 1965 e 1966.

Decerto, sofre um pequeno atraso a publicação desta revista. É que — reconheçamos — os auxílios pecuniários a este venerando Instituto se destinaram mais, nos dois anos pretéritos, às novas instalações e adaptações em sua sede. De qualquer forma representando serviços necessários e inadiáveis.

E essas ajudas partiram do Egrégio CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, através da compreensão e do apoio unânimes de seus eminentes membros.

Assim, como que dando melhor roupagem à entidade, com a limpeza total de sua sede própria, à rua da Conceição, n.º 622; com a organização do seu acervo bibliográfico, que alcança quase 50.000 livros, periódicos, jornais e folhetos esparsos, na verdade o coroamento dessas providências seria a publicação de outro número de sua valiosa revista, na qual se destacam trabalhos dos consócios Luís da Câmara Cascudo, Antonio Soares Filho, Tarcísio Medeiros, Manoel Rodrigues de Melo, Hélio Galvão, Manoel Varela de Albuquerque, Minervino Wanderley de Siqueira, além da colaboração do escritor José Bezerra Gomes.

Não olvidamos, também, o registro do falecimento dos inesquecíveis confrades Luiz Correia Soares de Araujo (13-08-67), Adalberto Soares de Araujo Amorim (20-08-68), Silvino Bezerra Neto (17-02-69) e Francisco Ivo Cavalcanti (11-03-69), numa justa e singela homenagem à memória de cada um, pelo que tanto fizeram em prol das letras e da cultura do Estado e do país.

Evidentemente, quando escrevemos "Uma justificativa", na página inicial da revista anterior, realçou-se que ainda no decorrer de 1971, editariamos o número LIX e outros subsequentes. Porém, não nos foi possível cumprir essa tarefa, apesar de nosso interesse e

dos que integram a Comissão de Estatutos e Redação da Revista, *os historiadores Luís da Câmara Cascudo, Tarcísio da Natividade Medeiros e Boanerges Januário Soares de Araujo.*

Por outro lado, queremos evidenciar que, dando sequência à publicação das atas, neste número se inserem, no final, as atas das sessões realizadas pelo Instituto, de 24 de julho a 10 de dezembro de 1965. Pelo que se vê, não coincidem com os anos constantes desta revista. Mas isso deve-se à circunstância do número avultado de sessões e assembléias, que impossibilitou, de uma só vez, a divulgação de todas anteriormente, isto é, nos anos respectivos. Ficam, por isso, para as edições seguintes, as demais atas, nos limites permitidos pelas páginas da próxima revista, até serem as mesmas completamente reproduzidas. Este é um esclarecimento que não se poderia deixar de fazer.

Sem dúvida, o propósito desta presidência é divulgar, com a maior amplitude, o que se faz neste Instituto Histórico, contando sempre com o estímulo e o prestígio dos eminentes consócios.

Esperamos, ainda este ano, publicar mais um número desta revista. E, sinceramente, para sermos otimistas, até 1975 está em nossos planos, a sua atualização, elaborando-se, em brochura, também, para facilitar a pesquisa, um índice *completo dos assuntos estudados desde a primeira revista, que data de 1903.*

Afinal, deixamos o nosso agradecimento a todos os insígnes confrades e colaboradores; aos membros ilustres do CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, *na convicção de que, modesta e obstinadamente, orienta-nos, à frente desta "Casa da Memória", sobretudo elevar, cada vez mais, o Rio Grande do Norte, na valorização da Cultura, que é eterna.*

Natal (RN), 29 de março de 1974.

72.º da fundação do I.H.G.R.G.N.

ENÉLIO LIMA PETROVICH
— presidente —

SERTANEJO E AMAZÔNIA

LUIS DA CÂMARA CASCUDO
(sócio benemérito)

Não há família nordestina que não lembre um parente sepultado em cemitério amazônico. Quase cem anos abriu-se a porta d'água emigratória, tornando os rios sertanejos afluentes do Rio-Mar. Depois de 1930 é que o azimute da marcha rumou São Paulo na fascinação retribuitiva das indústrias fabris. Na segunda metade do séc. XIX cada seca nos sertões fazia ouvir a solução única para o homem faminto, sadio, inconformado na miséria cíclica da paisagem de bromélias e cactáceas. Ia para a borracha! Derramaram-se em centenas de milhares pelas regiões do Pará, Amazonas, Acre. Se houvesse chovido no Sertão, Plácido de Castro não teria seus guerreiros ágeis, enxutos, incansáveis. A quase totalidade não regressou. Dormia na Morte ou prolongava a vida nas proles de etnias, confusas e resistentes como macambiras.

O processo de aclimatação apenas interrompia-se nas malárias e feridas brabas. A base alimentar seria imutável na farinha de mandioca, carnes assadas ou tostadas, afogueadas, incluindo peixes e aves. Peixes fluviais e lacustres, ajustando o paladar do Extremo-Norte. Pouco cozido. Ausência de verduras. Frutas ocasionais provadas **por fruta.** Raro sal suficiente. Açúcar bruto ou deleite da rapadura pelo ousado plantio de canaviais, teimosos e curtos, onde a gemente engenhoca pingava a soberana cachaça, também alcançada pela fermentação da garapa azeda.

Louça de barro, sumária e prática com o acessório da asa e tampa, esta ignorada pelo indígena. Ornamentação mínima, em tinta branca, plagiando sem saber o estilo cerâmico marajoara. Vasos indispensáveis oferecidos pelas curcubitáceas. Pouca confiança nos artifícios do primarismo nativo, capturadores de caça maior.

A **fiança** era a pólvora. Depois, o onipotente Winchester 44, sentenceador imediato das questões emergentes. As mesmas do Sertão: terra, eleição, mulher. Armas, brancas tradicionais, terçado, facão, faca-de-ponta, útil na defesa do corpo-a-corpo e extração de sevandijas, pertubadores de caminhantes descalços.

O MUNDO-VERDE, povoado de assombros, aturdia-o. Adaptação psicológica total. Acreditaria em tudo quanto o **caboco** temia. Cobra Grande, Curupira, Matintaperê, agourando como a Tincuã, o agigantado Mapinguari gritador, a onça Maneta, apenas visível no rosto e no ataque mortal, e, em certas zonas, os Anhangas, espectros de animais, como os Zumbis do Nordeste.

Aproximando-se das cidades, ouvia a Pajelança terapêutica e dessimanadora de autodefesas mágicas. Era a vez do Uirapuru, do Olho-de-Boto, raiz de Piripiroca cheirosa, cera de Caiuru, carajuru-da-Lua, **preparados** com o sopro do Mestre para a Sorte específica, baralho, fêmea, negócios, valentia. Por esse meio, as Pussangas infalíveis, policolores, folhas, frutos, essências misteriosas da Flora, sumo de insetos brilhantes e difíceis. Culto a Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará. Um tanto as pessoas de vida-santa, donzelas sem pecado, viúvas abstêmicas, casadas mortas na injustiça do julgamento ou da fome sexual, feiticeiros solitários e tenebrosos, velhas sinistras e vagarosas, senhoras das rezas de esconjuros e mímica comandadora de fenômenos. Também antigos veteranos de seringais, envelhecidos na credulidade do Inexplicável, sacerdotes do Pavor impreciso das coisas sem forma, vivas na noite tropical.

A nomenclatura usual espalhava-se na dupla toponímia da terra próxima e distante, no amavio das recorda-

ções. Do Ceará em vante os igarapés, tarumãs, plantas comuns, batizam propriedades. No Rio Grande do Norte há o município Barcelona que não recorda Espanha mas um seringal amazônico, onde o padrinho do povoado trabalhara. Existem os distritos cearenses Curupira, Marajó, Ererê, Iara. Quantos nomes os torna-viagem semearam para o testemunho da emigração!

Do Piauí para baixo, até o Rio Goiana na fronteira da Paraíba, a imagem da Amazônia era uma presença doméstica no âmbito das velhas famílias fundamentais, plantadoras do povoamento. A percentagem mais alta participara da jornada que ficara constituindo uma hégira nas lembranças imóveis. Como uma peregrinação a Meca. Dizia-se apenas **o Norte,** e era bem uma posição fixa no horizonte, inflexível roteiro sedutor do Eldorado, atraindo irresistivelmente o ponteiro da bússola para o **norteamento** habitual.

O pernambucano e demais homens afoitos, abrangendo a imensidão da Bahia, tentavam o Sul na equivalência vantajosa dos níveis urbanos, Cidade do Recife, Cidade do Salvador, para Cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, que não tinham parança no crescimento.

As forças imanatórias da Amazônia produziam efeito restrito nas gentes litorâneas, semi-imunizadas pelo Atlântico. Os habitantes, dos vales úmidos, marcados pela chaminés açucareiras, abandonando cananáis e bagaceiras, orientavam-se para o pólo austral, Guanabara e águas paulistanas, raramente cedendo ao feitiço devorador da Boiúna setentrional. Semelhantemente ocorria aos baianos, nas gerações esquecidas do bandeirismo da Casa da Torre, sempre pensando no Rio de Janeiro, palco político e balcão ·comercial.

Iemanjá, Xangô, e tudo sequito dos Orixás sudaneses, não atravessam a linha do Zaire, na pista das Guinés, Congos e feiticeira Angola. Assim,, os duendes envolventes da Amazônia jamais atingiram as praias do São Francisco. Na ecologia local, a Cobra-Grande desfalece nas águas salgadas do Mar.

O Povo Sertanejo constituiu o fornecedor emigratório, bandeirantes sem chefes, caçando Borracha e não preando indígenas e farejando ouro no labirinto potamológico da Amazônia. Fora o sertanejo, magro, lacônico, andejo no exercício pastoril, frugal e crédulo; organismo onde o Sol capitalizara reforços miraculosos na química dos hormônios, o elemento fiel à disciplina do apelo das Icamiabas e dos botos em suas inesgotáveis promessas impossíveis. O sertanejo seria o predestinado a procurar Manôa e seu lago orlado de ouro, o clima ajustara-o à contumácia defensiva, à precária suficiência nutritiva, despindo-o dos excessos adiposos, ampliando nos peitorais a capacidade respiratória, fazendo-o alimentar-se de carnes sem sumo, o sal que elas próprias contivessem, peixes d'água doce; o pé infatigável nas caçadas pobres, pau de abelhas ferozes, pesca de açude e poço, enfrentar onça a foice curta. Autonomia lúcida com instrumental mínimo, artesanato laborioso, viola, pandeiro, palma-de-mão, depois a harmônica, sanfona valendo orquestra, dança de roda, solo e refrão que reuniam a colaboração funcional dos bailarinos, possuía todos os atributos exteriorizadores da alegria humilde e legítima, produto grupal sem contratar profissional. Repeteria esse patrimônio no barracão do seringal, unitário e coletivo, dependente e autárquico, refazendo o seu mundo na perpetuidade da memória, cantando no Xingu e no Madeira como cantara no Crato e no Seridó. Não conhece tédio, morrinha, banzo. Não se suicida como os europeus coloniais. Persignase ao dormir. Dorme com luz porque o Anjo da Guarda se afasta das trevas. Tem o faro da orientação instintiva. Alivia todos os recalques num sonoro pontapé a um tronco de árvore, com o berro despejador das máguas comprimidas: **Arre! Com todos os Diabos! Vai p'rás Profundas, Excomungado!** O menor êxito rejuvenesce-o. Possui em potencial a juventude da Esperança!

Exilado pelas estiagens para o panorama das águas sem fim e das florestas ilimitadas, o nordestino não se fixa, como o **caboco** mestiço e nativo, nas enseadas do Rio-Rei nem no alucinante arquipélago ao poente da Marajó. Sobe

os rios contra a corrente, furando para as cabeceiras inonimadas, plantando a barraca onde silvavam as flechas caçadoras indígenas e perpassam as onças magnéticas. Lá ficará, amansando o deserto, como dizia Euclides da Cunha, disputando a permanência aos fantasmas do Medo, tradicional, positivando a invasão humana, alargando a geografia do ecúmeno pelo empurrão do peito atrevido. Será um cadáver sem nome mas a picada que o seu facão abriu na mata é o monumento irrecusável da presença dominadora, testemunhando o recuo da floresta selvagem ante a tenacidade anônima do exemplo.

Cavalcanti, Francisco de Sales Meira e Sá, Joaquim Homem de Siqueira Cavalcanti e Francisco de Albuquerque Melo, ou seja, 12 dos 21 desembargadores nomeados até 1925.

* * *

Vicente Simões Pereira de Lemos seguiu o itinerário da migração. Nascido em 28 de outubro de 1850, no Recife, formou-se em Direito em 1873, sendo, assim, colega de turma de Sílvio Romero e de Fernando Luis Osório, que alcançou o Supremo Tribunal Federal e era filho do General Osório, Marquês de Herval; foi contemporâneo de estudos de Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Almino Afonso, Martinho Garcez, Araripe Junior, Tomaz Pompeu, José Mariano, Guimarães Junior e outros luminares da nacionalidade. No ano seguinte da formatura, chegava ao Rio Grande do Norte, para exercer o cargo de promotor público de Macau, nomeado pelo Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Melo Filho. O pistolão deve ter sido do tio e preceptor de Lemos, o Dr. Manoel José Pereira de Melo, ou talvez do tio da noiva, o velho Figueirôa, do "Diário de Pernambuco", ambos gozando de influência na política de Pernambuco.

Dizia Marden que de duas coisas o homem não se arrepende na vida: "casar cedo e acordar cedo". Aos 24 anos de idade, Vicente de Lemos casa-se com Maria Olindina Bulcão de Lemos. Parece que foi amor à primeira vista, dado o curto período de tempo decorrido entre o primeiro olhar e o noivado. Ela mesma recorda no diário íntimo que escreveu:

> "No dia 5 de junho de 1870, casou-se minha irmã Tereza Amália dos Santos Bulcão com o nosso tio Dr. Felix de Figueirôa Faria. Nesse dia vi, pela primeira vêz, Vicente Simões Pereira de Lemos. Em 7 de julho desse mesmo ano pediu-me em casamento, e, a 17 de abril de 1875, nos casámos".

Contava Dona Maroca, como era conhecida a esposa de Vicente de Lemos, que, antes do pedido de casamento, certa noite rezou uma *Salve Rainha,* pedindo à Nossa Senhora para informá-la, em sonhos, se deveria aceitar o noivado. Sonhou, então, que se achava em uma festa familiar e que Lemos dela aproximava-se e dava-lhe um cravo. Era costume naquela época, nas reuniões em família, cumprindo regra do jogo da berlinda, a moça ir ao piano e cantar alguma modinha, quando recebia um cravo. Minha avó não se fez de rogada e, mesmo dormindo, disparou a cantoria, pela madrugada a dentro, acordando toda a família.

Cinco dias depois das núpcias, viajavam os nubentes do Recife para Macau. E os filhos foram sendo concebidos pelas comarcas do interior, onde o pai ia exercendo os cargos públicos. Aqui, per-

maneceu Lemos até o fim de seus dias e ninguém mais do que ele amou o Rio Grande do Norte. Não foi um amor lírico. Sacrificou a saúde na poeira dos arquivos, para que o território do Estado continuasse alargado com a região de Grossos; por duas vezes, ao tempo em que o exercício das funções era gratuito, integrou comissões de socorro aos flagelados das secas e a de 1877 encontrou-o lutando na frente de batalha do Caicó; fundou o Instituto Histórico e Geográfico, para perpetuar o registro de nossas tradições e, no dizer de Nestor Lima, tornou-se, nesta instituição, "o seu mais amado filho e intérprete".

* * *

A denominada *Questão de Grossos* constitui a fase judicial da secular divergência na fixação dos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte. Ingressando no Supremo Tribunal Federal em 1894, provocado o chamamento a Juízo pelo Governo do Ceará, a lide sofreu três julgamentos, todos favoráveis ao nosso Estado, sendo a última e definitiva decisão proferida em 17 de julho de 1920.

Quando a ação estava em andamento no Pretório Excelso, a Assembléia do Ceará, em 13 de julho de 1901, apreciava projeto que, seis dias depois, era convertido em lei, erigindo em vila e termo a povoação de Grossos, situada à margem esquerda do rio Mossoró e ao sul do morro do Tibau, portanto, em pleno território norte-rio-grandense. O ato legislativo, sancionado quando o processo estava em curso, constituía desapreço ao mais alto tribunal do país e criava delicada situação para a zona em litígio.

Em 1903, o Ceará cobrando impostos e a população de Grossos compelida a pagar tributos a dois governos, agravou de tal modo a pendência que, por pouco, não houve luta armada entre irmãos da mesma Pátria. Afinal, com a interferência do Presidente da República, entenderam-se os Chefes do Poder Executivo dos dois Estados-membros e deliberaram anular ordens já expedidas aguardar o pronunciamento da Justiça, medida conciliatória que vinha atender à fraternal amizade dos vizinhos.

Citado o Estado para acudir aos termos da ação intentada, o Governo comissionou Vicente de Lemos para pesquisar os arquivos em busca de documentação hábil e entender-se com Ruy Barbosa, constituído advogado do Rio Grande do Norte.

A campanha foi ingente. Rebuscando papéis e livros de atas do Brasil Colonial e do Império, usando lentes para decifrar caligrafias as mais difíceis, lavando papéis velhos com solução de tanino, para reavivar a letra dos escritos manuais, batendo os arquivos do Estado, Recife e Rio, imenso cabedal de documentos esparsos foi reconquistado à poeira, ao esquecimento e às traças. As feridas da luta

criaram distúrbios na visão, agravaram antigos padecimentos da locomoção, debilitando o organismo que foi presa fácil da "influenza espanhola", falecendo o Fundador aos 68 anos de idade. Menos de dois anos depois de sua morte, o Supremo Tribunal Federal, em magistral acórdão da lavra do Ministro Pedro Lessa e que se acha publicado na Revista do Instituto, desprezava os embargos opostos à decisão anterior e proclamava a vitória definitiva do Rio Grande do Norte.

Antes do oferecimento das razões finais pelo Réu, os autos no Supremo já contavam com 4.627 páginas, a grande maioria apensa pelo Ceará, que engravidara o processo com anexação de folhetos e artigos de jornais. Apontemos, nessa selva compacta, apenas uma das provas, para mostrar quanto Vicente de Lemos era cuidadoso e minucioso na organização dos subsídios para defesa do Estado.

O Autor da ação juntara aos autos um abaixo-assinado de pessoas residentes na região em litígio, todas favoráveis ao Ceará. A esse documento os patronos cearenses chamavam pomposamente de "plebiscito", acrescentando que "quem tem a população tem o solo".

Vicente de Lemos encetou o trabalho de contra-prova. No final, verificou-se que havia dezenas de assinaturas repetidas e que 197 assinantes da lista declaravam não haver assinado o documento do Ceará; demonstrou-se, ainda, que 60 outros moravam em pontos setentrionais de Tibau, em território cearense; 10 residiam em Areia Branca, fora do contestado; dois nas localidades de Areias e Caiçaras, no Ceará; 92 eram absolutamente desconhecidos nos lugares onde se diziam domiciliados. Deduzidos os enxertos, o plebiscito ficava reduzido a 85 votantes e, desses, muitos eram moradores de Francisco Solon, norte-rio-grandense que, por interesses comerciais, havia tomado o partido do Ceará. A essa contra-prova, Ruy Barbosa chamou "minucioso trabalho de análise e acareação entre os sinatários do plebiscito, notável pela paciência e exatidão".

Em 1904, Tavares de Lyra e Vicente de Lemos, em trabalho conjunto, publicaram "Apontamentos Sobre a Questão de Limites Entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte", em dois alentados volumes. Ressalta Ruy que, nesse trabalho, quando ainda inédito, estribou de preferência a defesa do Estado.

Se a Vicente de Lemos e Tavares de Lyra cabia o encargo maior, nem por isso estavam sozinhos. Uma plêiade de intelectuais acudiu em auxílio do reconhecimento dos direitos do Rio Grande do Norte, podendo-se citar, entre outros, Antonio José de Melo e Souza, José Leão Ferreira Souto, Francisco de Sales Meira e Sá e Pedro Soares de Araújo. Até os jovens foram convocados para a luta judiciária. Conta meu pai, em a "nota preliminar" de apresentação do Dicionário Histórico e Geográfico que publicou que, naquele tempo, simples estudante de direito, foi incumbido de copiar documentos e requerer certidões.

O Instituto Histórico nasceu no fragor da batalha de Grossos. Ao pesquisar documentos no Instituto de Arqueologia de Pernambuco, Lemos teve a inspiração de fundar sociedade congênere em Natal. Aqui chegando e manifestando sua idéia, recebeu franco apoio do Governador Alberto Maranhão e de um grupo de intelectuais, ocorrendo a instalação no dia 29 de março de 1902. É, portanto, a mais antiga instituição cultural do Estado, em funcionamento.

Da atividade do Fundador, disse Tavares de Lyra, em artigo publicado no número da Revista consagrado ao cinqüentenário da fundação:

> "Vicente de Lemos foi a verdadeira alma da nova instituição, criada por iniciativa sua e com o concurso inestimável do Governador Alberto Maranhão, a quem os intelectuais do tempo cognominaram, com justiça, o *Mecenas das letras potiguares*. Foi Lemos que lhe traçou, — às vezes discretamente para não ferir suscetibilidades de ninguém, — os rumos a seguir, redigindo seus estatutos, organizando sua biblioteca, angariando recursos para sua manutenção, promovendo a publicação regular da *Revista*... E, no tocante a esta, relembrarei um incidente que bem o define. Certo dia, quando eu presidia o Estado, pediu-me um artigo para ela. Recusei, alegando minhas ocupações de governante. Não se conformou com a recusa. Insistiu: "tenha paciência: faça-me este favor..." Relutei. Teve então esta expansão: "avalie o prestígio que nos advirá do fato de ser o governador um dos nossos colaboradores... "Sorri e comprometi-me a atendê-lo".

Terminado o trabalho de encaminhamento de provas para o Supremo Tribunal Federal, na *Questão de Grossos*, Vicente de Lemos havia adquirido o hábito, que não mais o largou, de estudar a nossa História. Passou a publicar, nos jornais, uma secção literária denominada "Papéis Velhos" e, em 1912, lançava o 1.º volume do livro "Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte", que Sebastião Fernandes, com inteiro apoio de Tavares de Lyra, chamou "a obra clássica do Instituto". Trabalho original, cuja matéria-prima são os documentos do Brasil-Colônia, buscados com paciência beneditina, durante anos, nos arquivos de Natal, Recife, Salvador e Rio, deixando Lemos angustiado, quando não achava a carta-patente de nomeação do capitão-mor; feliz, quando conseguia esclarecer definitivamente ponto controverso da História; novamente angustiado, quando encontrava o documento, porém roído pelas traças na parte essencial. Não havia letra ilegível para aquele homem que constantemente soprava a poeira para fazer ressurgir o passado. Relembrando a vida do Fundador, disse Luís da Câmara Cascudo que Vicente de Lemos era o "marco inicial" das pesquisas históricas no Estado.

Dificilmente encontra-se um homem que tenha prestado tantos serviços públicos gratuitos ao seu país. Gratuita foi a série de comissões e nomeações que recebeu do Governo da Republica, através de Portarias assinadas pelos Ministros de Estado, entre eles, Gonçalves Ferreira, Epitácio Pessoa e J. J. Seabra. Uma delas, datada de 15 de junho de 1905, subscrita pelo velho Seabra, trazia a nomeação para o cargo de Agente Auxiliar do Diretor do Arquivo Público Nacional no Estado. Acompanhando a portaria ministerial, veio um ofício do Diretor do Arquivo, especificando as atribuições e encargos do nomeado. Deveria dar busca e adquirir documentos históricos que se achavam arquivados em conventos, cartórios e arquivos das repartições, tais como a correspondência com a Métrópole e com diversas autoridades, sesmarias, processos políticos, etc. O ofício informava que o cargo era honorífico, portanto, todo o trabalho era gratuito, e o nomeado ainda deveria "pagar pequeno selo de verba".

Mas foi ao Rio Grande do Norte que prestou a maior soma de serviços não remunerados. Gratuita foi a comissão que recebeu para abastecer de documentos a batalha judicial de Grossos. Gratuito foi o comando para socorrer milhares de flagelados das secas, nas calamidades de 1877 e 1904. As obras editadas pelo Estado passavam pelo seu crivo. Em 27 de janeiro de 1913, o Governador Alberto Maranhão agradecia, em ofício, a catalogação e remodelação do Arquivo da Secretaria de Governo. Poucos sabem que Vicente de Lemos dirigiu pessoalmente a construção dos paredões do viaduto do Baldo, aproveitando o trabalho dos flagelados das secas.

Toda essa operosidade não o fazia esquecer o Instituto Histórico, que ele fundou, organizou, divulgou, dedicando o maior carinho. A Revista trazia sempre a sua colaboração original ou a transcriação de documentos importantes que ele ia encontrando na peregrinação pelos arquivos. Seu nome ilustre atravessou as fronteiras do Estado e era sócio correspondente dos Institutos do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

* * *

Os fenômenos psíquicos ocultos interessaram ao infatigável pesquisador. Fez muitas experiências telepáticas, apesar do protesto solene da esposa, que via, naquelas advinhações, artes de Satanaz. Daí, descambou para as sessões espíritas, no intuito de verificar se havia mesmo comunicação além-túmulo. Tudo indica que os resultados foram negativos, pois, não persistiu nas experiências. A filha Carlota, apontada como excelente "medium", dizia, muitos anos depois, que coisa alguma trouxera convencimento. Hoje, certamente, seria um estudioso da Parapsicologia.

Gostava da medicina. Diziam os amigos que o médico José Paulo Antunes era bacharel porque arrazoava processos no foro; e que o juiz Lemos era médico porque entendia de medicina. Conhecia, na receita manipulada, quais os ingredientes alérgicos ao seu organismo e ao da esposa, facilitando, assim, o serviço profissional do médico permanente da família, Dr. Manoel Varela Santiago, o amigo dedicado que chorou junto ao ataúde de Lemos.

Interessava-se pela mineralogia e colecionava pedras. Afirmava que nossa riqueza mineral era inesgotável e que o futuro econômico do Estado repousaria na exploração dos minérios.

Sempre o pesquisador. Investigava a História, a Medicina, as Ciências Ocultas, a Mineralogia. O amor à pesquisa, mola do desenvolvimento científico da humanidade, é uma dádiva divina concedida aos eleitos. Lemos foi bem aquinhoado na mercê. Estudava os velhos alfarrábios que registram a História com a mesma devoção que apontaram em Capistrano de Abreu; procurava descobrir os segredos da alma, investigando os fenômenos psíquicos, quando Freud começava a revelar o mundo do subconsciente; anteviu o futuro da riqueza mineral do Estado, muitos anos antes que sub-solo anunciasse o início da "era da chelita".

* * *

Lemos era alvo e de estatura acima da mediana. Cabelos aloirados. Por isso, quando jovem, era chamado "o moço loiro", alusão ao personagem que deu título ao romance de Joaquim Manoel de Macedo e que, naquela época, era leitura predileta das damas e donzelas. Seu tipo físico foi, certa vez, motivo de embaraço no alto sertão do Rio Grande do Norte.

Em viagem de montaria, pediu pousada, por uma noite, em uma casa isolada à margem da estrada. O casal de moradores recebeu com agrado o moço loiro. Durante o jantar, o hóspede percebeu o olhar insistente e embevecido da dona da casa. Lemos perturbou-se. Recordou a esposa distante. Para atenuar a situação embaraçosa, discorreu longamente, durante o repasto, sobre os deveres de marido e mulher e as excelências da fidelidade conjugal. Deve ter citado exemplos. Talvez o rumoroso caso da mulher de Putifar perseguindo José do Egito, em contraste com a pureza da bela Penélope, que recusou o amor dos gregos, aguardando anos a volta incerta de Ulisses. A eloqüência do sermão, no entanto, foi contra-producente. Agora, não eram somente os olhares lânguidos A mulher abria a boca, muda de admiração.

Finalmente, chegada a hora do repouso, Lemos, aterrado, verificou que a porta do quarto que lhe foi designado não tinha ferrolho, nem taramela. Encostou um tamborete na porta e passou a

noite em claro, assombrado ao mínimo rumor, receioso que, naquele sertão longínquo, fosse perpetrada tentativa de violação da lei mosaica. Pela manhã, moído pela insônia, meditava se teria havido realmente vitória do espírito contra a matéria ou apenas erro de perspectiva de sua parte, que deduzira o que não era para deduzir, imaginara o que não era para imaginar.

* * *

De sua passagem pela magistratura, conta-se que conhecia bem a doutrina e a jurisprudência e distinguia-se, sobretudo, pela fluência da linguagem e senso jurídico. O tribuno da abolição nas praças públicas do Assu, quando jovem promotor da comarca, conservou o dom da oratória e a elegância da palavra, manifestadas nos votos proferidos no Tribunal de Justiça.

Juiz íntegro, não se irritava com a ignorância, leviandade ou ou má fé das partes que o procuravam para insinuar interesse no julgamento. Às vezes, pilheriava sobre tais interferências exta-autos. De uma feita, quando se encontrava em visita ao Palácio do Governo, recebeu um charuto legítimo de Havana; dádiva de pessoa conceituada e parte em processo que se encontrava às vésperas de decisão do Tribunal. Conversando, em seguida, com o Governador Ferreira Chaves, disse mais ou menos o seguinte: "Fulano sabe que a situação dele, na causa, não é lá muito boa. E agora me dá este charuto. Será que está envenenado?" E referindo-se a um dos auxiliares do Governo: "Estou com vontade de dar o charuto a Sicrano, para ele experimentar". Assim, desfazia-se ironicamente do charuto, ele que fumava cigarros com piteira.

Poucos sabem o motivo por que a egrégia corte passou mais de quarenta anos sem realizar sessões ordinárias na Quarta-Feira de Trevas. Recordemos a causa para justificar o efeito. O Tribunal estava reunido, como acontecia todas as quartas-feiras, e da pauta constava recurso interposto na comarca de Macaíba. Em dado momento, dois desembargadores se desentenderam no julgamento do feito e os ânimos se exaltaram, havendo necessidade do Presidente suspender a sessão. O velho Læmos, sentado em sua cadeira de desembargador, cofiando as barbas, comentou: "isso tinha que acontecer. Quem julgou na Quarta-Feira de Trevas foi Pôncio Pilatos".

Daí em diante, a sessão ordinária da Semana Santa foi suprimida. Há poucos anos, quebraram a solução de continuidade. Houve sessão na Quarta-Feira de Trevas. Tomei, então precaução atávica, caso a reunião ordinária estivesse restaurada em definitivo, na Semana Santa. Se, no dia do Ofício das Trevas, fosse chamado a julgamento algum processo em que funcionasse como advogado, pediria adiamento...

Do espírito previdente e cuidadoso de Vicente de Lemos, conta-se, ainda, certo fato, aliás atribuído a outras pessoas, mas que Juvenal Lamartine assegurou ao nosso consócio Manoel Varela de Albuquerque que realmente ocorreu com o velho Lemos, e o Coronel Luis Pinheiro, antigo chefe político de Angicos, confirmava.

O anterior Palácio do Governo era situado à margem do Rio Potengi, na atual Rua Chile, onde hoje se acha instalada a Pensão "Wonder-Bar". Um dia, falou-se que o Governo estadual ia ser deposto, em conseqüência de mudanças políticas na esfera federal. O Governador, cercado de correligionários e amigos, acertava providências acauteladoras. Alguém propoz, então, que se puzesse uma lancha de sobreaviso, acostada ao fundo do prédio, prevenindo-se a fuga dos altos próceres governistas, acrescentando-se que o embarque poderia ser efetuado mediante ajuda de um pau colocado junto à janela, por onde os fugitivos escorregariam para a embarcação. Lemos, que estava presente, advertiu: "Vocês já pensaram na possibilidade de haver algum prego meio-cravado no pau"?

Era também homem extremamente sensível às manifestações de cortezia que lhe eram tributadas. Certo dia o jornal "A Imprensa", de propriedade do Coronel Francisco Cascudo, publicou artigo em que fazia largos elogios ao Fundador do Instituto. Na manhã seguinte, o velho Lemos entrava pela redação, com as pernas trôpegas, apoiado no braço do filho Belarmino. Vinha agradecer, sensibilizado, o noticiário da véspera. Na edição posterior, o jornal traz larga notícia sobre a honrosa visita de agradecimento, com elogios redobrados. Lá vem novamente o velho Lemos, arrastando as pernas, seguro no braço do filho, para reiterar sua gratidão. À saída, o jovem Luis da Câmara Cascudo, que trabalhava no jornal do progenitor, disse ao ouvido de Belarmino: "Amanhã, quem vai dar a notícia da nova visita, sou eu", respondendo o outro de bom-humor: "Dou-lhe umas bengaladas, se você fizer meu velho descer novamente à Ribeira".

* * *

O desembargador Lemos colaborou na redação da primitiva lei do montepio estadual, que é, talvez, a primeira legislação de previdência social surgida no país. Em uma das visitas que fez a Ruy Barbosa, aproveitou a oportunidade e mostrou-lhe o texto da lei, solicitando opinião. O maior dos nossos jurisconsultos guardou-a, adiantando-lhe que emitiria parecer depois de alguns dias. Quando o desembargador reapareceu, o grande Ruy devolveu a cópia, dizendo-lhe o seguinte: "Os senhores se adiantaram cinqüenta anos na solução de um problema social. A lei de montepio é perfeita. Jamais deixem alterá-la".

Durante meio século os legisladores acataram o conselho. Somente decorridos mais de cinqüenta anos ousaram elaborar outra. Lembro-me quando o projeto tramitou na Assembléia. Estremeci diante do tabu e, da tribuna, evoquei as palavras de Ruy Barbosa. Mas os novos tempos justificavam novos dispositivos. Ultimamente, foi reformulada e, dessa vez, com gravames aos direitos do funcionalismo, inclusive extinguindo o direito de reversão, que era a maior conquista do montepio. As novas concessões, realmente beneficentes, não superam o direito extinto.

* * *

Vicente de Lemos era tido como homem reservado e fechado para as pessoas com quem tinha pouco conhecimento. Era, porém, afável e brincalhão com aqueles que privavam de sua amizade. Seus amigos mais íntimos, fora da família, eram Ferreira Chaves, compadre e colega de turma da Faculdade, Manoel Moreira Dias e João Batista de Siqueira Cavalcanti, todos magistrados. Foi desembargador durante 19 anos e sempre residiu muito perto do Tribunal. Mas precisava sair de casa com larga antecedência da hora doinício das sessões. É que ia parando pelo caminho, para conversar com os amigos que ia encontrando. Grande conversador. Entretanto, não era o campeão das palestras. O título era conferido ao Delegado Fiscal, morador no bairro da Ribeira, que todos os dias subia a pé a Avenida Junqueira Aires, naquela época chamada "subida da ladeira", para o expediente na Repartição, localizada onde hoje fica o Quartel General. A meio do caminho, encontrava um amigo, que descia para trabalhar na Ribeira, e paravam para conversar. Quando a palestra terminava, não prosseguiam o trajeto. Cada um dava meia volta e retornava à residência, pois, àquela hora, o expediente nas repartições já havia sido encerrado.

* * *

A correspondência de Lemos era assídua. Suas cartas revelam o espírito dedicado à pesquisa histórica e o bom-humor que o acompanhava, mesmo quando a moléstia agravava os padecimentos físicos.

Quando o Ceará pleiteou a naturalidade de Dom Antônio Felipe Camarão, o irrequieto jornalista João Brígido mandava-lhe dizer que estava convencido de que "o caboclo é mesmo de vocês". As cartas de Tavares de Lyra mostravam a eterna tertúlia entre dois historiadores, conversando ambos sobre capitães-mores como se fossem pessoas de casa e recordando amiude episódios do Brasil-Colônia. A correspondência com o Barão de Studart era respeitosa e ambos não dispensavam o tratamento de Vossa Excelência.

Mas a do compadre Ferreira Chaves, quando este se achava no Governo ou no Senado, era sempre pitoresca e afetuosa. Bastava o Lemos escrever com tinta pura, dispensando a mistura d'água, para o Chaves, que conhecia a pobreza e parcimônia de gastos do amigo, responder em 26 de junho de 1909:

> "Meu caro Vicente,
>
> Dou-me parabéns por guardar no arquivo a tua de 21 do passado, a primeira que me escrevestes com tinta, que não foi batisada. Mas isso é um estrago, compadre! Você é pai de família, tem filhas para casar e educa os pimpolhos. Verdade é que, além de muitas e valiosas propriedades aí em Natal, Recife, Várzea e adjacências, percebes bons vencimentos, pagos, senão antecipadamente, em dia. É uma vantagem, mas que te não deve despreocupar dos pesados encargos do *ménage* e do que possa reservar o livro do destino.
>
> Economia, compadre, economia. Se quizer, a propósito, doutras lições, recorra a esse *compêndio aberto* que perambula aí, intitulado Valentim de Almeida. Você já viu alguém mais sem jeito e disposição para gastar do que esse nosso aliás excelente camarada? Por que você não o imita?"

Em outra carta, datada de 20 de agosto de 1911, com o timbre da 1.ª Secretaria do Senado, dizia:

> "Vicente,
>
> Não sei se como sócio do Instituto assiste-me o direito de lhe requerer alguma coisa. Se m'o assistisse, requereria a nomeação de uma Comissão para estudar os milênios decorridos em que não gozo o prazer das tuas letras, simples e por todos os aspectos interessantes".

Carta de 9 de abril de 1912 aponta sinais da rivalidade existente entre os chefes e que explodiria mais tarde na cisão da política estadual:

> "Vicente,
>
> Recebi agora mesmo a tua carta de 24 do passado, acompanhada dos documentos que te havia pedido. É isso mesmo, Vicente. Os termos do pedido de Lyra deviam te ser, necessariamente, mais claros e precisos e completos; mas, Lyra é *tal*, é chefe, e o velho Chaves um pobre mortal à tua semelhança e de outros próceres na total decadência. Tu não achas Alberto e Lyra os mais bonitos filhos da terra

potiguar? E os mais inteligentes, e os mais doutos, e os mais puros, e os mais distintos? Se eles — os dois — fossem mais velhos do que eu, bem poderiam parecer mais moços. De Alberto diríeis — é um botão que desabrocha; do Lyra — é uma flor em botão. Mas, o Chaves! O Chaves ainda é da idade da pedra lascada.

Pedra lascada — quererias tu, mas não tens *dentes*. Compreendestes, bandido? Um abraço cordial do Chaves".

Em carta de 28 de junho de 1912, Chaves informa que esteve gravemente doente e comenta:

"Imagino quantos cágados não ficaram por aí pensando que eu bateria a plumagem... Era um de menos a sugar nas magras tetas do Tesouro. Sugo, é certo, mas tenho concorrido para enchê-las.

Outras sugações é que não se explicam bem, como, por exemplo, as que se referem a um célebre arquivo, cuja superintendência é um novo tonel de danaides... Bem podias chamar à contas essa extravagância".

Em seguida, na mesma carta, conclue com um período em que relata fato realmente ocorrido ou, então, aproveitou o momento para distilar primor de ironia política e censura ao Governo. Diz o missivista:

"O que há, aí, na Cidade Alta, onde passageiros, recém chegados, não puderam apreciar bem o panorama, que se descortina da Praça André de Albuquerque, por causa das exalações nas proximidades do Palácio? Por que não chamas também à contas os nossos edis? Sempre foi o teu papel — que te tem valido merecidos gabos — o de austero censor das coisas feias e irregulares. Por mim sei que essa é uma das faces — e tens muitas — mais simpática e atraente do teu espírito equilibrado e justo".

Quando Chaves encontrava-se no Governo, foi procurado pelo filho mais velho de Lemos. Pretendia um emprego público, adiantando que o pai acanhava-se em pedir e ignorava aquela visita. O Governador não perdeu a oportunidade de pilheriar. Escreveu uma carta, datada de 12 de dezembro de 1917, com a nota "confidencial", tratando o amigo íntimo por Vossa Excelência e na qual dizia:

"Sr. Desembargador,

Atenciosas Saudações

V. Excia. dignar-se-ia fazer-me especial mercê, se

quizesse, com a franqueza que é um dos belos ornamentos de seu caráter, prevenir-me da aceitação, pelo Dr. Vicentinho, de um lugar, próprio de homem de letras, e ao qual o Tesouro do Estado assegura a remuneração de duzentos mil réis mensais. Não será uma colocação definitiva, mas como um *provisório,* sobretudo para quem, dispondo de recursos, conforme é geralmente sabido, pode empregar uma fecunda atividade em outros misteres, não parece um mau partido. Acresce que o moço bacharel irá servir junto a um velho proficiente, de quem poderá lucrar, além da retribuição pecuniária, os mais sólidos ensinamentos morais e intelectuais, se é que destes não tem as maiores sobras.

O lugar é o de Secretário da Escola Normal, que deverá ser provido nos primeiros dias de janeiro próximo.

Aguarda, respeitoso, a bondosa resposta o velho bacharel, amigo e venerador — F. Chaves".

A intimidade entre Lemos e o Governador Ferreira Chaves permitia certas expansões de bom-humor. Uma tarde, o Governador viu, de seu gabinete, que Lemos se aproximava para entrar na sala. Combinou, então, com o grupo com quem palestrava, simular uma discussão acalorada, ao mesmo tempo que retirava o revólver da gaveta e brandia a arma. O divertimento não deu certo. Inopinadamente a arma disparou e, enquanto o velho Lemos caía sem fala na primeira cadeira, Chaves prometia aos céus jamais repetir a brincadeira. Em seguida, correram todos para o andar térreo. A bala havia perfurado o assoalho e ficara cravada na mesa de trabalho do Secretário Berredo.

Doutra feita, viajavam no alto sertão os dois amigos e compadres. No repouso, foram ambos dormir no mesmo quarto. Pela madrugada, rebentou violenta trovoada. Lemos não gostava dos trovões e receiava o corisco. Quando o relâmpago abriu e rimbombou o primeiro trovão, deu um salto para dentro da rede do Governador. Quando este indagou assombrado: "Que é isto, compadre, você na minha rede?", o outro respondeu aflito: "Compadre, os dois juntos isola melhor!"...

* * *

Vicente de Lemos faleceu a 3 de dezembro de 1918, na Avenida Rio Branco, no prédio hoje pertencente à Cruz Vermelha Brasileira. Não assistiu em vida qualquer manifestação oficial de reconhecimento aos serviços extraordinários que prestou. O Estado limitou-se a custear os funerais. Tavares de Lyra, quando Governador, prometera, espontâneamente, que o Governo do Estado dar-lhe-ia casa

para morar, quando terminasse a *Questão de Grossos*. A doação nunca foi feita e Lemos nunca reclamou. Morreu tão pobre que a viúva e as duas filhas solteiras foram morar com os filhos casados, dada a insuficiência do montepio para pagar aluguel e prover a subsistência. O Instituto Histórico propôs que o pequeno trecho de rua entre o Natal-Clube e a Rua Vigário Bartolomeu recebesse o nome do Fundador. O Prefeito sancionou o ato e a placa nunca foi aposta. Ultimamente, reduziram a extensão da rua, com a construção da Praça da Imprensa e o busto do Presidente Kennedy. Rua Vicente de Lemos, se existe, corresponde à calçada do Cine-Nordeste.

Há alguns anos o deputado Lauro Arruda cogitou de apresentar projeto de lei mudando a denominação de Grossos para Vicente de Lemos. A proposição não chegou a ser redigida e a iniciativa era desaconselhável. Os topônimos nunca deveriam acolher designação de pessoas vivas ou mortas. Além disso, Grossos é nome tradicional, ligado a um episódio da História norte-rio-grandense. Lemos, que tanto prezava a tradição, desaprovaria a homenagem.

* * *

Esta é a história do jovem que emigrou dentro da Pátria para servir ao rincão que teve a fortuna de recebê-lo. Não guardo qualquer lembrança visual do avô Lemos, o "papai-dindinho" ou "vovô-do-norte", como era chamado por nós, os netos. Tinha apenas quatro anos de idade, quando ele faleceu. Sinto a satisfação de recordar que ele me abençoou. Sua memória, porém, é tão venerada pelos meus pais e tios, que sinto constantemente sua presença na vida. É na recordação da família, que realmente idolatrava o chefe exemplar, que, numa viagem sentimental ao passado, evoco hoje a figura do Fundador, que tanto amou o Rio Grande do Norte e cujo espírito imortal é nume tutelar desta Casa.

(Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 17.12.66 — quando foi inaugurada a Sala "DES. VICENTE DE LEMOS").

BERNARDO VIEIRA DE MELO E A GUERRA DOS BÁRBAROS

TARCÍSIO MEDEIROS
(Sócio Efetivo)

Singular a vida desse Sargento — Mor *BERNARDO VIEIRA DE MELO*, mais das vezes, na voz dos seus biógrafos, — *"homem de pouca instrução, inábil em certas ocasiões, violento quase sempre, mas bravo e destemido"* — (1) que teve o nome ligado aos mais relevantes acontecimentos das Províncias de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, no final do século XVII e início do século XVIII. Porém, no que tange ao nosso Estado, de sua passagem e suas realizações, se não omitidas, pouco se disse, quando, para nós, à época crucial da chamada *Guerra dos Bárbaros*, a Província incipiente, — exaurida de meios para manter-se ante o avassalador domínio das tribos Cariris coligadas por mais de vinte anos —, gozou de merecida paz ante o trabalho desenvolvido por ele com zelo, justiça e probidade.

* * *

Bernardo Vieira de Melo, nascido em Muriboca, hoje Jaboatão, Pernambuco, na segunda metade do século XVII, de berço fidalgo, era filho legítimo do cavaleiro de igual nome da Casa Real Portuguesa e de Dona Maria Camelo; neto paterno de Antônio Vieira de Melo e materno Belquior Alves Camelo, todos senhores de largos tratos de terras e bens outros. Por isso, também foi rico senhor de engenho, cavaleiro da Casa Real Portuguesa, com imensas propriedades ruais, — *"desfrutando de prestígio, apesar de violento e exagerado em seus conceitos de dignidade e honra pessoal"* — (1).

Maridou-se duas vezes: — a primeira com D. Maria de Barros, de quem não houve filhos; a segunda com D. Catarina Leitão, de quem teve quatro filhos, sendo que o primeiro, Alferes André Vieira de Melo, de todos, foi o que mais se ligou à vida agitada do pai até a morte.

Pela sua *Carta Patente* de Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, que publicamos pela primeira vez (doc. 1), vê-se, antes de sua nomeação, que serviu em Pernambuco como Capitão de Infantaria das Ordenanças, Capitão de Cavalos e Tenente-Coronel das mesmas Ordenanças; foi Juiz Ordinário e Capitão-Mor da Vila de Igarassu, e ainda Vereador da cidade de Olinda. Dos feitos relatados no documento e que mais o qualificaram ao posto foram os praticados de 1685 até março de 1695, quando esteve lutando pela destruição do Quilombo dos Palmares.

Foi naquele tempo, depois das derrotas do ano de 1687, que, chamado o bandeirante Domingo Jorge Velho do Rio Grande onde combatia os Cariris, juntou-se a ele em Pernambuco na luta contra Gangazuma, um dos primeiros Zambis do Quilombo. Por certo, dessa junção de esforços, Bernardo Vieira de Melo teve ciência dos problemas do Rio Grande, sofrendo a rebelião silvícola, o que motivou dele aquela doação: — *"na occasião da guerra do Asú contribuir para ella com outenta mil reis e com gados para sostento da Infantaria"* — (doc. 1, final da página).

Destruída a resistência do Quilombo, talvez como prêmio pelos serviços prestados à Metrópole, recebeu o encargo de Capitão-Mor do Rio Grande, e, — *"aos vinte dias do mês de abril de 1695, em as cazas de Palacio fes Bernardo Vieyra de Mello preito e menagem nas maons do sr. Governador e Cap. Geral de Pernambuco e mais Capitanias anexas, Caetano de Mello de Castro"*. — Depois viajou para tomar posse do seu novo cargo.

* * *

Em maio de 1654, o domínio português estava restaurado em todas as Capitanias anteriormente ocupadas pelos holandeses.

A partir de Antônio Vaz Gondim, a obra da colonização vai ser reiniciada do nada, pois para povoar a Colônia teve ele de recolher, tão somente, 150 moradores extraviados. A medida capaz de incentivar a ocupação das terras, foi adotar o regime de doações de sesmarias, para atrair o elemento regional ou vindo de outras Capitanias a participar da exploração do interior com suas famílias, agregados e escravos.

Por isso, das Capitanias vizinhas que não tinham sofrido devastação igual à do Rio Grande, vieram colonos. Principalmente de Pernambuco e Paraíba, aquém Borborema, foram os pioneiros da região Serrana e do Seridó. A partir do Ceará-Mirim, no agreste, para o norte em demanda da área salineira, a corrente migratória era iniciada. Ao sul, caminhos percorridos na instalação da Colônia voltavam à vida, principalmente no vale do Capió. Do Ceará, fronteira com o território de Grossos às margens do Jaguaribe, em busca do Aracati, também o fluxo revigorante começava a penetrar na zona oeste.

Essa forma de expansão sem respeito aos bens dos índios, qua ainda eram preados para o eito escravo, concorreu para os primeiros atritos, o correr de sangue de uma guerra que, por espaço de cinquenta anos, chamada Guerra dos Bárbaros, o Rio Grande, malnascido, só conheceu violências, extorsões, vilipêndio e rapinagem.

É preciso juntar-se a isso que o ódio latente do colono branco aos nativos da nação Cariri, habitantes do interior, aliados aos batavos e responsáveis pelas atrocidades de Cunhaú, Ferreiro Torto, Uruaçu, Guaraíras... alentava o conflito. Recolhidos além Piranhas ou rio Açu após a paz de Taborda, desconfiados, intimoratos, ferozes, comandados pelos chefes Janduís, cujo totem da tribo, uma Ema, emoldurou o escudo do *"Fluvius Grandis"* flamengo, por questão de sobrevivência teriam de reagir. E o fizeram de molde a cortar o domínio português do resto do Brasil, colocando a Colônia em polvorosa a gritar por socorros ante o perigo da restauração flamenga, pois é sabido que foram efetivos os conselhos e a participação de holandeses que continuavam a viver entre eles no alto sertão, aguardando uma oportunidade de voltarem à pátria.

Nesse sentido, por escrito, as exposições que, em agosto de 1654 e 1656, foram feitas por Antônio Paraupaba, regedor dos índios Cariris, ao chegar à Holanda, dirigidas ao Conselho das Índias (2), convencem, — pelos termos e solicitações de armas, transportes e víveres, — do interesse tomado pela Companhia em trazer de volta os remanescentes compatriotas vivendo entre os Cariris. Sabe-se que esses apelos foram, em parte, ouvidos, pois há referências e registros de passagens de barcos pelas costas de Macau e Areia Branca recolhendo holandeses e fornecendo armas aos nativos, da maneira ocorrida nos desaguadouros dos rios Açu e Jaguaribe. Vai além Câmara Cascudo, demonstrando que, de parte de traficantes inescrupulosos — "o rio Açu abrigava dezenas e dezenas de barcos de Pernambuco e de outras Capitanias, com comunicação freqüente e comércio com a indiada, inclusive vendendo armas de fogo" — (3).

Dessa vivência insólita, o conflito teria de acontecer.

* * *

Em verdade, desde o governo de Valentim Tavares Cabral — (1663-1670) —, as correrias e depredações dos Tapuios, como eram chamados também os Cariris, vinham causando mortes e destruições entre os colonos e seus bens nas ribeiras do Apodi e Açu, vez que em sua fala ao Senado da Câmara (Livro de Provisões do Senado da Câmara do Natal), alegou — *"que os gentios vinham pertubar os estabelecimentos rurais dos Colonos, e isto se compreende facilmente, desde que a inquietação e desassocego em que viviam estes, a sua extrema pobreza da terra e falta quasi absoluta de provisões e mantimentos"*. — Na governança de Antônio da Silva Barbosa

(1681), de sua nomeação interina, há referência de uma data de terra que a Metrópole lhe fizera no Rio Grande, — *"por haver feito as pazes com o gentio e os tinha domesticado"*. E na época de Manoel Muniz, (1682-85), do seu relatório de 22.7.84, dando conta ao Governo Central do estado da Capitania, dizia: — "Em relação aos colonos moravam uns distantes dos outros, disseminados pelos sertões, sem as precisas garantias, sujeitos à rebeldia dos índios, *que traziam sempre viva a lembrança dos flamengos*, desejando a presença de qualquer inimigo para bater os moradores" —. Concluía Manoel Muniz que, —*"além disso, infestavam as costas os piratas, mettidos pelas salinas em commercio constantes com os selvagens, a quem insuflavam o odio contra os portuguezes. Estes por sua vez, na defficiencia de braços para a agricultura e sem recursos para obtenção de escravos, tratam de captar os indios, procedimento contrario à politica hollandeza, que lhes foi paternal e protecttora"*.

* * *

Os mestres da historiografia norte-rio-grandense, contudo, — tomando a lição de Vicente Lemos (4), apontam o início da rebelião em 23 de fevereiro de 1687, na administração de Paschoal Gonçalves de Carvalho, em consideração à data dos ofícios feitos pela Câmara de Natal ao Capitão General de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior; ao Senado da Câmara de Olinda; ao Capitão-Mor da Paraíba; e ao Governador Geral do Brasil, Mathias da Cunha, nos quais são relatados os acontecimentos ocorridos nas várzeas do Açu e Apodi, e são solictados os socorros urgentes à defesa da Capitania ameaçada pelos nativos sublevados.

Aos apelos, acorre da Paraíba o Capitão Manoel de Abreu Soares. De Pernambuco, enviado pelo Governador Geral, o Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, morador da Capitania, no comando de tropas disponíveis das Ordenanças da Paraíba e de Pernambuco, também segue para o local. Mas, sendo os meios necessários escassos, faltando mantimentos, munição e dinheiro para a tropa, a repressão não teve êxito, como não tiveram rogatórias, requerimentos, pedidos dramáticos e medidas outras postas em prática pelos Capitães-Mores subseqüentes: — Agostinho Cezar de Andrade, Sebastião Pimentel e, novamente, Agostinho Cezar de Andrade, porque as mesmas causas continuavam agravadas pela escolha indiscriminada de gente d'armas vinda das partes mais diversas do Brasil português. Às vezes, entre ela, chegavam condenados de perdão alcançado apenas para combater o gentio, aventureiros de toda espécie imbuídos de conseguirem vantagens: — enriquecimento fácil com as presas de guerra, confisco de bens e pelo soldo prometido pelo governo. Quando este esquecia da fazer a paga e os colonos não podiam sustentar a tropa, os soldados desertavam e os Cariris avançavam destruindo tudo, jarreteando

os bois que precisavam, como obedecendo um plano único, coligados: — Janduís, Paiacus, Pegas, Panatis, Caborés, Ariães, Canindés, Mouxorós e Taraius, chegando até às ribeiras do Ceará-Mirim, cinco léguas de Natal obrigando a população desta, receosa, a viver dentro das muralhas da Fortaleza dos 3 Reis.

Depois, casas fortes foram construídas, inicialmente em Tamatanduba, Cunhaú, Goianinha, Mipibu, Guaraíras, Potengi, Utinga, Aldeia de São Miguel, sendo guarnecidas pelo "Terço de Henrique Dias", comandado pelo Mestre de Campo Jorge Luiz Soares, e da tropa do Coronel Antônio de Albuquerque. Arraiáis às margens do Jaguaribe, do Cuó em Açu, no Piranhas, marcaram a linha avançada da resistência colonial, em seus quartéis abrigando tropas do Sargento-Mor Manoel da Silveira, do Coronel Albuquerque Câmara e dos famosos *"Terços dos Paulistas"* de Domingo Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida e Manuel Alvarez de Moraes Navarro.

Mesmo assim, as coisas pioraram. As autoridades do Governo Geral, pela deficiência dos meios de comunicação da época, displicência, descaso no atendimento do imprescindível à defesa dos colonos, concorriam para que o sentido de repressão moderada e aldeamento dos nativos fosse desvirtuado pelo preamento de índios, até mansos e convertidos, para serem vendidos noutras partes, como procederam os bandeirantes Jorge Velho e Moraes Navarro, motivando atritos entre eles e os religiosos, moradores, dirigentes da Capitania e chefes militares outros.

Com efeito, nessa guerra sem quartel, onde os interesses particulares se sobrepunham à política de apaziguamento ou à maneira decisiva para alcançar uma paz duradoura, esta jamais poderia ter sido posta em prática, se não tivesse chegado ao Rio Grande conflagrado, combalido, em chamas o seu sertão ressequido, a figura de Bernardo Vieira de Melo.

* * *

Revelamos, anteriormente, que pela Carta Patente (doc. 1), Bernardo Vieira de Melo, nomeado em 8 de janeiro de 1695, depois de apresentado *"preito e menagem"* perante o Governador de Pernambuco, no dia 29 de junho do mesmo ano já estava entre nós tomando posse das funções de Capitão-Mor do Rio Grande do Norte ante os oficiais do Senado da Câmara de Natal (doc. 1, final).

Foi ainda Vicente Lemos quem, há 60 anos (4), cotejando documentos, por aproximação, relatou as primeiras providências de Bernardo Vieira de Melo entre nós: — preenchimento dos cargos civis e de confiança vagos na administração; promoções entre a tropa das Ordenanças para aqueles que haviam prestado melhores serviços na luta contra os bárbaros; e esquema do plano a ser desenvolvido para atrair o gentio revoltado ao seio da comunidade e controle das autoridades do Reino.

Fazer a paz e não combater o nativo de forma desumana, foi o objetivo primordial do novo Governador. Anteriormente, o seu antecessor, Agostinho Cezar, havia tentado o mesmo, inclusive *"fabricando um presídio na ribeira do Asu"*, sem êxito porque descambou, como os demais, para repressão armada, de intimidação pela força.

O Relatório do Senado da Câmara de Natal, de 2 de maio de 1697, já ao término do seu primeiro triênio, que apresentamos agora (doc. 2), mostra-nos o verdadeiro procedimento de Bernardo Vieira para alcançar esse intento.

Entretanto, que dificuldades encontrou! A Fazenda da Capitania com os cofres vazios, incapaz de pagar até *"a congrua do Vigário da Matriz"*, levou-o a aplicar suas rendas juntamente com as doações dos Vereadores, — *"em farinha necessaria para o sostento de seis mezes"* — da expedição às ribeiras do rio Açu, foco do conflito.

Já na região, fundou, não *"um presídio"*, definitivamente um "Arraial" que deu o nome de Nossa Senhora dos Prazeres (hoje cidade do Açu), guarnecendo-o com 30 soldados que os moradores da vizinhança, voluntariamente, passaram a sustentar. Todavia, ali sofreu — *"muitas calamidades pela grande invernada que houve, e falta de mantimentos, e se sustentou com toda tropa muitos dias com frutos agrestes por impidirem as inudações dos rios não poder o dito Capitão Mayor nos ultimos da vida por se achar naquelle sertão falto de todo o necessario e não foi essa grande enfermidade bastante para se retirar, antes sempre dispondo tudo com grande acerto e zello do Real Serviço"* —.

Do referido Relatório, evidencia-se, ao ser comparado com os documentos de paz firmado com os Cariris, que Bernardo Vieira de Melo, com atitudes firmes e demonstrações de suas forças, somente usou desses recursos para fazer-se respeitar e, ao mesmo tempo, atrair e agradar os silvícolas, criando, desta forma, um clima de confiança que permitiu o diálogo entre partes e o ajuste de condições capazes de satisfazer a todos.

Dois desses tratados de paz publicamos aqui também pela primeira vez à guisa de complemento à biografia de Bernardo Vieira de Melo, para demonstrar o serviço inestimável que nos prestou, as suas qualidades de diplomata hábil, espírito humanitário e de administrador honesto, qualidades consideradas pelo próprio Rei de Portugal que, em reconhecimento, ainda o reconduziu para nosso Capitão-Mor por mais três anos.

Da ação desenvolvida por Benardo Vieira de Melo nos sertões do Rio Grande, não há notícias de combates, nem de derramamento de sangue, o que por só é de admirar a época em que ainda existia ambiente de insegurança, inimizades e suspeitas mútuas entre colonos e nativos.

Mesmo sofrendo aquelas agruras, conseguiu ele trazer os índios à sua presença e, mediante condições especificadas em tratados escritos, em Natal, assistidos por pessoas de confiança deles, ratificar as cláusulas que tinham sido ajustadas nas várzeas do Açu e Apodi.

Assim, no dia 20 de stembro de 1695, — *"O Rey dos Tapuyaz Janduinz, por nome TAYÃ ASSU"*, é o primeiro, na casa do governador, a assinar (em cruz) a paz (doc. 3). Em 20 de março de 1697, é a vez do *"Rey dos Tapuyas Ariâs Piquenos, por nome PECA"*, também assinar (em cruz) idêntico tratado (doc. 4). Dos termos, que deixamos ao critério dos leitores o estudo, ressalta o sentido de união exigido na exploração da terra entre colonos e gentios, não sendo permitido o aprisionamento destes nem o rapto dos convertidos e aldeiados entre religiosos; favorecimento de novas glebas de terras e de ferramentas para o trabalho e sustento de cada tribo, bem como de sacerdote para administrar os sacramentos e os ensinamentos da doutrina cristã.

Confirma essas assertivas o parecer do Conselho Ultramarino (doc. 5) que, ao falar sobre o pedido do Senado da Câmara de Natal para prorrogação do mandato de Bernardo Vieira como Capitão-Mor do Rio Grande, assim se pronunciou: — *"o qual asim que tomou posse, não sô tratou de buscar os meyos para asseg. mento. della, mas fabricou hum prezidio na Ribeyra do Asu, ondeia hoje estão cituados mais de oito mil cabeças de gado, tendo com o seo grande zello e, boa disposição, reduzido todo o gentio daquella Capitania a hua universal paz, sendo com a mesma igualdade temido, e amado delles, pello singular genio e liberalidade com que os trata, por sua cauza tenhão hoje todos aquelles certões (de antes impedidos pello gentio) com grande principio na povoaçam delles; e a Capitania em grade socego sem haver mortes, nem insultos pella rectidão com que administra ajustiça, sendo para os malfeitores recto, e para os bem procedidos afavel, e peadoso para os pobres e muy desinteressado"*. . . —

* * *

Em 1698, ainda desenvolvia Bernardo Vieira de Melo o seu profícuo trabalho de pacificação, então entre as tribos do *"principal Canindé"* que lhe tomou o tempo até meados de 1699, circunstância que ele realça na correspondência trocada com o Rei de Portugal (doc. 6), na qual põe em evidência a falta de cooperação do Bispo de Olinda e de sacerdotes que não cumpriam com o dever por medo ou negligência e dos seus receios com a chegada do "Terço dos Paulistas".

Achava-se no interior da Capitania também quando, pela Carta Patente de 7 de janeiro de 1700 (doc. 7, inédito), teve *"— prorrogado por mais de três anos o seu exercício no cargo de Capitão-Mor"*,

em consideração aos seus serviços e aqueles apelos já mencionados. Contudo, parece que a notícia não trouxe grande satisfação, porque Bernardo Vieira começava a cansar. No afã de manter a paz conseguida entre incompreensões e penosos trabalhos, estava desiludido. A carta de 5 de junho de 1700 (doc. 8) bem demonstra isso, pois se sente que, a par do agradecimento pela recondução, pede substituto *"— para aliviar-me do muito que aquy padeço sem poder obrar no Real Serviço de V. Magestade, o desejo", — ou, quem sabe, pelo término do segundo triênio próximo,* em 29 de junho de 1701.

Na época, motivos não faltaram a que procedesse dessa forma, principalmente quando sentiu sua obra violentamente abalada ante o papel inescrupuloso que representou o Mestre de Campo Manuel Alvarez de Moraes Navarro, Comandante do "Terço dos Paulistas", às várzeas do Açu e do Apodi.

Os índios Paiacus e Carateús, da nação dos Icós, que habitavam do vale do Catolé do Rocha até às margens do Piranhas, dizimados pela guerra encarniçada que lhes moveram os anteriores Mestres de Campo dos Paulistas, achavam-se aldeados nas margens do Jaguaribe e do Apodi, graças ao trabalho de Bernardo Vieira de Melo, bem assim os da nação Janduís, permaneciam pacíficos no arraial do Açu, com seus missionários, quando, em fins de 1699, apareceu ali o Mestre de Campo do "Terço dos Paulistas", Manuel Alvarez de Moraes Navarro, que havia sido nomeado Governador da campanha contra os nativos do rio S. Francisco até o Ceará (4).

Da carta do dia seguinte, 6 de junho de 1700 (doc. 9), fica evidenciado ter Bernardo Vieira, anteriormente, levado ao conhecimento do Rei os desmandos de Moraes Navarro, o que determinou fosse este retirado do Açu, — "e como não desejasse sair, procurou, à guisa de reclamação dos colonos da ribeira do Jaguaribe, seduzir os Janduís, e, fornecendo-lhes secretamente pólvora e balas, foi com eles bater os índios Paiacus daquela ribeira do Apodi, cativando a muitos; e depois, alegando que estas nações procuravam guerrear-se, tratava de destruir os Janduís que, sabedores do intento, desceram para a cidade, valendo-se do capitão-mor, que os amparou, evitando a execução do plano" (4).

Os moradores daquela região da Capitania, revoltados contra o procedimento do Mestre de Campo, pois sentiam ameaçada a obra de pacificação do Capitão-Mor, e, com nova guerra, a destruição dos seus bens, fizeram seu procurador o Alferes Gonçalo Ferreira da Ponte, que, na vereação de 5 de março de 1700, em nome deles, apresentou relatório detalhado dos acontecimentos e do ato de rebeldia de Moraes Navarro.

O Senado da Câmara, incontinenti, representou ao Capitão-General de Pernambuco e demais autoridades do Governo Geral Português, e Bernardo Vieira pela carta em referência.

É sabido, pelo relato de Vicente Lemos (4), que a 23 de setembro do mesmo ano, o Bispo D. Frei Francisco de Lima mandou intimar Moraes Navarro à defesa e o obrigava a dar liberdade aos índios sob pena de excomunhão. Logo em seguida, o Ouvidor Geral da Capitania por ordem Real, mandava por em liberdade os Paiacus e seguia ao Arraial do Açu para prender Moraes Navarro e proceder contra ele a devassa, levando consigo 40 praças de infantaria recrutadas em Pernambuco para garantir a diligência.

Para evitar a prisão, Moraes Navarro recuou para o Arraial do São Francisco do qual era comandante, base de operações do seu Terço. De lá ofereceu defesa, fazendo severas críticas a Bernardo Vieira de Melo, que lhe fazia oposição, e aos Vigários do Ceará João de Mattos Serra e João da Costa Recolheto, da Companhia de S. Felipe Nery.

Aceitando as sugestões de Bernardo Vieira de Melo, para evitar estes e outros fatos e no intuito de melhor atender à colonização dos índios, mandou a Metrópole dar a cada Missão uma légua de terra em quadrado, medida e demarcada, e por conveniência de requisição de meios e facilitar a administração, por Carta Régia de 11 de janeiro de 1701, fez passar da jurisdição da Bahia para a de Pernambuco a Capitania do Rio Grande.

Depois desses acontecimentos, esteve Bernardo Vieira presente entre nós, possivelmente, até agosto de 1701, porque, tendo sido nomeado em 11 de janeiro do mesmo ano Antônio de Carvalho Almeida para substituí-lo, este assumiu as funções em 14 de agosto. Já em Pernambuco, recebeu, datada de 14 de dezembro de 1701, ainda carta do Rei de Portugal (doc. 10), na qual, respondendo a carta dele de 9 de junho, aprova as medidas tomadas naquelas circunstâncias: — *"Viuse a vossa carta de 9 de junho deste anno, emque daes conta do que obrastes — na situação do gentio Jandoim. E pareceume discinos obrastes bem em executar a ordem que tivestes sobre este particular do Governador de Pernambuco"*—.

* * *

Evidentemente, pelo que revelamos, a atuação de Bernardo Vieira de Melo por atos e fatos realizados entre nós, ao longo dos seis anos de governo, merecedores de elogios e honrarias dos seus jurisdicionados e da administração da Metrópole, desmentem a acusação que alguns lhes fazem de *"inábil, violento e de pouca instrução"* —. E neste particular, — *" de pouca instrução* —, as cartas que dele possuímos em fotocópias dos originais, confrontadas as assinaturas com os textos, pela caligrafia e ortografia do tempo, ao contrário, demonstram pertencer a uma só pessoa perfeitamente alfabetizada e instruída.

Por outro lado, *"inábil"* também não o foi, pelo menos entre nós, como já comprovamos, e mais, porque da "Guerra dos Palmares", — em que foi "bravo e destemido" na destruição da raça negra que lutava, apenas, pelo sentimento de liberdade —, colheu a experiência necessária para, de futuro e noutra oportunidade, evitar aquelas sistemáticas e inúteis cenas de sangue. Aqui, no Rio Grande, não as procurou repetir, mas, sem sufocar aquele mesmo sentimento de liberdade dos senhores legítimos da terra, pelo senso e habilidade, estabeleceu um clima de concórdia e vivência comum entre colonos e silvícolas, possibilitando a paz e a continuidade da colonização portuguesa nesta região do Brasil.

A árvore desses propósitos, aqui plantada, frutificou. A guerra contra os Cariris não foi liquidada de imediato, com a sua volta a Pernambuco. Continuou ainda. Como fogo de monturo, ressurgia algures para logo apagar-se, porque os Capitães-Mores que o sucederam, no seu exemplo, agiram prudentemente de molde a que as últimas fagulhas estivessem extintas, definitivamente, em 1720 por ocasião do governo de Luiz Ferreira Freire, quando, então, o pouco que restava da raça amerígena estava subjugada, encurralada nas cinco Missões Religiosas: — Guajiru (Extremoz) — Apodi (Apodi) — Mipibu (São José de Mipibu) — Guaraíras (Arez) — e Gramació (Vila Flor), que depois foram as primeiras cinco Vilas do Rio Grande.

* * *

Ao retornar às suas propriedades, no dia 25 de setembro de 1709, foi nomeado por El-Rei D. João V — Sargento-Mor (comandante) do "Terço dos Palmares", unidade militar tornada regular dos Reais Exércitos aquartelados em Pernambuco.

A partir do ano seguinte (1710), acontecimentos inusitados envolvem e distorcem a figura de Bernardo Vieira de Melo de tal forma que, até hoje, não conseguimos compreender onde começa a lenda e termina a verdade.

Assim, dos crimes que lhe são atribuídos por questão de honra e para justificar a sua intransigência em conceitos de dignidade pessoal, o que mais sensibilizou a opinião pública da Capitania de Pernambuco foi aquele praticado para *"lavar a honra da família"* na qualidade indiscutível de "pater-familiae" em que estava alicerçada a estrutura social do tempo, imune à punição da Justiça dos homens e ato dessa natureza.

Narra Antônio da Rocha Almeida (1) — "que em abril de 1710 foram levantados boatos de que a jovem e bela D. Ana Tereza, esposa do seu filho mais velho André Vieira de Melo, então Alferes do Mestre-de-Campo do "Terço de Infantaria" do Recife, o traía com

o seu compadre, o Capitão-Mor e Morgado do Cabo João Paes Barreto. Sem que tivessem provas e até parecendo que a acusação era injusta, uns soldados sob o comando do próprio Bernardo Vieira mataram o acusado com três tiros de arcabuz, quando ele viajava para o seu engenho. Não contente com isso, sogro, sogra e marido planejaram também a morte da pobre moça, sem que ela pudesse apresentar qualquer defesa. Poucos meses depois, davam-lhe veneno num caldo de galinha, que inexplicavelmente não fez efeito; mandaram-lhe depois cortar, por um barbeiro, os pulsos e o sangue, por milagre, não jorrou. Finalmente, a sogra D. Catarina, auxiliada pelo Alferes, a sufocou com uma toalha. O crime fora previsto por pessoas amigas, que haviam solicitado ao governador que tirasse a moça de casa, recolhendo-a à Congregação do Oratório, pois se dizia que a família apenas esperava o nascimento do filho para eliminá-la. Conta-se até que, em duas vezes que lhe abriram a cova onde jazia no Convento de São Francisco, foi encontrada intacta, com as cores do rosto como se estivesse viva" —.

Como esta, aquela outra *"estória"* da decisão do tribunal de família que teve de cumprir: — executou friamente a pena de morte a que fora condenada uma moça, sua enteada, cujo procedimento verberou com impiedade, por delito idêntico.

A par dessas ocorrências, ao findar o ano de 1710, em outubro, engaja-se na luta contra a autonomia de Recife ao lado do seu filho André, sendo daqueles chefes que com tropa entram na cidade, pondo o governador em fuga para a Bahia. Então, num instante apenas, vai ser líder da corrente emancipacionista que no Senado da Câmara de Olinda propõe a instituição de uma república à moda de Veneza, livre da tutela portuguesa, idéia julgada temerosa por muitos, dado que Bernardo Vieira, por atos de sua vida privada e por exagerado espírito nacionalista, de muito não gozava da confiança e estima de anteriores Capitães-Generais de Pernambuco, circunstância que levou o Bispo D. Manuel Alvares da Costa a assumir o governo.

Ao transcorrer o mês de junho de 1711, começa a ascendência dos *"mascates"* no plano revolucionário e a decaída total de Bernardo Vieira. Desrespeitado e até vaiado, salvo de atentado de tiros de garrucha em Recife, foi preso em *"Cinco Pontas"*, somente solto ao término do governo do Bispo e na ocasião em que chegava o novo governador.

Refugiado em Palmares, com o seu *"Terço"*, tentou resistir quando era considerado proscrito e incurso nos crimes de inconfidência e lesa-magestade, juntamente com o seu filho André. Daí por diante, salvo a exceção do Capitão Miguel Godoi, ninguém presta auxílio aos dois. Então, em dado momento, apresentam-se em Porto Calvo por livre vontade de onde são conduzidos ao Recife e recolhidos ao Forte do *"Brum"*. Em 28 de julho de 1712, foram embarcados para sede do Reino, a fim de serem julgados.

— "Chegados a Lisboa, foram recolhidos à torre de São Julião e dali à prisão do Limoeiro. Lá encontrariam a morte Bernardo e seu filho, antes de receberem a sentença ou aproveitarem os favores da anistia. Bernardo, numa noite muita fria, acendera no quarto um fogareiro de carvão e pela manhã foi encontrado morto, sufocado pelas emanações de gás carbônico. Quanto ao filho André, morria logo depois de um ataque cardíaco, quando se entretinha a jogar gamão com outros presos. O Sargento-Mor foi sepultado no Mosteiro do Carmo" — (1).

* * *

Por isso tudo, foi mesmo singular a vida desse Sargento-Mor Bernardo Vieira de Melo. Em regiões diferentes do Brasil onde serviu à Coroa Portuguesa, teve formas também diferentes de agir, atitudes contraditórias: — calcadas pelas circunstâncias do momento, do meio, ou em razão de dupla personalidade? Não importa. Ao terminar seus dias na cadeia do Limoeiro, cheio de amarguras, estava redimido dos seus pecados e glorificado para a história por ter sonhado com a nossa Independência.

Para nós do Rio Grande, contudo, gostamos mais de recordá-lo como homem de ação, de uma enfibratura moral inconfundível; do seu espírito de justiça com que pautou os atos de sua administração; do único Capitão-Mor que tivemos da conquista à Independência, que mereceu reconduzir-se a pedido do povo para, num momento supremo, salvar a pequenina Capitania da destruição, pacificando-a pelas atitudes que revelamos, e a cujo exemplo, legado aos seus sucessores, foi possível extinguir a maior tempestade ameríndia que o Brasil conheceu em todos os tempos.

BIBLIOGRAFIA

(Pela ordem das citações).

1) ALMEIDA — Antônio da Rocha — *"Vultos da Pátria"* — Vol. III. Editôra Glôbo — Pôrto Alegre.
2) LYRA — Augusto Tavares de — *"História do Rio Grande do Norte"* — Tipografia Leuzinger — Rio de Janeiro — 1921.
3) CASCUDO — Luís da Câmara — *"História do Rio Grande do Norte"* — Edição do Ministério da Educação e Cultura — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1955.
4) LEMOS — Vicente de — *"Capitães-Móres e Governadores do Rio Grande do Norte"*. Tipografia "Jornal do Commércio". — Rio de Janeiro. 1912.

DOCUMENTOS

Pesquisas realizadas pelo Dr. Ivoncísio Meira de Medeiros, filho do autor, como bolsista da "Fundação Calouste Gulbenkian", nos Arquivos Históricos Ultramarino, Nacional da Torre do Tombo (Palácio de São Bento), e Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal.

Documentos n. 1

CARTA PATENTE (ORIGINAL) DE BERNARDO VIEYRA DE MELLO PARA A CAPITANIA DO RIO GRANDE — 1695

Dom Pedro, por Graça de Deos, Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guinê e da Conquista, navegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Percia e da India etc., Faço saber e os que esta minha carta patente uirem, que tendo respeito a Bernardo Vieyra de Mello me hauer seruido nas cappitanias de Pernamco desde o anno de seiscentos setenta sinco athe noue de feuereiro de seiscentos noeunta e quatro no posto de capitam de infantaria da ordenança, capitam de cavallos e thenente coronel da mesma ordenança e de capitam mor da villa de Igarasu, tudo por patentes dos Gouernadores, e no decorso do refferido tempo, tendo mandado o Cappitam Fernao Carrilho a fazer guerra e os negros dos Palmares, facilitar todas as deficuldades que houue offerecendo para esse effeito a sua fazenda, dando ordem paar nos seos curraes selhedar o gado que fosse necessario para os soldados; e mandando o Gouernador João da Cunha Soutto Mayor fazer hum grande pedido pellos senhores de engenhos, e moradores daquellas capitanias, pera se continuar com a mesma guerra, lhe fazer hue grande offerta para esta desperapella não poder fazer a fazenda Real; em seis contos outenta e noue hir ao lemite do Sapato e de São João a fazer entregar as terras e gado q nelle tinhão os Padres da Congregação do Oratorio; na marena q depois fes por Cabo de hua tropa em socorro dos moradores da povoação do Araroba destante de Pernambuco nouenta legoaz, por estar nella o Tapuya da nação Gegaez fazendo grande danno; e se hauer com vallor no encontro que comelle teue matando e aprizionando quase toda esta nação e querendo hir sobre o de Bacurrus sevirem sojeitar e citiar na Aldea de Capibaribe porreciarem o mesmo estrago, fazendo nesta occasião hum grande seruiço a Deos, e a my, e bem a todos os moradores daqueella Cappitania por ficar a Campanha socegada, sostentando a sua custa hum arrayal quatro mezes, lançando tropas fora, e dando emq uilombo dos Palmares se lhe destruirem muitos mantimentos, aprizionando quatro principaes

cabeçaz, sem aggrauar pessoa algua; e por dos principaes seuir muitas vezes de Juiz ordinario da villa de Igarasu e de Vereador da camara da Cidade de Olinda, na occasião da guerra do Asú contribuir para ella com outenta mil reis e com gados para sostento da Infantaria, ecomo ditto posto de Capitam mor, em que o confirmei por patente minha se achar na guerra dos Palmares que lhes fes no oiteiro da barriga, fazendo, pella sua industria com os seos soldados e escravos, hua grande cerca de pao e pique a roda da do inimigo, o qual cometendoo hua noute o carregar de sorte que o fes recolher com tal temor que não tornou a fazer; na primeira, e segunda auançada que se fes dos negros e no socorrer ao Sargento mor Sebastião Diaz, pello aperto em que se achaua, e continuando o citio vendosse os negros opremidosse resolueram a todo o risco de noute a romper per duas partes rechaçandoos pella em que estaua, de sorte que os obrigou a despenharemsse por um rochedo tão alto que os mais delles se espedaçavam e seguindoos com a sua gente lhes matar no alcance mais de duzentos, e perto de quatrocentos prizioneiros hauandosse nesta Felix Victoria com grande vallor, disposição, e disciplina, sostentando emquanto durou o citio a sua custa e os seos soldados e a os da infantaria paga que estando com elle de socorro mandando entregar ao Mestre de Campo dos Paulistas sincoenta e outo peças, nas desposições desta guerravoltar com o melhor acerto e com a sua pendencia sossegar no Arrayal a algua discordia e com notavel dispendio acudir a os necessitados feridos e doentes, e com grande zello fazer varias prizoes ideligenciaz que do meo seruiço se lhe encarregaram o que os Gouernadores lhes agradeceram por varias cartas hauendosse emtudo com grande valor e por esperar delle ditto Bernardo Vieyra de Mello que damesma maneira se hauerá daqui em diante em tudo o que foi encarregado do meo seruiço conforme a confiança que faço de sua pessoa. Hey por bem fazerlhe merce do cargo de Capitao mor da Capitania do Rio grande para que o sirua por tempo de trez annos e o mais comquanto lhe não mandar sucessor com o qual hauera o soldo que lhe tocar, e gozera de todas as honras previlegios, isenções e fraquezas que em razão delle lhe toca, sem pello que mando ao seu Gouernador e Capitão geral do Estado do Brasil lhe dá a posse do dito posto, e lhe deixe seruir a hauer o ditto soldo como ditto he; e por o ditto Bernardo Vieyra de Mello me representar que para hir a Bahia, de Pernambuco, aonde presentemente asiste gastaua muito tempo, em razão das monçoez, e distancia, e por ser comueniente a meo Seruiço que tenha logo o exercicio do ditto posto, Hey por bem que antes que o ditto Bernardo Vieyra de Mello entre na ditta Capitania do Rio Grande faça por ella pleito, o menagem, e iuramento nas maos do meo Gouernador da Capitania de Pernambuco, segundo uso, e costume destes Reynnos, de que apresentará certidam do Secretario da ditta capitania de Pernambuco nas costas desta carta Patente, que por firmeza de tudo lhe mandei passar por

duaz vias, por my asinada e sellada com o sello grande de minhas armas; e pagou de nouo dyreito sincoenta mil reys qye se cirregarão ao th thesoureyro Innocencio Corea de Moura e folhas quatro verso, e deo fiança no liuro dellas a folha trez verso a mostrar o que mais dever das propinas que tem como constou do conhecimento em forma registado no registo geral e folhas cento, e trinta, e outo verso. Dada na cidade de Lisboa aos oitto diaz do mes de janeiro. Manoel Gomes da Sylva a fes Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e seis centos, e nouenta, e sinco. Andre Lopes, a fes escreuer.

El-Rey

Carta Patente por que Sua Magde. fes merce a Bernardo Vieyra de Mello do cargo de Capitão mor da Capitania do Rio grande para que o sirua por temdo trez annos, e o mais emquanto lhe não mandar sucessor, como nella se declara que vay por duas viaz.

* * *

Verso —

Por resolução de Sua Magde. de 2.º de dezbo. de 694 em Consulta do consho. Ultrarino. de 11 do ditto mez e anno e descisão do mesmo Consº de 24 do ditto.

* * *

Cumprasse como Sua Magde. q. Ds. gde. manda e registesse nas partes aondefalar. 2.º de Abril de 695. Caetano de Mello de Castro. Regda. no L.º 3.º dos Registros da Secretaria do Estado do Brasil a q. toca a fs. 302 vr. Bahya e Novembro 2 de 1695. Bernardo Vieyra Ravasco.

Em os vinte diaz do mêz de Abril deste prezte. anno de mil e seis centos e nouenta e cinco nesse Re. de Pernco. em as cazas de Palacio fes Bernardo Vieyra de Mello preito e o menagem nas maons do Sr. Gor. e Cap. gl. de Pernco. e mais Capitas. annexas Caetano de Mello de Castro paa. Capit.º do Rio Gde. em que o proveo S. Mag.pas patente retro escrita sendo padrinhos Mtre. de Campo Zenobio Achioli de Vaslos. e o Ajudte. de Tenente General João de Freitas da Cunha q. presente se acharão. E eu Antonio Barbosa de Lima ser.do. o Gouerno desta Capitania de Pernco.

Demos a posse ao Cappitão Mayor Bernardo Vya. de Mello conforme a patente retro explica de Sua Magde. que Ds. gde. Cidade do Nattal e junho vintte e noue Anno de mil e seis centos e nouenta e sinco eu Cappitãm Franco. dOliveyra Banhas Escrivãm da Comarca que a hescrevi.

Registada no L.º 50 dosregistos da fazda. Real desta Capnia. do Rio Grande a quem toca a fls. 22vs. a 24vs. Cidade do Natal 27 de junho de 1695.

* * *

(Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa Códice 122, fls. 58v. a 59v. (cópia); Caixa n.º 1 — Rio Grande do Norte — Capilha 60: "1710 11 de julho — Sobre Bernardo Vieira de Mello e a luta com os negros do Palmares" (original).

Documento n. 2

CÓPIA — Os officiaes do Sennado da Camra. que este prezente anno servem nesta muy nobre e sempre Leal Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande por Sua Magde. q. Ds. gde. etc.

CERTIFICAMOS que em vinte e nove de junho de seis centos e noventa e sinco se deu posse ao Governo desta Capitania ao Capitão Mayor que de prezentes o está exercendo Bernardo Vieyra de Mello, o qual tanto que tomou a dita posse vendo o miserável estado em que viviamos cauzado do levante econtinua guerra do Gentio Barbaro nos chamou a conselho, e a todos os homens de mayor suposição desta Capitania e Officiaes da Fazenda, e Milicia, e a todos em adjunto disse concordar em o meyo que vissemos mais conveniente, para aumento da Capitania, e milhor servisso de Sua Magestade, e crecimento na Sua Real Fazenda, e nos fez prezente huma carta de El-Rey Nosso Senhor escrita ao seu antecessor em tres de Dezembro do anno de noventa e quatro naqual foi Sua Mag.de. servido mandar que em tudo seguisse a ordem do Governador e Capitão Geral deste Estado Dom João de Lencastro; e logo nos apresentou outra do dito em que ordenava procurasse por todos os meyos de estabelecer apaz com o Gentio Barbaro, e como esta se achava terse dado um principio, concordamos todos vistas as ordens de Sua Magestade e Governador Geral se procurasse por todos os meyos ampliarse a dita paz, eque para aumento e segurança da Capitania, e suas povoações, *se fabricasse hum prezidio na Ribeira do Asu,* onde habitão com mayor frequencia os Barbaros, e fazendonos o dito Capitão Mayor prezente não havendo effeitos da Fazenda Real, nem para pagar aos filhos da folha por cuja cauza mandou Sua Magestade sepagasse em Pernambuco a congrua do Vigario desta Matriz, e que sô poderia obrar o que intentava se nos o ajudassemos, e esforçandonos com ser elle o primeiro que a si se pintou, e com o seu exemplo espontaneamente concorremos com a farinha necessaria para o sustento de seis mezes em quanto se dava parte ao Governador Geral; e com isto se ofereceo o dito Capitão Mayor a ir em pessoa dar

expedição atudo, e o f ez com muito zelo e desinteresse passando muytas calamidades pella grande invernada que houve, e falta de mantimentos, e se sustentou com toda a tropa muytos dias com frutas agrestes, por impidirem as innundaçoens dos rios não pode chegar o barco com os mantimentos, que por mar mandou conduzir e esteve o dito Capitão Mayor nos ultimos da vida por se achar naquelle sertão falto de todo o necessario e não foi essa grande enfermidade bastante para se retirar, antes sempre dispondo tudo com grande acerto e zello do Real Serviço, tendo muyto particular genio para saber haveres com O Gentio Barboro que os soube agradar, e ao mesmo tempo intimidar, que vierão a condecender o sogueitarselle a tudo o que quiz obrar, e com elle dispendeo muyto de sua Fazenda, e o tem feito com todas as mais Naçõens do Putigf Canindê, e agora novamente a dos Arias piquenos, que vivem nos confins deste sertão que por serem os de mayor poder, e mais remotados nos dávão o mayor cuidado, e o poz todo na redução destes o dito Capitão Mayor athe que fez decer o seu Principal ajustar a paz em aqual estamos ahe o prezente; e a nação do Canindê os tem reduzidos não sô apâz se não a fê e os obrigou a aldearse, e tem ja o seu chamado Rey levado a bautizar os seus filhos, e tudo obra o dito Capitão Mayor tão singularmente que não sabe faltar a nada da sua obrigação, e muyto recto da justissa, limpissimo de mãos e desinteressado sem ter nesta Capitania negoceo em grangeo algum; mais q tratar do servisso de el-Rey Nosso Senhor, e está seta capitania com grande ande principio de aumento e athe o prezente com grande socego, e se não achão nella mortes, nem vilencias depois q entrou a governar mandando prender criminosos, obrigando os mais a irem assistir ao Prezidio do Asú, e destes he temido, e dos bem procedidos amado, e com os pobres liberal tratando-os como a filhos são faltando as obrigaçõens de chistao, e muyto zeloso de Servisso De Deos e das Missoens, que por tudo he digno e merecedor de toda honra e merces q sua Magestade for servido fazerlhe. Passa todo o referido na verdade e o juramos aos Sanctos evangelhos e o juraremos todas as vezes que por qualque Ministro de Sua Magestade nos for preguntado; e por verdade passamos ests por nos a singnada e sellada com o sello que mto. nos serve aos dous de Mayo de seiscentos e noventa e sete annos em Manoel Trigueiros Soares a fiz e escrever (.....)

Pedro da Costa Faleyro (.....) Ban... Pimtel. — Mel. gomes Texeira — por Miguel Carvalho — Jusep e de MMaxim.

Ano Henriques ejá Tabsliam público do Iudicial e nottas nesta cidade do Natal Capitania do Rio Grande por Sua Magestade que Deos gu rde etc. certifico e dou in a fé em como os signaes asima (....) ao pé da sertidam assim e atraz (....)

Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa — Caixa 1 — Rio Grande do Norte — Capilha 60.

Documento n.º 3

Copia da Retificação da Paz feita com os Tapuias Janduís da Ribeira do Assu.

Aos vinte diaz do mez de Septembro deste prezente anno nesta Cidade do Natal Capitania do Rio Grande, nas cazas de morada do Capitão Mayor Bernardo Vieyra de Mello, e em sua prezença se achou tambem o chamado Rey dos Tapuyas Janduinz por nome Tayá Assú, o qual disse que vinha com sua propria pessoa a retificar a pâz que pellos seos principaez tinha mandado fazer visto que de novo ia havia d.º Capitão Mayor mandado assegurar; enviando-lhe em signal della hum seu Barão, e obrigado com isso vinha em pessoa, não só a retificar a mesma pâz, se não a assegurar que em nenhum tempo por si nem por outrem dos seos haveria mais guerra com os Brancos, e se obrigava a hir em nossa Companhia afaze-la a todos aquelles q não quizessem admitir a nossa amizade, e prometia ser fiel vassalo do Muyto Invicto, e Poderoso Senhor o Rey de Portugal, e Senhor nosso aquem prometia servir e obedecer e aos seos Governadores e Capitães Mayores com prompta obediencia como deve e hê obrigado; e da sua parte pedia perdão da desobediencia e seus erros passados pellos quaes prometia não sô condeceder a que se povoassem os sertoens, que a seu respeito se despovoarão senão que com seuz soldados ajudaria a reedificar os curraes e cazas, como jâ dera principio com os gados que agora havião chegado do Siarâ ao Assú, como dos mezmos homens que os havião trazido constava, e que estava per todos os Capitulos feitos na paz tratada com os seos e enviados, que são as que abaixo se declarão. // 1.º. que decendo do Sertão as nossas povoaçõens não poderão trazer armas mais que athe os sitios que chamão do Taypâ, ou da Pirutuba e vindo pella praya athê a barra do Siará Merim. // 2º. que com os Brancos que vão para o Sertão do Assú acria seos gados, terão toda a união e conformidade e os ajudarão para os beneficios dos mezmos gados, e condução delles, pagandolhes o seu trabalho. // 3º. que se alguâ outra nação se rebelar, ou desobedecer, irão com os Brancos afazer-lhes guerra, athe os reduzirem â nossa obediencia. // 4º. que não consintirão em sua companhia os escravos fugitivos dos moradores, antes os prenderão e trarão abaixo e selhes pagará a sua diligencia. // 5º. que por quanto entre nos vive alguâ gente da sua nação, machos e femeas, jâ domesticos, catequizados, e bautizados que não pretenderão levalos comsigo para o Sertão, por não ser justo que sendo bautizados e filhos da Igreja tornem ao barbarismo de q sahirão; mayormente porque estão todos voluntariamente, contentes e satisfeitos na Companhia dos Brancos. E com isto o dito Capitão Mayor lhe deu o segurou o dto. perdão e paz que pedião tudo em nome do Governador e Capitão Geral deste Estado Dom João de Lancastro,

e conforme a sua ordem que sobre este particular achou por carta sua aseu antecessor o Capitão Mayor Agostinho Cesar de Andrade; e logo pelo dito Capitão Mayor lhe foi admoestado o muito que lhe convinha assi como se sojeitavão â obediençe de vassalos de Sua Magestade que Deos guarde, o abrassarem juntamente a paz espiritual, querendo aldearse e asseitar sacerdote q lhe administrasse os sacramentos e ensinasse a doutrina christam; ao que respondeo o chamado Rey fallaria com todos os mais para se aldearem dandoselhe na Ribeyra do Scarâ Merim desta Capitania terras donde pudessem fazer suas plantas, por serem as do Assú muy secas para nellas se plantar possa; e o dito Capitão Mayor lhe prometo dar lhes terras donde elles commodamente se pudessem aldear, e para mayor capacitalos lhes deu logo alguâ ferramenta, mandando com elles pessoas que os fosse acomodar na parte mais conveniente — e para que bem contasse tudo o tratado assima mandou o dto. Capitão Mayor nomeasse homem Branco mais seus confidentes que por sua parte aceitasse as condiçoens impostas e assignasse este tratado como testemunho de tudo o sobredito, que lhes foi lido, e explicado pello milhor modo q possivel foi para o poderem entender; para o que nomeou o dito chamado Rey ao Capitão Garpar Freyre de Carvalho, que com o dto. Capitão Mayor assignou perante muytas pessoas que prezentes estavão, e do mesmo chamado Rey, e dos seus interpretes que com elle se acharão, e mais Tapuyas que em sua companhia vierão; e de tudo mandou o dito Capitão Mor. fazer este assento, e que se legislasse donde toca. Dia ut supra. João de Abreu Barreto o fez anno de mil e seiscentos, e noventa e sinco. // Bernardo Vieyra de Mello. //*Cruz de Tayâ Assu.* // Gaspar Freyre de Carvalho. O qual eu Manoel Euzebio da Costa tresladey bem e fielmente do proprio que esta lansado no livro segundo dos Registros da Secretaria deste Governo do Rio Grande e folhas cento, e quinze, a que me reporto, e vay sem cauza que duvida faça. Sobredito o escrevi.

(Aquivo Histórico Ultramarino — Lisboa — Caixa n.º 1 — Rio Grande do Norte — Capilha 60: "1710, 11 de julho: sobre Bernardo Vieyra de Mello e a luta com os negros dos Palmares")

Documento n.º 4

Copia do Tratado de paz feita com os Tapuyas Ariâs piquenos

Aos vinte diaz do mez de Marso deste prezente anno, neste Cidade do Natal Capitania do Rio Grande, nas cazas de morada do Capitão Mayor della Bernardo Vieyra de Mello, e em sua prezensa se achou tambem o chamado Rey dos Tapuyas Ariâs piquenos por nome Peca, que habitão nos confins desta Capitania, no mais intimo destes sertoens; o qual disse que vinha com sua propria pessoa ajustar

apâz por estarem todas as naçoens mais vizinhas, e que residem no distritto desta Capitania, unidade da mesma pâz e â nossa amizade; o qual disse que em nenhum tempo, por si nem por outrem dos seus haveria mais guerra com Brancos e se obrigava a fazella ato dos aquelles que não quizessem admitir a nossa amizade; e prometia ser fiel vasallo do Muito Invicto, e Poderoso Senhor Rey de Portugal nosso Senhor, aguem prometia servir e obedecer e aos seus Governadores e Capitães Mayores com prompta obediencia como deve e hê obrigado; e de sua gente pedia perdão da desobediencia e seus erros passados pellos quaes prometia não sô conceder a que se povoassem os Sertões que a seu respeito se despovoavam; senão que com seus soldados ajudaria a fazer curraes e cazas para se meterem gados nas terras em que habitão, como o havião feito os do Assú. E com isto o dto. Capitão Mayor lhe deu perdão dos seus erros passados e lhes segurou a pâz que pedião tudo em nome do Governador e Capitão Geral deste estado Dom João de Lancastro e conforme a sua ordem que para isto tinha — porem com as condiçõens contheudas nos capitulos seguintes: 1°. que decendo do Sertão âs nossas povoaçoens não poderão trazer armas mais q athe os sitios que chamão do Taypâ ou da Pirituba, ou do Iacu, e vindo pella praya athe a barra do Siara Merim. 2°. que com os Brancos que vão para os Sertão do Assú, ou para donde elles habitão, acriar seus gados terão toda e conformidade e os ajudarão para os beneficios dos mesmos gados, e condução delles pagandolhes o seu trabalho. 3.° quese alguâ outra nação se rebelar, ou desobedecer irão com os Brancos a fazerlhes guerra athe os reduzirem â nossa obediencia. 4°. que não consintirão em sua companhia os escravos fugitivos dos moradores, antes os prenderão, e trarão abaixo, e selhes pagarar a sua diligencia. 5.° que porquanto entre nos vive alguâ gente da sua nação machos e femeas, jâ domesticos catequizados, e bautizados, que não pretenderão levalos comsigo para o Sertão por não ser justo que sendo bautizados, e filhos da Igreja, tornem ao Barbarismo deque sahirão mayormente, porque estão todos voluntariamente contestes, e satisfeitos na companhia dos Brancos. E porque na sua rudeza pode haver alguâ incapacidade no asseitarem as dtas. condiçoens lhe disse o dto. Capitão Mayor que nomeasse um Branco, seu amigo e confidente, para em seu nome asseitar as dtas. condiçoens e prometerem a observancia dellas, o qual elegeo ao Capitão Antonio Alz, Correa seu condutor aquem buscarão por ser seu conhecido, antigo, por ter terras adonde hê sua habitação, e aver nellas tido gados que com o levante da guarre do dito gentio se destruiram; o qual vendo serem as condiçoens todas racionais e toleraveis as asseitou e assignou este tratado em seu nome, em que tambem assignou *com huâ cruz* o dito Rey Peca, e um seu irmão por nome o Capitão João Pinto Correa. E de tudo mandou o dito Capitão Mayor fazer este assento, e que se registasse donde toca: Manoel Euzebio da Costa o fiz. Anno de mil e seiscentos, e noventa,

e sete. Bernardo Vieyra de Mello// Cruz do Peca// Cruz do João Pinto Correa// Antonio Alvares Correa. O qual eu Manoel Euzebio da Costa tresladey bem e fielmente do proprio que está lansado no livro segundo dos Registos da Secretaria deste Governod o Rio Grande afolhas cento, e quinze, everso a que me reporto, e vay sem cauza que duvida faça. Sobredito o escrevi.

(Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa — Caixa n.º 1 — Rio Grande do Norte — Capilha 60.)

Documento n.º 5

Parecer do Conselho Ultramarino sôbre a nomeação de Bernardo Vieira de Mello por mais três anos para o Rio Grande do Norte

Senhor,

Os moradores da Capitania do Rio Grande, emhua petição por elles assinados, fazem presente a VMagde. por este Conselho, em como vendosse atantos annos, na alição, calamidade, mortes, e iugo que padecião desde o levantamento do getio barbaro, por lhes destruir todos os gados que possuhião nos certõens, sendo o unico grangio de que uivem; fora VMagde. seruido mandalos gouernar a quella Capitania pello Capitam mor Bernardo Vieyra de Mello, o qual asim que tomou a posse, não sô tratou de buscar os meyos para assegmento. della, mas fabricou hum prezidio na Ribeyra do Assú, ondeia hoje estão cituados mais de oito mil cabeças de gado, tendo com o seo grande zello e boa disposição, reduzido todo o gentio daquella Capitania a hua universal paz, sendo com a mesma igualdade temido, e amado delles, pello singular genio e liberalidade com que os trata, por sua cauza tenhão hoje todos aquelles certões (de antes impedidos pello gentio) com grande principio na povoaçam delles; e a Capitania em grande socego sem haver mortes, nem insultos pella rectidão com q administra ajustiça, sendo para os malfeitores recto, e para os bem procedidos afavel, e piadoso para os pobres e muy desinteressado. E porque sendo mudado podião elles Supptes. experimentar alguma variedade, tanto no gentio, como no bom principio, e socego, com que tenhão por sua cauza.

Pedem a VMgde. sequeira dignar, por Sua Real grandenza, concederlhes a assistencia do ditto Capitam mor por outro trienio, visto o que reprezentão, e serpara milhora do Serviço de VMagde., aumento daquella Capitania e das Rendas Reaes.

Apetição referida remeterão a VMagde. em hua carta, os Oficiais da Camara da dita Capitania do Rio Grande, por lhe hauerem dado o Procurador do Conselho.

E sendo tudo uisto

Pareceo ao Concelho representar a VMagde. — Bernardo Vieyra de Mello, foi nomeado neste posto de Capitam mor do Rio Grande pella boa opinião que se tem do seo procedimento, e que aquelles mdores., que a experiencia tem mostrado que elle obra muito nesta Capitania pudia ser muy util, assim o Seruiço de VMagde. como conforme as esperanças que setinhão da sua pessoa, e como estes (...), tenhão padecido tanto nas incursões dos gentios, assim nas suas fazendas, como nas mortes repetidas que aquelles barbaros fizeram em muitos delles, e se contentem do governo deste Capitam mor, e ser justo sestenda no tempo presente ao que pertendem, principalmente quando conciderão que a sua segurança e augmento pode consistir em senão apartar daquella Capitania o ditto Bernardo Vieyra de Mello e se hauer boa informação por outras partes dignas de credito, de que o Suppdo. obra com todo zello no dezempenho das Suas obrigações — que VMagde haia por bem de que selhe p/prorrogue por outros trez annos a assistencia deste posto. Lixa. 7 de agosto de 1697.

Bernardim Freyre de Abdrade
O Conde de Alvor
Duarte Teixeira (...)

Como parece. Lxa. 11 dezbro. de 697
Rey

(Arquivo Histórico Ultramarino — Caixa n.º 1 — Rio Grande do Norte — Capilha 34 — Parecer do Conselho Ultramarino sobre a petição dos moradores da Capitania do Rio Grande do Norte que pedem O Governo de Bernardo Vieira de Melo por mais três anos.)

Documento n.º 6

Senhor.

Depoiz q dei conta a VMagde., o anno paçado, de estar a situado o gentio Canindê, sucedeo, ou plo. sitio ser menos conveniente, ou pela sua natureza senão acomodar a viver fora do clima do do Sertão, q hê deverço deste lhe deo o achar que de maleitas, do qual morrerão 7, ou 8 crianças, e juntamte, o seu Principal chamado Canindê, e o q mais me deo q sentir foi w hum clerigo Manuel Serrão de Olivra. q o Bispo de Pernco remeteo pa. asistir com eles, o fez tão mal, q a nenhum bauptizou podendo irem todas almas pa. o Ceo, de q dei parte ao mesmo Bpo., e o repredeo, sendo q plo. seo discuido e ignorancia merecia bem castigado e o mais gentio disgostozo tanto do acha que, q experimentavão, como da morte do seo Principal, vendo a pouca asistencia q ope. lhe fazia se foi buscando o seu sentro, q hê o sertão do que sendo eu â vizado montei pessoalmte air ter com elles, e os âchei jâ distanciados perto de tres legoas, e extra-

nhandolhe com amoderação necessra, amudança q gazião me derão a contar ser a sua maior penna o morrer ò seu principal, cosmais sem o pe. os Bauptizar pedindolhe elles varias vezes, eotornei a capacitar pa. q se aldeacem em hu lugar q lhe ficava mais ao sertão, tanto por ser o clima semelhante ao em q elles vivião, como porficar perto das suas cômedias, e com q feito i fizerão, e estiverão athe o prezte., e depoisdo pvo. alvoroço q tiverão com a chegada do Paulista socegados q forão se oferecendo pa. o Assú, e agora proximamte. me aviza o dto. pe. se forão todos embora, com esta ultima rezolução do gentio. como em outra dei conta a VMagde., e fico tornando de nouo afazerlhes as deligencias necessarias. auer seosposso capacitar do receyo em q estão dos Paulistas, a Catholica, e Rl. pessoa de VMagde. Gde. Deos como este humilde, e leal vaçallo deza. Rio Gde. 20 de Mayo de 699:

Bernardo Vieyra de Mello.

Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa — Caixa 1 — Rio Grande do Norte : 1699, 20 de maio.

Documento n.º 7

2ª. Carta Patente de Bernardo Vieira de Melo.

Dom Pedro, por Graça de Deos Rey Rey de Portugal, e dos Algaver, daquem e dalem mar em Africa senhor de Guinê, e da Consquista, Navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Percia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta uiram q tendo respeito aos maradores da Capitania do Rio Grande me hauerem representado a grande conueniencia que se lhes tem ceguido depois que Bernardo Vieyra de Melo entrou a exercitar o posto de Capitão mor daquella Capitania, em que o prouy por tempo de trez annos; pedindome lhes concedesse a sua assistencia por outro trienio, a attendendo aos seus bons procedimentos, e a ser informado obrar mto. de zello no dezempenho das suas obrigações; E por esperar delle que da mesma maneira se havera daquy em diante, conforme a confiança que faço de sua pessoa: Hey por bem fazerlhe merce de lhes prorrogar por outros trez annos o exercicio do dito posto de Capitão mor da Capitania do Rio Grande, os quaes terão principio acabados os primeiros trez annos em q delles está prouido; com o qual posto haverá o ordenado que lhe tocar e todos os proes e percalços que direitamente lhe pertencerem; Pello que mando ao seu Governador, e Capitão Geral do Estado do Brazil deixe continuar ao ditto Bernado Vieyra de Mello no exercio do ditto posto de Capitão mor da Capitania do Rio Grande por outros trez annos, debaixo da mesma faça juramento e omenagem que delle deu quando o comessou a seruir

e haver ditto soldo, proes e percalços como ditto he; e pagou denouo direito sincoenta mil reis que se carregarão ao Thesoureiro João Soares a fl. 234; cujo conhecimento em forma se registra no Registro Geral fl. 231; Dada na Cidade de Lisboa aos sette dias do mez de janeiro; Manoel Pinheyro da Fonseca a fes. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil, e sette centos; e reuendo Andre Lopes de Laura a fes escreuer.

El-Rey

Carta Patente por q Sua Magde. faz mce. a Bernardo Vieyra de Melo de lhe prorrogar por outros trez annos o exercicio do posto de Capitão mor da Capitania do Rio Grande os quaes terão principio acabado os primeiros trez annos, em q delles esta prouido; como nella se declara q vay por duaz viaz.

Verso:

Por resolução de S. Magde. de 11 de septbro. de 697; em const. do consº. Ultno., do dº. mez, e anno, fls. 49, João de Roxas Azeuedo.

Registrada a folhas 315V. em o L.º 10 de Officios q serue na Secreta. do con.lho. Ulto. Lxa. 26 de Janr. de 170C

* * *

(Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa — Caixa n.º 1 — Rio Grande do Norte — Capilha 60: "1710, 11 de julho — Sobre Bernardo Vieira de Mello e a luta com os negros do Palmares" — original).

Documento n.º 8

Senhor,

Aos Reays pes de VMagde. me peosto com esta agradecendo a em ce. q. V. Magde. foi seruido p. sua Rl. Grandeza fazerma na ocupação de Cappm. Maior desta Capnia. do Rio Gde. em aquel quizera eu ter obrado, não só como foi minha obrigação, senão transseder os limites della; Se o não fiz seria p. ignorar as de maior asserto, não p. me faltar o dezo. comq. sempre me acho de merecer aquellas, no R. Servº de V. Magde., e como se compleitãm na frotta vindoura os trez annos, q. V. Magde, foi seruido prorrogarme, sendo gosto de V. Magde. me fasça, aliviarme do mto. q. aquy padeço sem poder obrar no Real Servº de V. Magde. o q. dezjo. A Catholica e Rl. pessôa de V. Magde. Gde. Deos como este humilde e leal vassallo de V. Magde. dezja. Rio Gde. 5 de junho de 1700.

Bernardo Vieyra de Mello

(Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa — Caixa n.º 1 — Rio Grande do Norte — Capilha 48: "5 de junho de 1700 — Carta do Capitão Mor Bernardo Vieira de Mello".)

Documento n.º 9

Senhor

Depois, q dey conta o anno passado a V. Magde. da chegada do Terço chamado Paulista, a esta Capitania e do modo que daria principio a obra o seu Me. de Campos Mel Alz. de Morais Navarro, adey ao Govor. Gl. deste Estado D. João de Lancastro, p. ser obrigação minha informallo da verdade, ignorando q nisso fazia crime; q prezumo o fis maior em dizer a havia dado a V. Magde., e me respondeo en termos, q eu nunca prezumy, experimentar, q como declarey, o pouco que era conueniente o dto. 3º. contão largas despezas da Rl. fazda. de V. Magde. em tempo menos necessarº., semestranhou isto estando, q. mensão achey com vallor de lhes responder, nem de fazer prezente a V. Magde., pois vejo, ser o meu maior crime o zello de querer ver menos experdiçada o Rl. fazda. de V. Magde. em hua conquista, q. seobra nella de manra. como suponho sera prezente a V. Magde. das devassas, q. mandou tirar o Bpº e Govor. de Pernco., e do q. commigo tem uzado o dto. Me. de Campo testemunhar, o papel, q. com esta remeto a V. Magde. e o prejuizo q. se segue aos maradores desta Capnia. sendo sô por. conviniencia pa. os Paulistas, não se satisfazendo o dto. Me. de Campo dos q. logrou na paga que selhe foi fazer de *15cr$*. q. vierão em dro. da Bª. embolçando mas. pratas, q. como corre anatriculla de lles, o mais p. sua orde se acharem inda pouco *30cr$*. pª se despenderem cada anno, comendose prtas de Tapuyas, q. andão plos. seos rancho e soldados, q. alguns nem na mostra apareceram, como eu não louvo semelhantes exorbitancias, sou avaliado em menor seruidor de V. Magde. A Catholica, e Rl. pessoa de V. Magde. Gde. Deos, como seo leal vassallo desejão. Rio Gde. 6 de junho de 1700.

Bernardo Vieyra de Mello

(Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa — Caixa n.º 1 — Rio Grande do Norte — Capilha 49: "Carta do Capitão Mor Bernardo Vieira de Mello em que dá conta das exorbitantes despezas com o Terço dos Paulista".)

Documento n.º 10

Bernardo Vieira de Mello. Eu ElRey vos envio mto. saudar. Viuse a vossa carta dc 9 de junho deste anno, emque daes conta do que obrastes na cituação do gentio Jandoim. E pareceume discinos obrastes bem em executar a ordem que tivestes sobre este particular do Governador de Pernambuco. Escrita em Lixa. a 14 de dezembro de 1701.

Rey

pa.
Bernardo Vieira de Mello.

(Arquivo Histórico — Ultramarino — Lisboa — Maço n.º 1 — Rio Grande do Norte — 1623 a 1714 — Capilha 60.)

HISTÓRIA DA IMPRENSA NO RIO GRANDE DO NORTE

O AUTOMÓVEL

M. RODRIGUES DE MELO
(Sócio Efetivo)

I

Órgão de uma Sociedade Anônima, *O Automóvel* se dizia *jornal meio sério, meio risão,* tendo por lema o *útil e o agradável.* Tinha redação ou sede-garage, à rua Silva Jardim, 36. Uma corrida, isto é, um exemplar, custava $ 100 réis. Circulava aos domingos e não tinha redatores ostensivos. Em um dos seus números informava: "O corpo redacional de *O Automóvel* compõe-se de rapazes sem paixões subalternas". Realmente, o que dominava nas páginas do jornal da Silva Jardim, era a pilhéria inofensiva, a graça, o riso franco o cordial. O seu primeiro número circulou a 8 de setembro de 1912. Devo, ao Dr. Roberto Bezerra Freire, de saudosa memória, o conhecimento desse jornal, numa coleção primorosamente encadernada. O último número dessa coleção é o 45, de 13 de julho de 1913. Não sei se foi além desse número. O jornal parecia ser feito por gente bem relacionada na classe média e alta da sociedade. Henrique Castriciano, Brito Guerra, Ponciano Barbosa, Elói de Souza, Alberto Roselli, Anfilóquio Câmara, Nestor Lima, Barôncio Guerra, João Bigóis, Belarmino Lemos, Oscar Rubens, Moisés Soares, dezenas de outros constituíam a mocidade da época, merecendo registro, na crônica social e elegante da cidade. Belarmino Lemos, Virgilio Trindade, Jorge Fernandes, Alberto Roselli, Afonso Saraiva, Nizário Gurgel e outros aparecem dançando valsa nos melhores salões da urbes. O termo da moda é *smart.* Áurea Rocha, vencedora num concurso de beleza, é decantada em soneto decassílabo, por *Til,* em página inteira, sob o título:

VENCEDORA

Deu-lhe a Natura uma beleza rara
E a graça das donzelas potiguares
Ai como é bom ouvir-lhe a voz tão clara
Plena de sons estranhos, singulares.

Ao doce coração que nunca amara
Deu-lhe a pureza eterna dos luares
E nos seus olhos castos derramara
O azul encantador dos nossos mares.

Nos seus sonhos de moça descuidosa
Sorri feliz às nuvens cor de rosa,
Tal como a flor sorrindo desabrocha.

É ventura dos céus. Sua Virtude
Sagro, cantando ao som deste alaúde:
— É a mais bela das belas — ÁUREA ROCHA!

Os Drs. Calistro Silva, Wal de Mar e Henrique Hurley são dados como redatores do jornal. Tasso Leite, Barreto Sobrinho, Ezequiel Wanderley colaboram ostensivamente. *Donalba* assina vários artigos. O jornal publica versos póstumos de Ferreira Itajubá. O livro póstumo de Gotardo Neto, *Folhas Mortas*, circula em junho de 1913, merecendo boas referências do jornal. No mesmo ano, circula o folheto *Violão sem mestre*, de autor não mencionado. Barreto Sobrinho publica o seu livro *Mármores*, edição de *A República*. Passageiro do vapor Bahia, rumo ao Norte, salta em Natal, o escritor Paul Adam, que percorre a cidade de automóvel, em companhia do professor Abél Barreto, 1912. Impresso na Tip. de Augusto Leite, *O Automóvel* terminou tomando posição ao lado de José da Penha, de quem publica, em vários números, a conferência pronunciada em 1910, no Pavilhão Internacional, Rio, sob o título: *Oligarquia, Anarquia, Ditadura*. Governava o Estado a figura excepcional de Alberto Maranhão, considerado por todos como o civilista do momento, pouco lhe faltando para ser um verdadeiro príncipe do renascimento. A publicação de *O Automóvel*, naquela fase de transição da vida brasileira, significava uma reviravolta na vida das instituições sociais e políticas. José da Penha era o profeta das novas instituições, anunciando e pregando a derrocada das oligarquias. *O Automóvel*, tornando-se eco daquelas aspirações, dizia em seu artigo de apresentação, intitulado:

A Caminho

"Nos tenebrosos tempos que correm, parece que este assombroso progresso que nos deslumbra a vista, é a predição de um tempo que não vem longe e que é todo de lisongeiras esperanças.

E vós, mocidade sonhadora da Terra dos Jerimuns, deveis trazer o vosso concurso, fazendo luzir vossas penas de ouro, em bem do nosso porvir sorridente.

Temos por lema o *útil* e o *agradável,* estas grandes e adoráveis coisas que o célebre Geraldo nos fez ouvir ao som de ruidosas gargalhadas.

O automóvel é um símbolo de progresso e alguém já disse isso por aqui, e nós precisamos de uma evolução poderosa e fecunda para a felicidade que aspiramos sôfregos e assim tomamos para a nossa bandeira de guerra, queremos dizer, de paz, o automobilismo, o meio mais fácil, e o meio prático de chegarmos à perfeição.

Não temos idéias estravagantes e nem tampouco queremos botar nesta plataforma, como fazem as sociedades do burgo, leis e artigos que os próprios legisladores são incapazes de por em prática. Queremos o progresso seja como for, por qualquer frioleira, e quem assim não afinar não forma com o pessoal escovado d' O *Automóvel,* que há de ser o principal e mais fecundo exemplo de coragem, de abnegação e de heroísmo na transformação da velha Potiguara, no Eldorado brasileiro, na terra melhor do mundo.

E assim queremos fazer das nossas energias de moços a mais poderosa arma em prol do saneamento moral do nosso berço, que não é somente o pé de algodão, o coalhador de sal, o alambique de aguardente, a cana-de-açúcar, a panela de queijo esplêndido e o ramo viçoso do jerimum velho de leite.

O *Automóvel* mostrará ao mundo todo que nós temos poetas e jornalistas de toda categoria, literatos e dramaturgos de toda espécie, cientistas e sonhadores de toda a monta, altos e baixos, pretos e brancos, feios e bonitos, gordos e magros e em tão crescido número que se fossem retratados todos de uma só vez, a fotografia muito se aproximaria à *saída do pessoal das nossas fábricas* da famosa manteiga *Lepelletier.* E... a caminho"...

Este artigo, excetuando o ar de ironia que o informa, poderá ser considerado o manifesto que introduziu a revolução da máquina na vida norte-rio-grandense... muito antes de Marinetti anunciar o seu futurismo...

Afinal, qual era o corpo redacional deste jornal?
Era o mais numeroso que já vimos.

Redator-Chefe — Antônio Milhomes; *Redator-Secretário,* — Tenente Calistrato; *Redatores:* José Antônio Arêas, Supicino Barros e José Irineu; *Chefe de Reportagem*: Julião Bento; *Tradutores*: Euclides Pinto e Evaristo Leitão; *Chefe de Revisão:* Ovídio Pereira; *Revisores:* Hermógenes de Medeiros, Brasiliano de Góis e Porfírio Cavalcanti; *Reporteres em serviço ativo:* Francisco Campos, Capitão Silvino, Xavier de Miranda, Manoel Machado, João Lins, Joaquim

Henrique de Moura e José Cerqueira; *Reporteres portadores:* José Maria, João Alecrim, Antônio de Oliveira; *Gerente*: Joaquim Gomes; *Sub-Gerentes:* Cussy de Almeida e Alexandre Vasconcelos; *Cobrador*: Dr. Henrique Hurley.

Outra curiosidade desse jornal era a quantidade de pseudônimos. Vejamos: Zero, Ma-rus-ki-no, Calistro Silva, La-Grange, Til, Nick-Winter, Wal de Mar, J. Vadio (João Estévão), Tancredo, Tenente Palatão Carrepetá, Fulano de Tal, Um da Garage, Zé Cazuza, Zé das Loisas, Zé de Lima, K. P. Ta e Cia., Victor Hugo, Rodas de Borracha, K. P. Tão, K. P. Tinha, C. A. (Cleodon ou Cícero Aranha?) Dr. Sem Que, Joel, Dr. Dourado, Dr. Chiribi-puru-sabá de Cururd, G. Guidon, João Calado, Dr. K. Lado, Camelo, Zé Lixandre, Acacia de Floresta, Xico, Barnabé, Mário, Carlêto, Emília, C. Aranha, (Cleodon ou Cícero Aranha?) Donalba, Zé Avenida, Zé Utinga, Zé Macau, Zé Limpas, Vadio, Fiat, O Vigia, Madame Thebas, Fausto, Vírgula, Binóculo, Zé Político, Réo, Dr. Cazuza, Alice, Cabaceres Fuentes, X. P. T. O., Potiguar-Assu, Judas, D. I., J. Pinto, César, K. Lindo, João Turco, Marusco, Preto Limão, Gibite, Pinum, Harry Tax, D. Bazan, Quincó, Vilaça, etc.

Na distância de mais de meio século é difícil, senão impossível, identificar tanta gente que já se foi "da lei da morte libertando".

Nessa altura, uma pergunta se impõe: de que vivia esse jornal?

Do idealismo dos seus redatores.

Os anúncios eram poucos. Não iam além de dez. Cerveja Antártica, Discos da Casa Faulhaber, Trajano Gomes, (Cirurgião Dentista), Polytheama, Pathé Cinema, O Propheta, (Francisco Cascudo Cia.), Serviços de Encadernação, de Antônio Lustosa Cabral, Pensão Brasil, A Elegante, Restaurante Natal.

O PARAFUSO

II

Ninguém ignora a finalidade do parafuso, na sua função normal, diária, de instrumento perfurante, largamente utilizado na arte da carpintaria e da mecânica.

Em sentido figurado quer dizer: o importuno, o incômodo, o indesejável. Em sentido literário, não é outra a sua accepção: aquele que incomoda, que aborrece, que fere, que intimida, que molesta, que ironisa, que desagrada, que revolve, que caustica os erros da sociedade em que vivem os seus diretores, redatores, leitores, assinantes e anunciantes.

O título dá idéia de mordacidade, picardia, desgosto, ironia, ressentimento, extravasando através das páginas torturadas e nervosas do jornalzinho crítico e literário.

É o caso, por exemplo, deste panfleto natalense.

Dizendo-se *crítico, fogoso, humorístico, noticioso,* teve o seu primeiro número publicado no dia 16 de janeiro de 1916, quando, lá fora, na Europa, estalava a guerra, e o Brasil, internamente, andava a braços com os efeitos de uma das secas (1915) mais calamitosas do século XX.

Apresentava como diretor "UM JOVEM", cujo nome não revelava, e que seria, talvez, o adolescente Manoel Teixeira de Moura, que daqui partia, a 26 de fevereiro do mesmo ano, no vapor "Brasil", para enfrentar a vida no Rio de Janeiro.

Os seus redatores se ocultavam sob as iniciais P. M. (Pedro Marinho de Carvalho) e C. R. (Cipriano Rocha Filho), enquanto os colaboradores eram aceitos sob a condição de "quem tiver coragem e dinheiro".

"O Parafuso" mantinha-se com as publicações, anuncios, assinaturas que faturava aos seus clientes, sendo estas na seguinte base: Ano, 5$000; Semestre, 3$000 Trimestre, 2$000; Número Avulso, $100. Era semanário, domingueiro, medindo 32 x 23, com redação à rua Dr. Barata, 27. Do número 46 em diante, aparecia como diretor o jovem Odorico Moreira Dias, funcionário dos Correios e Telégrafos. Os redatores mantinham-se os mesmos.

Em seu número 55, de 14 de janeiro de 1917, aumentava o formato para 50 x 35, anunciando uma edição especial para comemorar o primeiro aniversário de sua fundação.

Este número antecipa a edição de aniversário, publicando fotografias do diretor, Odorico Moreira Dias, José Cabral de Macedo, retador-chefe, Cipriano Rocha Filho, redator-secretário, Pedro Marinho de Carvalho, redator-gerente, Jeferson Batista, representante no interior do Estado, Deolindo Lima e Josafá dos Santos, amigos e admiradores do jornal.

Não sabemos se foi além do primeiro ano. Afora o número variado de colaboradores, ocultos sob pseudônimos, nem sempre identificáveis, conseguimos registrar ainda os seguintes nomes: Gotardo Neto, post-morte, Nicomedes de Figueiredo Álvares, Francisco Piloto, Batista Cabral, José Mendes da Costa Júnior, Francisco Palma, Bezerra Júnior, Vitoriano de Medeiros, Luiz de França Varela, Antônio Glicério, Josué Silva, Manoel dos Santos Filho, Sebastião Fernandes, Demócrito Leite, Jorge Fernandes, José Alcino, José Gabriel Gomes da Silva. João d'Alsácia, J. Vadio e Z. Balos, pseudônimos, respectivamente, de Pedro Lopes Júnior, João Estêvão da Silva e Virgílio Trindade, apareciam frequentemente nas colunas deste jornal.

Natal dessa época era uma cidade pacata, tranqüila, sem pressa quanto ao seu progresso e ao seu desenvolvimento. Sendo uma das cidades mais antigas do País, (1599), poderia ser dito em abono do seu atraso que "idade não é documento".

O fato é que a primeira grande guerra, (1914-1918), encontrou-a parada e assim ficou até 1930. Na fase aqui mencionada (1916-1917) não ia além de 30.000 habitantes. A política não passava de um engodo nas mãos feiticeiras dos seus manipuladores. As eleições eram feitas a bico de pena e os partidos não passavam de simulacros de democracia e liberdade.

As ruas e os logradouros públicos tinham nomes pitorescos, como estes: Tamarineira, rua do Fogo, rua do Camboim, rua do Sebo, rua do Comércio, rua Benjamin, rua da Jurubeba, Bica da Telha, rua do Triunfo, Santa Cruz da Bica, Salgadeira, rua Nova, Barbacena, rua dez e quatro ou rua do Quartorze, rua dos Tocos, Beco da Lama, Beco da Quarentena, rua da Palha.

Os cinemas eram mudos e respondiam pelos nomes de Roial e Politeama.

O povo, supersticioso e crédulo, acreditava no lubisomem, na caipora e por isso criava em torno do progresso de Natal a anti-mística do *já teve*...

"O Parafuso", impregnado dessa filosofia, dizia aos seus leitores: "já tivemos fábrica de tecidos; já tivemos fábrica de sabão; já tivemos dez lojas de fazendas em cada rua de Natal; já tivemos mais de dez hotéis na cidade; já tivemos a barca "Progresso"; já tivemos uma oficina de encadernação".

A rua da Palha era, nessa época, a mais importante da cidade. Pelo menos, se não era a mais importante, era ali que se realizava o carnaval. Um colaborador de "O Parafuso", Kromprinz, (*) em artigo de fundo, de 19 de março de 1916, dizia sobre o carnaval: "Vimos na rua da Palha, o desenfreiamento do Zé Pereira; homens e mulheres, num furor bélico, batendo-se a cloretil, disputando, com uma bravura tedesca, o canto de *um olho* onde o éter *explodisse* fazendo recuar o adversário. Vimos também a figura insinuante de um homem vigoroso, apesar de sua idade avançada, que, perdido na multidão, parecia sentir com o seu povo o enleiamento do folguedo — era o Exmo. Governador do Estado, que percorria a rua da Palha, alvoroçando as nossas gentis patrícias, ávidas por obterem a primazia de cloretizar-lhe o rosto; e no meio desta loucura, entre aquele arfar de rendas e de leques, os moços se embriagavam com sorrisos, os velhos se embriagavam com saudades"....

Esse governador não era outro senão Ferreira Chaves que sabia conciliar a sua austeridade de governante com os momentos de alegria e expansão do seu povo na maior festa de confraternização universal.

(*) — Pseudônimo de Heroiso Pinheiro.

"O Parafuso" registava ainda, entre outros assuntos, a polêmica de Elói de Sousa com Pinto de Abreu, nas colunas de *A Imprensa* e de *A República*, a presença do farmacêutico Mariano Lemos, em Macaíba, (1916), a existência de "ardorosos socialistas", no meio do operariado natalense, especialmente no seio da Liga Artístico-Operária. Outras alusões a socialistas abrolham nas colunas do jornalzinho da rua Dr. Barata. É mais ou menos dessa época a primeira greve promovida em Natal por operários da Great Western.

Na secção "Dizem", por exemplo, noticiava "O Parafuso", de 30 de janeiro de 1916, que, "pelo operariado" vão se apresentar deputados, o subdelegado do Alecrim, alfaiates C. Andrade e Lúcio Carneiro, o professor Ivo Furriel, o marceneiro João Batista e outros ardorosos socialistas".

Tasso Leite, jornalista e sócio benemérito da Liga, aproveitando o aniversário da instituição, pronunciava conferência sobre a "questão social", na noite de 28 de fevereiro de 1916, ocasião em que se inaugurava também "o retrato do nosso inesquecível companheiro Manoel Ferreira Itajubá".

Era a fase do socialismo científico de Prudhon, espalhado pelo mundo, através de traduções em brochuras francesas, de feitio romântico, com acentos de snobismo ultrapassado...

Esses jornalzinhos, simples, modestos, despretenciosos, zombeteiros, folgazões, lidos com olho de lince, trazem muita luz à história das idéias sociais e políticas do seu tempo.

O PANGAIO

III

Que quer dizer pangaio? Na Ásia, "pequena embarcação, cujas tábuas são unidas por meio de cordas". No Minho, moço que trabalha pouco; ocioso, mandrião. Em Trás-os-Montes, o mesmo que peralvilho. (Caldas Aulete).

No Brasil, significa, mandrião, farrista. (PDLP)

Particularizando o termo ao Rio Grande do Norte, quer dizer, coisa velha, sem préstimo; molambo, tira de pano ou de papel, lataria, pespegada na traseira do indivíduo, do carro de mão ou motorizado, fazendo barulho, causando escândalo ou ridículo.

Em 1917, dizia-se em Natal, "botar pangaio", isto é, botar na boca da rua, descobrir as mazelas da sociedade contemporânea.

O divulgador dessas expressões era o jornalzinho *O Pangaio*, fundado em Natal, no dia 18 de fevereiro de 1917, por Jeferson Batista, diretor, tendo como redatores Jegue, K. Taxato e Corisco. Impresso na Tipografia Augusto Leite, rua Dr. Barata, 27, circulava aos domingos, causando hilaridade, despertando riso, inquietando os

espíritos. O seu Expediente constava do seguinte: Assinaturas: Ano, 5$000; Semestre, 3$000; Trimestre, 2$000; Linha, $200. A correspondência deveria ser enviada à rua Trindade, 23. Os colaboradores deveriam assinar e pagar os seus escritos. Do número oito em diante, os redatores Jegue, K. Taxato e Corisco mudaram de denominação, passando a chamar-se Nick Carter, Nick Winther e Sherlock Holmes, mantendo-se fiel ao nome inicial o diretor Jeferson Batista.

No seu número dezoito, em homenagem à véspera e ao dia de São João, de junho de 1917, aumentou o formato de 30 x 20 para 38 x 25. Os colaboradores, quase todos, usavam pseudônimos, dificultando, assim, a identificação dos nomes civis. Faziam exceção à regra, José Lagreca, Demócrito Leite, Antenor Morais, Fernando Griz, J. Piloto, Antônio Glicério e Bezerra Júnior.

Apolinário Dantas e Manoel Alexandre, assinando nota de explicação ao público, ao lado de Jeferson Batista, deixavam ver que faziam parte da redação, embora não aparecessem no cabeçalho do jornal.

Palavras e expressões como "repórter", "pic-nic", "jornalista cotuba", "botar Pangaio" e outras são freqüentes nas páginas dessa publicação.

Os assuntos variavam entre futebol, namoro, carnaval, Circo Valparaíso, comentados em prosa e verso.

A propósito do Circo Valparaíso, vindo do interior do Estado, e instalado nesta Capital, houve incidente curioso.

O Pangaio recebeu muito bem as primeiras demonstrações do Circo Valparaíso e dos seus artistas. Chegou a citar os nomes do diretor Alexandre Stringhni e do clow francês Alexandre Seyssel.

Mas, depois, entendeu de criticar as atrizes que faziam parte do elenco.

Daí surgiu o desgosto.

As atrizes pediram a João da Salina para perguntar ao diretor do jornal quem era o redator que as "botara no pangaio"... pois desejavam pagar vinte mil réis a um cabra para dar uma "sova" no abelhudo.

O Pangaio queimou as apragatas e respondeu:

Não pensem que um nortista,
É algum porto-alegrense,
Que sai de adaga em punho
A vender-se por um *lence*.

Joaninha de... de... guarda o teu
Chorado e falso dinheiro,
Que rio-grandense do norte
Nunca vendeu-se a *chineiro.*

Não vês que um redator,
(Deste jornal potiguar),
Que te viu em Porto Alegre,
Com *rato-branco* namorar,
Não deixa de ao povo dizer,
Que eras "coisa" ruim
Na terra de seu Gaspar?

Deixem de pretensões
Continuem a tomar *tragos,*
Porque aqui não faz "friu"
Nem tomamos mate-amargos.

Pelo tom da resposta se verifica o que era o jornalzinho de Jeferson Batista.

Nada mais precisa adiantar, em face do resumo do seu artigo de apresentação, publicado no primeiro número:

1.º — Combater os maus procedimentos de todos, pobres, ricos, letrados e analfabetos.

2.º — Natal não pode estar sem um jornal de "14 quilates", muito embora pensem o contrário esses que se julgam com o mundo na barriga.

3.º — Botar pangaio no povo de Natal e de outro qualquer Estado que aqui chegar metido a sebo. A mais bem feita casaca, o fraque mais moderno, o palitó saco, o dolman, a rota beca, o finíssimo vestido de sede, até o mais arremendado, levarão "Pangaio".

Pela "amostra" se conhece o pano...

EM HOMENAGEM AO DES. SILVINO BEZERRA NETO

MANOEL VARELA DE ALBUQUERQUE
(Socio Efetivo)

Diz "a tradição mais antiga", segundo registra Manoel Dantas, no seu curioso trabalho — DENOMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE, publicado em 1922, que um fazendeiro abastado, saindo da casa forte de Jardim do Piranhas, Paraíba, "depois da revolta geral dos índios, no fim do século XVIII", achou muito apropriado para uma fazenda de gados o local entre os rios Seridó e Barra Nova. Alí, surgiu o primeiro núcleo do povoado, que passou a pertencer à freguesia de Piancó até 1747, quando se criou a freguesia do Seridó, compreendendo Espinharas e Seridó, de que foi primeiro vigário o Padre Francisco Alves Maia. Nasceu, assim, a Vila Nova do Príncipe, denominação que foi confirmada por ato do extinto Conselho Provincial, de 25 de outubro de 1831. Sua elevação a Cidade do Príncipe ocorreu por força da Lei Provincial de 15 de outubro do ano de 1890, mudada depois a denominação para Cidade do Seridó. Pelo Decreto número 33, de 7 de junho também de 1890, passou a chamar-se cidade de Caicó, nome indígena pelo qual era geralmente conhecida, desde a sua fundação. É ainda o que nos informa o historiador e geógrafo Manoel Dantas, na obra citada.

Pois bem: na cidade de Caicó residia o Professor Manoel Augusto Bezerra de Araujo Galvão, como era conhecido, o qual estudara em Natal várias matérias que então constituíam o chamado curso de humanidades. Mesmo antes de concluí-lo, submeteu-se a concurso para o preenchimento da cadeira de latim e francês, da cidade do Príncipe. Aprovado, fora, em seguida, nomeado pelo Presidente da Província, Dr. Sátiro de Oliveira Dias, por ato de 26 de novembro de 1881, empossando-se logo no dia 3 de dezembro daquele ano. Tornado vitalício em 1.º de dezembro de 1885, prele-

cionou latim e francês em Caicó, Mossoró e São José de Mipibu, até a extinção da cadeira, já no Governo republicano, sendo, em consequência, posto em disponibilidade.

De seu consórcio, com Candida Olindina de Medeiros, além do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, norte-rio-grandense dos mais ilustres, que exerceu cargo de relevo na política, no magistério, no Parlamento, na magistratura e na administração pública, inclusive Presidente do Conselho Nacional de Economia, houve outros filhos a saber: Paulina, que faleceu com poucos meses, Maria Augusta e o nosso homenageado de hoje.

Silvino Bezerra Neto, segundo filho do casal, nasceu em Caicó, no dia 30 de abril de 1887, seus avós paternos: Silvinio Bezerra de Araujo, Carlos e Moura Ferreira Bezerra, e maternos: José Bernardo de Medeiros e Paulina Eugenia de Medeiros.

Depois de sua disponibilidade, passou o Professor Manoel Augusto a residir no Sítio Ingá, em Acari, exatamente na cidade de seu nascimento. Ali, permaneceu Silvino Bezerra Neto, parte de sua infância e começo de sua adolescência, de 6 a 13 anos, e onde fez seus estudos primários, com o seu parente — Professor Tomaz Sebastião de Araujo, que também desempenhou as funções de Escrivão e Tabelião Público alí.

Apesar do conceito de que gozava na cidade do Acarí, em cuja sociedade era pessoa de destaque, pelas suas virtudes pessoais, a ponto de até exercer cargos eletivos, como Presidente da Intendência e Deputado Estadual, em mais de uma legislatura, tinha o Professor Manoel Augusto a preocupação de educar os filhos, que já tinham concluído o curso primário. Na cidade de Acari não existia qualquer estabelecimento que ministrasse o ensino secundário. Então o Professor Manoel Augusto conseguiu a sua nomeação para o cargo de Tesoureiro da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal, neste Estado, o que lhe permitiu transferir sua residência para esta Capital, em 1910. Mas, antes mesmo de vir residir em Natal, havia trazido para fazerem o curso secundário (ginasial e colegial, hoje), os filhos mais velhos — José Augusto, em 1889, e Silvino, em 1900.

Logo após a conclusão de seus estudos secundários, no velho e tradicional Ateneu Norte-Riograndense, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1905, recebendo título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 6 de dezembro de 1909. Seu pai falecera em 5 de dezembro de 1907.

Antes de bacharelar-se, exerceu as funções de Fiel de Tesoureiro da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal, neste Estado, de 10 de março de 1904 até 5 de dezembro de 1907, data do falecimento de seu pai. Desempenhou Silvino Bezerra Neto muitos outros cargos de destaque, como Promotor Público Interino da Comarca de Acari, em 1908 e 1909, nomeado pelo então Juiz de Direito, Dr.

Vicente de Paula Veras. Depois, em dezembro de 1909, foi nomeado Promotor Público da referida Comarca, em cujo exercício permaneceu até 1.º de março de 1911, quando passou a exercer o cargo de Procurador Fiscal do Tesouro do Estado, até 10 de maio de 1915, quando tomou posse do cargo de Diretor da Escola de Aprendizes Artífices, nomeado que fora pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pandiá Calógeras. Deixou esse cargo para assumir o de Juiz de Direito da Comarca de Mossoró, nomeado por ato do Governador Joaquim Ferreira Chaves, de 19 de março de 1918. Dali passou à Comarca de Nova Cruz, em virtude de remoção, a pedido, em dezembro de 1918. Ainda, a pedido, foi removido para a Comarca de Acari, em 7 de outubro de 1920. Por ato de 1.º de janeiro de 1924, foi comissionado no cargo de Chefe de Polícia, em cujo exercício permaneceu até 8 de setembro de 1926, quando foi promovido, por merecimento, ao elevado cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça. Quando ainda no cargo de Chefe de Polícia, foi removido, a pedido, de Acari para a Comarca de Caicó, terra de seu nascimento. Exerceu, também, o cargo de Procurador Geral do Estado, de 13 de setembro de 1926 a 8 de outubro de 1927, ao tempo em que a Procuradoria Geral do Estado era ocupada por um Desembargador. Integrou o Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, como um de seus membros, depois eleito seu Vice Presidente. Permaneceu naquele Tribunal de 7 de agosto de 1936, até 10 de novembro de 1937, data em que foi extinta a Justiça Eleitoral, em decorrência do golpe de estado do Presidente Getúlio Vargas. A Carta Constitucional outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas retirava ao Judiciário a faculdade de decretar a inconstitucionalidade das leis, fato que desgostou profundamente o ilustre magistrado, como se vê, na sua confissão assim expressa: "Estava em gozo de férias, quando foi divulgado o texto daquele diploma constitucional, em um de cujos dispositivos deparei à primeira vista com o desprestígio do Poder Judiciário", e acrescenta: "Distanciei-me então da vida pública, tendo requerido imediatamente a minha aposentadoria, que me foi concedida pelo Governo Estadual ainda em dia do mês de novembro de 1937". Assim, foi atendido o seu pedido pelo Decreto n.º 333, de 24 de novembro de 1937, do Governador Rafael Fernandes.

O Desembargador Silvino Bezerra Neto foi casado em primeiras núpcias com Dona Maria da Conceição Meira e Sá, tratada na intimidade por Sinhazinha, em 10 de março de 1910, em Natal, tendo deixado os seguintes filhos: Dr. Manoel Augusto Bezerra de Araujo, advogado, casado com Maria Olga Bezerril; Maria de Lourdes Bezerra Maia, falecida, foi casada com Aurino Maia; Agrônomo Francisco Sales Meira e Sá Neto, fazendeiro, casado com Aliete Bezerra Galvão; Ruth Bezerra Galvão, casada com Antônio de Vasconcelos Galvão, comerciante em Natal; Dr. Silvino Meira e Sá Be-

zerra, falecido, foi casado com Maria das Dores Oliveira Bezerra; Luiz Gonzaga Meira Bezerra, do alto comércio de Natal, casado com Zilda Alves Meira Bezerra; José Augusto Bezerra de Medeiros Sobrinho, bancário, casado com Marlene Pinto Bezerra de Medeiros. Convolou segundas núpcias com Alice Bezerra Romeiro, de que nasceram os filhos: Maria Cândida Romeiro Bezerra, com 16 anos, estudante; Eduado Gomes Romeiro Bezerra, com 15 anos, estudante; e Manoel Romeiro Bezerra, com 14 anos, estudante. Deixou 31 netos e 9 bisnetos.

Pertenceu o Desembargador Silvino ao quadro de várias instituições culturais, de aducação e assistenciais, como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio Grande do Norte, a Liga de Ensino, mantenedora da Escola Doméstica de Natal, primeiro Presidente da Associação de Assistência a Psicopatas, sócio honorário da União Caixeiral de Mossoró, além de ter pertencido, quando estudante, ao Grêmio Literário "Frei Miguelinho", que publicou o jornal "O ÁLBUM", à sociedade literária A'LVARES DE AZEVEDO, do Recife, e ao Congresso Acadêmico, também do Recife.

Integrava o Quadro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Norte, de cujo Conselho Regional era membro nato. Pertencia ao quadro de sócios deste Instituto, de que era Vice-Presidente. Exerceu o magistério secundário, lecionando Geografia e Corografia do Brasil, no Colégio Santo Antônio, durante dois anos, quando na direção o Padre Severino Ramalho e Monsenhor Almeida Barreto.

Sempre demonstrou grande amor às letras. Daí haver publicado REGISTRO DE ALGUMAS ATITUDES DA ORDEM E DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS, PELA CANDIDATURA EDUARDO GOMES À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CAETANO DANTAS CORREIA E O SÍTIO INGÁ. Quando fala de Caetano Dantas e o Sítio Ingá, destaca as suas emoções e recordações, ao dizer: "Parece que estas palavras foram escritas para adaptação às emoções de quem, como eu, já setuagenário, dos 6 aos 13 anos, naquela modesta fazenda passou uma etapa feliz da existência", acrescentando: "Não posso esquecer, por exemplo, o perfume, das flores silvestres, de variadas cores", "nem é de olvidar a alegre perspectiva da própria casa que, segundo a tradição, fora construída pelo meu avô — Silvino Bezerra, sempre caiada de branco, de portas e janelas azuis, com a frente para o rio, que corre de nascente para o poente, entre o pátio e a alta serra que se divisa, entre outros, o imponente Bico da Arara. Lembro-me também do frondoso juazeiro ao poente da habitação e à sombra do qual, vez por outra, comboeiros vindos de Caicó e outros Municípios descansavam algumas horas em trânsito para os brejos da Paraíba".

Trabalhos sobre direito também divulgou, destacando-se, dentre eles, DESPACHADOS E SENTENÇAS, em que selecionou sentenças e despachos proferidos na sua judicatura nas Comarcas de Mossoró, Nova Cruz, Acari e Caicó, em casos dos mais interessantes. Divulgou, igualmente, uma trabalho jurídico sobre "O SURSIS E O LIVRAMENTO CONDICIONAL", traçando comentários judiciosos a respeito da matéria, e recebido com simpatia pela imprensa.

Entendia o Desembargador Silvino, como Coelho Neto, que "o culto da família, que foi a primeira religião do homem, deve manter-se no coração de todos, porque é ela que estabelece a solidariedade entre os membros da mesma casa, perpetuando a honra de um nome pelos tempos adiante", e, coerente com esse ponto de vista, dedicou à família muito de seu afeto, estreitando e fortalecendo, assim, os elos da solidariedade, da harmonia, do culto às virtudes no lar. É exatamente o que se vê no seu trabalho A FAMÍLIA, dedicado ao Dia das Mães, como nos demais denominados REMINISCÊNCIAS, inclusive LEMBRANÇA PARA A MINHA FAMÍLIA. No seu opúsculo — REMINISCÊNCIAS DE NATAL DE OUTRORA, publicado em 1963, prefaciando, acentua Mestre Cascudo, salientando as suas qualidades pessoais: "Temperamento sensível e delicado poeta pela captação incessante dos motivos líricos que têm iluminado sua linda existência moral. Homem de estudo e de observação, austero e simples, acessível e modesto, presta ao patrimônio cultural de sua terra uma colaboração sugestiva e poderosa na legitimidade da comunicação. Figuras, fatos, episódios ignorados, o ambiente de sessenta e dois anos passados, tornam-se atualidades, visíveis pela rápida e rítmica ação do sortilégio mental onde poesia e saudade ficaram docemente irmanadas", e termina: "Não temos apenas um folheto para a leitura dos olhos, mas uma voz para o entendimento do coração".

Modesto, era o nosso homenageado detentor de grandes virtudes cívicas. De caráter inquebrantável, simples no trato pessoal, impunha-se pela firmeza de atitudes, pela sua lealdade. Admirador e amigo do Brigadeiro Eduardo Gomes, não hesitou em defender, com raro entusiasmo, a candidatura daquele grande brasileiro à Presidência da República, nas campanhas de 1946 e 1950, fazendo palestras e discursos, como também expressando a sua decisão ao Ministro José Américo de Almeida e ao General Juarez Távora. Ao primeiro, em carta, dizia que, apesar da vedação constitucional relativamente ao exercício de atividade político-partidária, não devia permanecer indiferente à sorte do País, cujo regime político-social estava periclitando face às alarmantes investidas do comunismo, e ao segundo, afirmava que atribuía a derrota da candidatura de Eduardo Gomes a lepra do nepotismo e corrução, bem assim à subserviência e covardia de muitos, a pusilanimidade de outros que se abstiveram de votar.

Um episódio desconhecido de quase todos os norte-rio-grandenses que evidencia a sua modéstia e simplicidade, foi revelado há pouco tempo, pelo Ministro José Américo, através de entrevista concedida ao jornalista Aluísio Furtado de Mendonça, na qualidade de representante do Jornal do Comércio do Recife. Confessou o escritor José Américo, em presença de um filho do Desembargador Silvino, em Tambaú, que, logo após o triunfo da revolução de 1930, era sempre ouvido pelo Presidente Getúlio Vargas a respeito de candidaturas a interventorias nos Estados Nordestinos. Dificuldades sérias surgiam para a nomeação de interventores para os Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí. Em relação ao Rio Grande do Norte, guardava aquele Ministro, em segredo, um nome que não sofria contestação. Era exatamente o nome do Desembargador Slivino Bezerra. A surpresa de José Américo desnorteou-o. É que seu candidato, para o Rio Grande do Norte, ofereceu recusa formal. Enquanto isso, choviam candidatos para os outros Estados. É fato que ficou em segredo, oculto pelo espírito de conveniência e modéstia do Desembargador Silvino. Um episódio somente revelado nas Reminiscências de Natal de Outrora, páginas 42-43, refere-se à sua solidariedade no incidente verificado em Fortaleza, Estado do Ceará, quando a Polícia proibiu violentamente a passeata de acadêmicos de direito com um judas de três cabeças. Resultou no pedido de eliminação de todos os norte-rio-grandenses da Faculdade de Direito e seu regresso a Natal. Dentre eles, figuram Henrique Castriciano, já no terceiro ano, Adalberto Amorim, João Soares, Milton Carrilho. Por isso, resolveu Silvino frequentar a Faculdade de Direito do Recife.

Pobre, vivendo dos reduzidos vencimentos de magistrado, jajais se lamentou. Sua autoridade na família se exercia pela serenidade e espírito de compreensão. Sabia perdoar as fraquezas humanas. Mesmo assim, não transigia com o erro. Suas visitas aos filhos casados eram frequentes, numa verdadeira ação de vigilância e defesa. Dele podemos dizer o que disse Afonso Arinos de Afrânio de Melo Franco:

"Delicado, mas forte. Era resistente como corda de seda. Tolerante, prudente, inclinado à composição, desnorteava instantaneamente, se ferido. O riso não lhe escasseava. Não era daqueles em cujo alma a vida elimina a infância". A ele se aplica o que afirmou Lacerda de Almeida, prefaciando LÍNGUAS DE FOGO, de Alcibiades Delamare: "Mais doce, mais delicioso e puro que as doçuras da paternidade é o sentimento daquele que, na cátedra de mestre, na magistratura, ou na tribuna da imprensa, vê retratada em outra alma a imagem de sua alma".

Discurso proferido no dia 30 de abril de 1969, em sessão de Homenagem Póstuma ao 2.º Vice-Presidente do I. H. G. R. G. N.)

VELHAS HERANÇAS

HÉLIO GALVÃO
(Sócio efetivo)

É escasso o meu tempo, mas bem que há tempo para o que se quer fazer. Por isto, ainda que desenvolvendo uma profissão exigente, reencetei agora, dezesseis anos passados, o penoso trabalho de divulgação de inventários existentes no 1.º Cartório Judiciário de Goianinha, um dos mais ricos acervos do nosso patrimônio histórico. Na revista *Bando* que já não sircula, em dois números (ano III, vol. II, n. 1, agosto — setembro 1951, págs. 12-6 e ano V, vol. IV, n. 6, 1954, págs. 77-120) foram resumidos 32 inventários, que compreendem o período de 1705 a 1798. Estes de agora cobrem os anos que vão de 1779 a 1828 e já está preparado outro trabalho que atinge 1840 e completa o que falta neste.

Algumas observações poderiam ser feitas, se houvessem espaço, já muito dilatado pela própria pesquisa. Aparecem os primeiros garfos de mesa. Não mais escravo da Guiné. Poucos os de Angola. Quase tudo é cabra, mulato ou crioulo.

O algodão entra num ensaio de industrialização (Título de bens móveis do inventário de Bernardo Guedes da Fonseca). Não chegou ainda o jumento nem o mulo. Ausentes cabras, porcos e carneiros.

O primeiro problema de filiação ilegítima aparece-no inventário de Miguel Freire de Revoredo.

Estas notas têm a função de material para obras. São as britas, a cal, os tijolos, as pedras com que os historiadores construirão o edifício da nossa história, regional, interessando a área do Nordeste, a penetração pecuária, o desenvolvimento econômico, a introdução de novas culturas, as técnicas de trabalho, o intercâmbio familiar, a divisão das propriedades, a expansão do crédito.

Se for possível subtrair às exigências crescentes da banca algumas frações de tempo, levantarei outras pesquisas de caráter subsidiário ou complementar aos cartórios de Nova Cruz, Canguare-

tama, Nisia Floresta, e São José de Mipibu, e em caráter pioneiro aos de Ceará-mirim e Açu. Até que o Governo do Estado decida recolher esse acervo disperso e perdido, inclusive aquele material precioso, reunido por Anfiloquio Câmara e Lélio Câmara na antiga Secretaria Geral do Estado, ameaçado de destruição no Parque de Exposição Pecuária em Parnamirim. O lugar menos adequado para guardá-lo, pois nem para forragem aqueles papéis velhos servirão... Por que não temos ainda o Arquivo Público do Estado? Por que?

Inventariado — Tenente JOSÉ GOMES DE TORRES
Inventariante — RITA MARIA DA CONCEIÇÃO

Autuação, 6 de maio de 1799. Juiz de Órfãos, alferes Manuel Martins da Silva. É o primeiro matrimônio da inventariante. O *de-cujus* falecera "a tantos do mez de Abril do corrrente anno" e a inventariada, sendo analfabeta, assina a seu pedido Antônio José Gomes. Curador, João José Marinho. Avaliadores do Conselho, Luiz Pereira Caldas e Salvador Correia de Melo.

OURO (A 12 TOSTÕES A OITAVA)

Um par de cadeados de ouro, com pedras verdes, 3$000. Uma bota de ouro, com peso de oitava e meia, 1$800. Sete pares de botões de ouro, sete oitavas, 8$400. Um cadeadinho de ouro, oitava e meia, 1$800.

PRATA

Quatro colheres, com seis oitavas cada uma, 2$400. Um par de esporas, 2$700. Umas fivelas de pescoço, dez oitavas, $900. Um par de fivelas de (?), onde oitavas, $990. Um par de fivelas de sapatos, $280.

COBRE

Um taxo, oito libras, a $400 a libra, 3$200. Um taxo, 5$.

ESCRAVOS

Vicente, 30 anos, 130$. Manuel, de Angola, 40 anos, 90$. Rita, cabra, 110$. Inácia, cabrinha, 10 anos, 80$. Benedita, cabrinha, 5 anos, 40$. Catarina, cabrinha, 3 anos, 35$. Benta, cabrinha, 7 anos, 60$. Francisca, cabrinha, um ano, 25$.

GADO VACUM

30 vacas parideiras, duas novas a 8$ e uma velha, 4$200. Duas garrotinhas, a 3$6$, três bezerros a 1$280, 3$840.

GADO CAVALAR

Um cavalo castanho velho 6$.

Sentença homologatória, 10 de fevereiro de 1807, pelo juiz Miguel Figueira Galvão.

Inventariado — MANOEL DA CUNHA CAVALHEIROS
Inventariante — COSME DE OLIVEIRA CALHEIROS

O inventariante é irmão do *de cujus*. De outra feita (*Bando*, ano V, vol. IV, n. 6, pág. 117) já o vimos exercendo o mesmo encargo judicial no inventário de seu pai, que tinha o mesmo nome.

Apesar de o Auto de Inventário referir somente o falecimento de Manoel da Cunha Calheiros, logo depois do rol de herdeiros se menciona o nome de sua mulher, Joana Maria do Rosário, também já falecida. O óbito do marido foi a 12.10.1799. Filhos:

— Manoel da Cunha Calheiros, solteiro, 22 anos;
— Ilario, 11 anos,
— Antônia, 5 anos.

O processo está muito estragado, com as folhas parcialmente destruídas. Funcionou como juiz o alferes Manoel Martins de Sá, sendo escrivão Domingos José da Glória, curador João Vicente de Andrade (cf. *rev. cit.*, pág. 100), avaliadores Luis Pereira Caldas e Salvador Correa de Melo e Toledo.

Bens: Um breve de ouro 6$030. — Um pente de ouro (?). — Um anel de ouro, meia oitava, $600. — Outro, com igual pêso, $600. — Um pente de ouro, uma oitava, 1$200. — "(...) cujos cadeados da órfã Antônia" $600 (Lê-se na partilha: "um par de cadeados, etc.). — Um par de esporas de prata "com suas fivelas também de prata", 35 oitavas, 3$150. — Um par de fivelas de prata 1$620. — ... colheres de prata, dez oitavas, $900. — Um par de fio de prata de ligas, dez oitavas, $900. — Um par de fio de prata de ligas, dez oitavas, $900. — A negra Francisca, 85$, e "hum negrinho filho da escrava Francisca, chamado Manoel, 6 anos", 4$. — Uma vaca nova 8$. — Outra vaca nova 8$. — Mais outra vaca 7$. — Uma novilha 7$. — Uma garrota 5$. — Um garrote de um ano 2$. — Um bezerro 1$500. — Um bezerro 1$.

— Uma égua nova 10$. — Uma poldra russa 6$. — 500 telhas (...). — Uma espingarda 3$200. — Três libras e meia de xumbo feito para linha de pescar a 120 réis a libra $420. — (?) bom uzo 4$. —

O casal devia a Ana Maria, moradora no Patané, 6$400. — Ao Capitão Francisco Xavier das Chagas, de São José, $820. —

Deliberada a partilha a 6.5.1800.

Monte bruto	2125140
Custas	10$000
Dívidas	7$220
Monte líquido	199$280
Quinhão	66$426

Sentença de homologação: 12.5.1800. No fim, a credora Ana Maria faz justificação do seu crédito, depondo as testemunhas:

— João Pegado Cortêz, branco, casado, que vive de suas lavouras, 40 anos, morador em Arês. Informa que a dívida se origina na compra de um breve de ouro.

— Capitão-mor Miguel de Oliveira Camelo, branco, casado, morador em Arês, 58 anos;

— Inácio de Abreu de Andrade, branco, casado, morador no Camocim, 34 anos assina de cruz.

A 11.6.1802 o tutor Cosme de Oliveira Calheiros presta contas da tutoria ao juiz Francisco Rodrigues Coelho. Os órfãsos estavam bem e robustos, aprendiam a ler, sabiam a doutrina cristã, os escravos estavam em paz. Os ladrões haviam matado um garrote pertencente ao órfão Mario, mas as vacas estavam dando cria. Mario vivia com sua tia e madrinha. Manuel não aprendia a ler porque já viera grande, "homem feito", da casa dos pais. A menina aprendia a fazer renda "e mais coisas pertencentes ao seu sexo".

Depois foi nomeado curador o avô dos órfãos, José Pires Correia (cf. Rev. cit., pág. 110). Falecendo sem prestar contas fê-lo seu filho e testamenteiro Manuel Rodrigues Correia. Vivia Manuel a essa época em companhia da viúva Pires Correia, madrasta do declarante, prova de que seu pai se casara duas vezes.

3

Inventariada — ÚRSULA DE BARROS FIGUEIRA
Inventariante — ANTÔNIO PIRES FERREIRA

O óbito ocorreu a 21.12.1800, segundo declara o marido inventariante, mas uma petição do seu genro Constantino, dentro dos autos, diz: "que falecendo sua sogra Úrsula de Barros Figueira em dous, digo vinte e dous de dezembro do pretérito anno de mil oitocentos".

A autuação é de 28 de setembro de 1801, "Neste lugar Jardim termmos da Villa de Arez, Cappitania do Rio Grande do Norte", perante o Juiz Ordinário Bento José Fernandes de Barros, sendo escrivão Domingos José da Glória. Avaliadores, Luiz Pereira Caldas e Miguel Dias Azedo Castelo Branco. Herdeiros:

— Constantino de Lima Moreira, como cabeça de sua mulher Fillipa Barros Moreira, 59 anos;
— Antonio Pita de Castro, como cabeça de sua mulher, Eugênia Ferreira, 40 anos.
— Domingos da Silva Guimarães, como cabeça de sua mulher, Antonia Fonseca, 28 anos.

TITULO DE OURO (1$200 A OITAVA)

Seis pares de botões de ouro cortados, treze oitavas e meia e vinte e cinco grãos, 16$700. — Um par de cadeado de ouro cortado, oitava e meia e vinte e cinco grãos, 2$300. — Duas varas de colar de ouro, onze oitavas e vinte e cinco grãos, 13$700. — "Hum resplandor de huma Imagem de Santo Antonio", duas oitavas, 2$400.

TITULO DE PRATA ($090 A OITAVA)

Um par de fivelas de prata de sapato, vinte e seis oitavas e meia, 2$385. Licitou o herdeiro Domingos da Silva Guimarães dez réis a mais em cada oitava. Licitou o inventariante mais dez réis, ficando por 2$915. — Um par de fivelas de prata pequena de sapatos, vinte oitavas e meia. Licitou o mesmo herdeiro. Licitou o inventariante, ficando por 2$295. — Seis colheres de prata, cinqüenta e duas oitavas e meia. Licitou Domingos da Silva Guimarães. Licitou o inventariante, ficando por 5$825.

TITULO DE COBRE ($440 A LIBRA)

Um taxo de cobre, oito libras, 3$520. — Um taxo de cobre, meia arrôba, 7$040. Licitou o herdeiro Constantino de Lima Moreira mais $040, ficando por 7$680. — Uma bacia de cobre, 4 libras, 1$760. Licitou o mesmo herdeiro mais $040, 1$920. — Um taxinho de cobre, três libras, 1$320. Licitou o herdeiro Domingos da Silva Guimarães, mais $020, 1$380. — Um taxo de cobre, 5 libras, 2$200. Licitou o mesmo herdeiro, 2$300. — "Hum cano de lambique", libra e meia, $660. — "hum fundo de lambique" 4 libras, 1$760. — "Duas pombas (?) de cobre" 4 libras 1$760. — "Uma espumadeira de cobre" libra e meia, $660. — "Uma repartideira de cobre" três libras, 1$320. — "Uma taixa de cobre com o pezo de dezenove libras" 8$360. — "Outra taixa de cobre com o pezo de

huma arrouba" e doze libras, 19$360. — Um parol de cobre, três arrobas e vinte e uma libras, 51$480. — Uma caldeira quatro arrobas e trinta e uma libras, 69$960.

TITULO DE FERRO

4 machados de ferro em bom uso a $400, 1$600. — 4 foices grandes de ferro, velhos, a $200, $800. — 4 foices pequenas a $120, $480. — 3 ferros de cova novos a $320, $960. — "seis inchadas de ferro huma nova e sinco velhas", as novas a $480 e as velhas a $160, 1$280. — Mais uma enxada usada, $200. — Um escoplo de ferro grande de alimpar, $960. — Um escoplo pequeno de furar, $240. — Uma serra grande $640. — Uma enxó, já em uso, $320. — "Huma lima de asso do Norte" $200. — Um martelo meão $320. — Uma "barruma" de ferro de tornear $240. — Uma plaina de ferro $160.

TITULO DE ESCRAVOS

Antônio, de Angola, 70 anos, 70$. Licitou o herdeiro Domingos da Silva Guimarães 5$, 75$. — Gaspar, negro crioulo, 55 anos, "sam, robusto, e sem molestia alguma", oficial de caldeiro, 80$. Licitou o inventariante 1$81$. — José, "preto crioulo, official de carapina", 30 anos, 180$. Licitou o inventariante 1$, 181$. — Antônio, mulato, "official de sappateiro", 29 anos, "sam, robusto e sem molestia alguma", 160$. Licitou o inventariante 1$, 161$. — Gonçalo (nome em entrelinha) crioulo, 25 anos, quebrado de hum grão" 80$. Licitou o inventariante 1$, 81$. — Ruberto, crioulo, 27 anos, robusto e sadio, 140$. Licitou o herdeiro Constantino de Lima Moreira 5$, 145$. — O cabrinha Vicente, 14 anos, 110$. Licitou Domingos da Silva Guimarães 1$, 111$. — Um crioulinho, Simão, 6 anos, 60$. Licitou o inventariante 1$, 61$. — Bonifácio, crioulo, 21 anos, 140$. — Luzia, crioula, 70 anos, doente, 25$. Licitou o heddeiro Constatino 5$, 30$. — Tereza, parda, 30 anos, sadia, 130$. — Maria, preta crioula, 40 anos, 90$. Licitou o herdeiro Antônio Pita de Castro $500, 90$500. — Gracia, do gentio de Angola, 40 anos, 90$. — Prudência, crioula, 20 anos, 100$. — Tereza, do gentio de Angola, 40 anos, 70$. — A crioulinha Maria, 8 anos, sadia, 10$. —

TITULO DE GADO VACUM

10 bois mansos a 12$, 120$. — 30 bois deboiada a 9$500, 285$. Mais 20 bois de boiada a 7$, 140$. — Mais 16 bois de boiada a 7$, 112$. — 11 "vacas parideiras no citio do Jardim onde

mora ele inventariante" a 6$, 66$. — Mais 4 vacas parideiras "no sertam de Xambaquixaba" a 6$, 24$. — 7 vacas parideiras no sertão da Serrinha a 6$, 42$. —4 novilhas a 4$, 16$ e 6 garrotas a 2$, 12$. — Dois garrotes a 2$, 4$. —

TÍTULO DE GADO CAVALAR

"Dezesseis egoas parideiras" a 9$, 144$. — 3 poldras a 8$, 24$. — Um cavalo castanho novo 14$. — "Outro cavalo castanho capado velho" 8$. — "Outro cavalo castanho nôvo pequeno" 10$. — Um cavalo velho murzelo 12$. — "hum cavalo russo pequeno torto de hum olho", 8$. — Um poldro russo 10$. — Um poldro castanho 10$. — Um cavalo "lazam tustado", 14$. — Um cavalo russo nôvo 14$. — Um cavalo russo nôvo que o inventariante já tem vendido a Claudio José da Piedade, 13$. —

TÍTULO DE BENS SEMOVENTES

Uma caixa de pau amarelo, de 6 palmos, "com sua feixadura", 5$. Outra caixa de pau amarelo, de palmos e meio, sem fechadura, $640. — Uma caixa de pinho, 6 palmos, com fechadura, 1$920. — 4 tamboretes de pau, moxos, a $400, 1$600. — Uma mesa grande sem gaveta $800. — Um jarro e uma bacia de estanho, 1$280. — Uma roda de moer mandioca em bom uso, 9$. — "hum almofariz de bronze com sua mão de pau", 8$. — Duas espumadeiras pequenas, de cobre, a $330, $660. — "Hum timam de veludo incarnado forrado de tafetá azul em bom uzo", 16$. — "Huma saia de sitim azul, de flores brancas, ainda em bom uso", 6$400. — Uma saia de sarja de sede preta lisa, nova, 9$. Licitou o herdeiro Constatino de Lima Moreira mais $100, 9$100. — "Hum manto de nobreza preta novo", 8$. Licitou o mesmo herdeiro mais $200, 8$200. — "Huma cuberta de chita branca, grande, em bom uzo", 5$. — Duas saias de chita branca, novas, a 2$, 4$. — Um oratório de madeira, pintado, uma Imagem de Santo Antônio, de palmo, outra de São Gonçalo, pequena, outra mais tambem pequena, de Nossa Senhora, de metal, 10$. —

TÍTULO DE TERRAS

Três léguas de terras, tiradas por sesmaria, na serra do Macaco, boa de criar e plantar, 500$. — 50$ em duas sortes de terra no sítio da Gameleira, que houve por compra a dois herdeiros. — Meia légua de terra na Serrinha de Cima, boa de criar, com cacimba segura, 190$. Licitou o herdeiro Antônio Pita de Castro mais 5$, 195$. — "Hma legoa e duzentas braças de teras nas quaes cituado hum engenho grande, novo moente e corrente de fabricar asucar com

quatro almanjarras em sima de quatro virges, durmentes, mancais, pontes e aguilhões, com sua caza de caldeira de pedra, e cal, com asentamento de trez taixas, e huma caldeira, com seos partidos de cana que da quatro e sinco folhas ao que o mesmo engenho, com todas as fruteiras que se acham na sua compreenção, forma de fazer louça e tudo mais que se achar das sercas para dentro, 200$. —

TITULO DAS DIVIDAS QUE SE DEVEM AO CASAL

— Bernardo Guedes da Fonseca, morador na Pajuçara, 137$325. — Tenente-coronel Pedro Barbosa Cordeiro, morador no seu Engenho Velho da Paraíba, 106$. — Ajudante Alexandre Félix de Figueiredo, como consta de sua obrigação, 37$720. (A' margem". "Não vale esta declaraçam"). — Antônio Bezerra da Conceição, morador "neste termo", 3$200. — José de Mendonço Mendes, morador no Poxi de Cima, Capitania da Paraíba, de sua obrigação, 34$180. — Luiz Soares, morador no Gravatá, resto de sua obrigação, 20$. — Capitão Pedro Barbosa Cordeiro, morador nos Campos, de sua obrigação, 20$. — Cláudio José da Piedade, morador no Crumataú, termo de Vila Flor, como consta do assento do livro por sua própria letra 91$200. (A' margem: "não vale esta declaraçam"). — Vital Pereira, vaqueiro na Jacarecica, de empréstimo, 8$. — Alferes Antônio Figueira Galvão, morador no Rodeador, "procedidos de pinhor de um par de cadiados de ouro", $960. — "a preta Maria, cazada com hum escravo da viuva do falecido Francisco Tavares Guerreiro, resto de uma compra de chita que comprou", 1$500. — A parda Tereza, escrava do herdeiro Antônio Pita de Castro, de uma saia de chita que comprou, 3$240. — A parda Filipa, moradora no Limoal, escrava de Manoel Pita, de uma saia de chita que comprou, 3$240. — Crispiniano Ferreira de Lima, filho do herdeiro Constantino de Lima Moreira, morador neste Engenho do Jardim, "procedidos de huma pessa de ganga que comprou", 2$400. — O herdeiro Domingos da Silva Guimarães, "de duas pessas de ganga que comprou" 4$800. —

TITULO DAS DIVIDAS QUE O CASAL DEVE

Ao Coronel André de Albuquerque Maranhão, "procedidos de dízimo do triênio de noventa e oito, digo do triênio oitenta e oito, oitenta e nove e noventa 8$. — Ao Coronel André de Albuquerque Maranhão, 5$440. — Ao coronel André de Albuquerque Maranhão, 8$. — A's filhas Eugênia Ferreira e Ana da Fonseca, "procedidos de huma obrigaçam que seu Tio Simam de Barros deo a cobrar para ambas", 100$. — Ao Capitão José Fernandes da Cunha, 60$. — A Afonso Guedes, 4$. — Ao preto Ruberto, "procedidos de

duas garrotas", 4$. — Ao alferes Bento José Fernandes Barros, "procedidos de varios negocios", 13$580. — Ao mulato Félix, escravo do herdeiro Antônia Pita, de empréstimo, 12$. — A' viuva do falecido Pedro de Sousa, 11$. — Ao Capitão João Crisóstomo, morador no sertão do Seridó, procedidos de uma vaca, 4$. — A Francisco de Barros, oficial de ferreiro, morador em Goianinha, "procedidos de obras que fez para o engenho", 4$. — A Eugênia Ferreira, mulher do herdeiro Antônio Pita de Castro (na verdade ela a verdadeira herdeira), de empréstimo, 22$400. — A Agostinho da Silva, "oficial de caldereiro, morador em Sam Gonçallo", "procedidos de concerto de obras do Engenho, 12$240. — Ao ajudante Gonçalo José de Sousa, de Vila Flor, 8$400. — A Domiciano da Fonseca, de Vila Flor, 5$590. — Ao tenente Miguel Dias Azedo Castello Branco, morador em Arez, "procedidos de uma obrigaçam de Antonio José dos Santos", 19$770. — A Antônio José do Vale, morador no Tamaracá, de uma obrigação, 35$800. — A' Irmandade do Rosario, 2$. — A' preta Maria "morador no Socurú", 1$080. — Ao preto Paulo, escravo de Antônio de Jesus, $640. — Ao preto Francisco Rodrigues Coelho, $560. — A João do Rego Toscano, morador na Paraíba, 22$700. — Ao herdeiro Domingos da Silva Guimarães, de seis novilhas, 48$. — A Eugenia Ferreira, mulher do herdeiro Antônio Pita de Castro, de um novilho, 8$. — A Inácio de tal, filho do capitão Miguel Figueira Galvão, $400. —

Repete o título das dividas que se devem o casal para incluir a de João Pedro de Santiago, morador no engenho Jardim, 56$. —

TITULO DE CASAS

"Huma morada de casas de taipa, terras cita na Povoaçam de Goianinha, 30$. —

Chamados à colação, os herdeiros vieram conferir os bens que haviam antecipadamente recebido:

Constatino de Lima Moreira: — 5 pares de botões de ouro, cada par com o pêso de uma oitvaa, 6$. — Duas varas de cordão de ouro fino, 5 oitavas. (A' margem: "não vale esta declaração). — 4 "pentes de condessa e lasso de ouro", oitava e meia, 1$800 (A' margem: "Não vale esta declaração"). — Para a compra de uma escrava 94$. — Duas garrotas, 4$. — Sete garrotes, 14$. — Seis poldros a 5$, 30$. —

Antônio Pita de Castro, como administrador dos bens de sua mulher Eugenia Ferreira, declarou: Uma volta de cordão de ouro, oitava e meia, 1$800. — Um par de cadeadinhos de ouro, meia oitava, $600. — 3 novilhas, 12$. — 3 garrotas 6$. — Uma poldrinha 5$. —

Por sua mulher Ana da Fosenca, declarou Domingos da Silva Guimarães: uma volta de cordão de ouro, oitava e meia, 1$800. — 3 novilhas a 4$, 12$. — 3 garrotas a 2$, 6$. —

Novos débitos: a Francisco Cavalcante de Albuquerque, morador no Jaguaribe, fazenda Caissara, de uma obrigação, 24$250. — Ao Reverendo Cura de Goianinha, funeral da defunta, 72$640. —

Também novos créditos: Ajudante Alexandre Félix de Figueiredo 16$. — Claudio José da Piedade, morador do Crumataú, "procedidos de vários negócios", 36$030. —

Havia ainda um canavial grande, 200$. Há um "Termo de Composição", em que inventariante e herdeiros declaram que sendo impossível a partilha dos partidos de cana, haviam combinado suspender a partilha até a moída, compromtendo-se a nada retirar da fábrica.

O despacho de deliberação de partilha, conquanto obedeça ao formulário, tem alguns dados originais:

> "Os partidores somem o monte da fazenda lançada neste Inventário e depois de somado somem tão bem as dívidas que dever o m.º p.ª satisfaçao das coais separem bens em athe a importância de coatro mil Reis e excedendo dita coantia justificarão seus donos e assim tão bem tiraram sessenta mil reis p.ª as custas deste enventario e o que ficar ao meyo com Inventariante e da outra metade tiraram a terça da falecida p.ª satisfaçao de seus legados e o que restar partirão, partirão pelos outros erdeiros de Maior amancipados fazendo a cada hum o seu quinhão com retidão egoaldade e Justiça. Não entrando na partilha o preto Bonifacio por se ignorar a quem pertence oo que afinal se mostrará por huma sentença e atão (então) se fara se com (ilegíveis duas palavras) — ache sendo que pertençe ao Monte como tão bem aos mais bens que forem aparecendo, assim tão bem do mesmo modo votarão. A cana no quinhão do Inventariante pelo requerimento que fez não poder sogeitarse as condecois do termo que sobre a dita cana se fez e assim me Requereo se votasse a sua parte porquant.º se ouvesse de perder perdia ela e não os erdeiros e por me parecer justo o requerido. Assim detremino satisfeito assim com as partilhas tornem aconcluzão para sentenciar afinal. Eng.º do Jardim 5 de 8bro — Bento Joze Fernandes Barros".

A partilha é do mesmo dia, em casa de Antônio Pires.

Os partidores são os mesmos avaliadores.

Monte da Fazenda	6:455$610
Dívidas passivas	593$490
Monte líquido	5:872$120
Meação	2:906$060
Terça	968$686
Meação legitimária	1:937$372
Quinhão hereditário	645$790

A sentença homologatório é de 9 de outubro de 1801.

Apesar de o despacho de deliberação de partilha aludir a legado, não há testamento. A dúvida sobre o escravo Bonifácio e o requerimento do inventariante sobre a cana devem ter sido verbais: não encontrei nos autos.

Seguem- esas justificações dos diversos credores para seus débitos, sem maior interesse. Coisa absolutamente formal. Destaco algumas testemunhas:

— João Pedro de Santiago, branco, casado, que vive de suas lavouras, 35 anos, morador no Jardim.
— João de Araujo Costa, branco, casado, que vive de suas lavouras, 36 anos, morador no Rio Jacu.
— José Francisco da Fonseca, pardo, viúvo, que vive de suas lavouras, 65 anos, morador no Jardim.
— Francisco José de Oliveira, pardo, casado, que vive de suas lavouras, 43 anos, morador no Jardim.
— Antônio Pita de Castro, pardo, casado, que vive de suas lavouras, 40 anos, morador no Jardim.
— Domingos da Silva Guimarães, branco, casado, que vive de suas lavouras, 28 anos, morador no Jardim.
— Constantino de Lima Moreira, branco, casado, que vive de suas lavouras, 59 anos, morador no Jardim. (Observar-se-á que os três últimos são genros da inventariada).
— Claudio José da Piedade, pardo, casado, 39 anos, morador no Crumataú, Termo de Vila Flor.
— Miguel Dias Azedo Castelo Branco, branco, casado, que vive de seus negócios, 36 anos, morador em Arês.

4

Inventariada — MARIA DO Ó DO LIAM
Inventariante — MANOEL BARBOSA PINTO

Não tive em mãos o inventário, que começou a 23 de agôsto de 1790, em casas de morada de Antônio Dias de Oliveira, na povoação de Goianinha, sendo Juiz Ordinário o sargento-mor Manoel Duarte Ribeiro, mas foi substituido pelo alferes Antônio José Gomes. O escrivão foi Filipe Santiago Barandam de Barros. Avaliadores do Conselho: Luiz Pereira Caldas e João Barbosa da Rocha: "por este se achar molesto, e não poder vir, mandou o dito Juiz vir perante si o sargento-mor Jozé Barboza de Lima" e o nomeou para o encargo.

O inventário foi requerido, mediante prévio mandado de vênia, por Antônio Dias de Oliveira, para que seus padres viessem fazer as declarações indispensáveis. Escrivão Alcaide que fez a diligência: Miguel de Sousa Monteiro.

Ao prestar as declarações, disse o inventariante que a *de cujus* não deixara testamento nem codicilo nem "filhos herdeiros" e a seguir se refere aos seus "entiados herdeiros". Isto é: Maria do Ó do Liam casara em segundas núpcias com o declarante, tendo filhos apenas do primeiro leito. O óbito ocorreu a 29 de abril de 1789.

O despacho de deliberação de partilha é deste teor:

> "Os Partidores somem a fazenda do monte lançada neste Inventário, e depois de somada tirem a importância das dívidas e mais dezesseis mil réis para custas dêste Inventário, e deles o que sobrar se parta pelo Inventariante, e herdeiros filhos de Maria do Ó, tudo com igualdade, retidão e justiça, como em direito se requer e na partilha que fizerem seja só nos bens primeiro inventariados e não nos bens da segunda sequela por parecer da loza e satisfeito com as partilhas nestes autos lançadas, tornem à conclusão para sentenciar a final. V.ª de Arez, 1.º de Dez. de 1792 Ant. José Gomes".

A fazenda somou:

Monte	392$190
Funeral	7$560
Monte bruto	321$630
Custas	16$00
Monte líquido	303$630
Pagamento da dívida do preto Antônio, escravo do Padre Gonçalo Martins da Silva	8$000
Monte partível	297$630
Meação conjugal	148$815
Quinhão	24$802

Todos estes dados tirei-os dos autos da Ação de Libelo Cível proposta por Antônio Dias de Oliveira, por seus procuradores Capitão Bernardino da Rocha Barros e Inácio José. Também eram autores: Francisco Mendes de Oliveira, Matias da Pais, Manuel da Fonseca e Faustino Mendes de Oliveira. Êste morava na Freguesia de Nossa Senhora da Espectação de Icó, Capitania do Ceará, onde passou procuração, a 27 de maio de 1777, no cartório do tabelião Domingos de Araujo Viana, perante as testemunhas Braz Soares de Aragam e Reverendo Cura Félix José de Morais. Advogados: Capitão Antônio dos Santos Araújo, Sargento-mor Luis da Roxa de Carvalho, Licenciado Antônio Alvares Gandaro e Antônio Dias de Oliveira. Receberam tambem poderes para "haverem do poder de seu irmão Antônio Dias de Oliveira hum seo escravo por nome Gaspar do gentio de Angola que do seu poder lhe fugira", mas o fato de ser o irmão um dos outorgados mostra que entre eles não havia disputa. Ao pé da procuração Antônio Dias substabeleceu com reserva, "ficando para mim sempre em sua fôrça e vigor", datando de Ilha Grande, 20 de outubro de 1791, mas não se pode ler o nome do substabelecido.

A ação é proposta contra os herdeiros filhos do falecido Capitão Antônio Pita Brandão:

— Antônio Pita de Castro,
— Manoel Pita de Palhares,
— Alexandre Pita de Palhares,
— Fidelix de Palhares e sua mulher Ana Francisca,
— Rosa Maria Baraxo,
— Caterina dos Prazeres, moradores em Arês.

Os réus são brilhantemente representados:

Na cidade da Paraíba, pelos doutores

— Augusto Xavier de Carvalho,
— Matias Carlos de Araújo,
— Manoel Ferreira da Costa.

Na Vila de Goianinha, pelos doutores

— João Alvares,
— Manuel Cardoso,
— Alferes João Martins de Melo.

Na vila de Santo Antônio do Recife, pelos doutores

— Rev. Bernardo Luis Ferreira Portugal,
— José Luis de Mendonça,
— Manoel Moreira.

Na Bahia de Todos os Santos, os doutores

— Bernardino Gonsalves de Sousa,

— Antônio José de Sousa,
— Inácio Monteiro de Oliveira,
— Capitão Luis José Gomes.

Nestes dois Provarás conta-se o que houve e o que ainda possa existir de interesse na investigação histórica:

> "P. que os AA são filhos legítimos de Francisco Mendes e de Maria do Ó de Lião e por falecimento de seu Pai cazara sua Mai segunda vez com Manoel Barbosa Pinto vivendo em facia de Igreja na forma do Sagrado Concílio Trid. e L. do Reino e por morte de sua Mai se procedeu a inventário e partilhas nos bens que lhe adjudicou em seus quinhões eporiço contra os RR competem aquelas açoins activas e pacivas que podiam competir contra o dito falecido testamenteiro Pai dos RR se fosse vivo pois ficaram lezados os AA em huma escrava velha por nome Eugenia.
>
> P. que o Capm. Ant.º Pita Brandão Pai dos RR sendo testamenteiro do dito falecido padrasto dos AA pegara em uma escrava por nome Eugenia de que se trata a qual fora adjudicada nos quinhoins dos AA a entregara ao Revdo. Padre Cura de Goianinha Gonçallo Martins da S.ª dizendo que era para o funeral e algumas (uma palavra que a traça destruiu) do dº falecido Padrasto dos AA."

A escrava Eugenia tinha sido avaliada em 24$802.

Mas a ção não foi adiante. Termo de vista de 3 de dezembro de 1792 ao procurador dos RR, Luis Pereira Caldas, e êste requereu fiança e absolvição da instância. Já naquele tempo... Os autos acabam aí.

5

Inventariada — ANA DE OLIVEIRA DA SILVA
Testamenteiro — Alferes FRANCISCO RODRIGUES COELHO

Os autos estão muito estragados, os primeiros termos em papel selado, sêlo impresso. Começa o inventário a 5 de outubro de 1803, sendo juiz ordinário o Capitão Luis da Rocha de Carvalho.

Testamento de 13 de dezembro de 1802, com as costumadas declarações de fé religiosa, e esta:

> "Rogo aos meus cunhados e compadres Alferes Francisco Rodrigues Coelho o Capitão Miguel Figueira Galvão e a meu sobrinho Antônio Fernandes de Oliveira queiram ser meus testamenteiros".

"Declaro que sou natural do Pirarí, freguesia que foi de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha e de presente de Vila Flôr e moradora no Jardim, filha legítima de Francisco de Oliveira Braga e de Maria Fernandes da Encarnação, já defuntos. Declaro que sou solteira e nunca tive filhos. Declaro que os bens que possuo são os seguintes."

"Declaro que deixo a Nossa Senhora dos Prazeres para despesas de sua Igreja 20$000; deixo a escrava Joaquina à minha sobrinha Dona Maria, filha de meu irmão Francisco Alvares; o escravo Francisco à minha sobrinha e afilhada Maria, filha de meu sobrinho Inácio José; a escrava Filipa a Luiza, filha de meu sobrinho Antônio Fernandes; as três varas e meia de cordão às minhas três sobrinhas a saber: a Maria, filha do meu sobrinho Inácio José (...); a Luíza, filha de meu sobrinho Antônio Fernandes uma vara e a Luiza, filha de meu sobrinho Francisco Xavier, a outra vara. Deixo o breve e três pares de botões à minha sobrinha Gertrudes, mulher do meu sobrinho Antônio Fernandes e quatro pares dos mesmos à minha sobrinha e afilhada Dona Tereza, mulher de meu sobrinho Inácio José. O restante dos meus bens (ilegível) ... Francisco Xavier de Oliveira, Antônio Fernandes de Oliveira e Inácio José de Oliveira, filhos de minha irmã Dona Bibiana Maria de Oliveira, tendo preferencia entre êles e querendo escolher a seu arbitrio meu sobrinho Inácio José pelos caridosos ofícios que me há feito."

Não sabendo ler a testadora, escreveu a seu pedido Francisco Urbano Pessoa de Albuquerque. Termo de aprovação do testamento é de 13 de dezembro de 1802, no lugar Jardim, em casa de Inácio José de Oliveira. A rôgo da *testadora* e como testemunha Luis Antônio de Queiroz e demais testemunhas Cezar de Andrade, José Francisco da Fonseca, Filipe José Quinteiro, José Nunes de Freitas, Manuel Ferreira de Morais e Antônio Gonçalo da Cunha.

Avaliadores, Miguel Dias Azedo Castelo Branco e Francisco Pita de Palhares.

TITULO DE OURO (1$400 A OITAVA)

Um breve de ouro, quatro oitavas e meia e vinte grãos, 6$700. — 3 pares de botões de ouro, quatro oitavas menos sete grãos, 5$400. — Uma vara de cordão de ouro, duas oitavas e meia e dois grãos, 3$440. — Outra vara de cordão de ouro, duas oitavas e dois grãos,

3$440. — Vara e meia de cordão de ouro, quatro oitavas menos treze grãos, 5$340. — Quatro pares de botões de ouro lavrados, três oitavas e meia e doze grãos, 5$140.

TITULO DE PRATA

Um par de fivelas de prata de sapatos, vinte oitavas, 2$.

TITULO DE ESCRAVOS

Manuel, do gentio de Angola, 20 anos, 140$. — Antônio mulato, 18 anos, quebrado, 100$. — Serafim, cabrinha, 5 anos 75$. — Francisco, crioulinho, 2 anos, 40$. — Ma(ria), negra crioula, 38 anos, 115$. — Bernarda, cabra, 22 anos, 140$. — Antônia, mulatinha, 7 anos, 110$. — Sebastiana, mulata, 50 anos, "duente", 30$. — Joaquina, negrinha, 4 anos, 60$. — Filipa, negrinha, 3 anos, 50$.

GADO VACUM E CAVALAR

10 vacas a 7$, 70$. — 4 garrotas a 1$600, 6$400. — 4 bezerros a 1$, 4$. — Hum cavallo velho 13$.

DIVIDAS QUE DEVE A FAZENDA

Á Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Goianinha, 30$. Mais (sem indicação de credor) 57$880.

O despacho de deliberação de partilha é de 13 de outubro de 1803. Daqui por diante a tinta sofreu a ação do tempo e nada mais se pode ler.

6

Inventariado — FRANCISCO GOMES DE LIMA
Inventariante — NICACIA MARIA DE SANTANA

O óbito ocorreu a 7 de junho "deste prezente ano".

Autuação, 16.11.1804. Juiz, Francisco Rodrigues Coelho, que tambem assim a rôgo da viúva inventariante. Papel selado: 10 réis por folha. O processo está estragado: a traça abriu galerias no centro, que impedem a leitura de muitas peças. A idade dos herdeiros coincide exatamente numa dessas galerias mais largas. São êles:

— Joaquim da Silva do Nascimento, cabeça de sua mulher Jerônima Maria do Nascimento, assinando de cruz;

— Maria, 10 anos;
— Francisca,
— Luzia,
— Vicência,
— Francisco,
— Thomé.

Tutor, José Gomes de Lima. O curador não está identificado, porque a traça comeu-lhe o nome. Era um Carvalho. Avaliadores do Conselho, Miguel Dias Azedo Castelo Branco e Francisco Pita de Palhares, servindo de escrivão Domingos José da Glória.

OURO (1$300 A OITAVA) E PRATA

Três pares de botões de ouro, duas oitavas e meia, 3$250. — Um par de cadeados de ouro com pedras verdes (não se pode ler o pêso) 1$950. — Um par de cadeados pequeno, $730. — Quatro colheres de prata, 36 oitavas e meia, a $090 a oitava, 3$295. —

GADO VACUM E CAVALAR

Um novilho 6$ (com êle pagaram-se as despesas de funeral). — 3 (?) 9$. — ... 5$120. — 8 vacas a 6$400, 51$200. — Duas novilhas a 5$, 10$. — 3 garrotas a 3$, 9$. — 4 bezerros a 1$200, 5$1200 (errado, como se está vendo). — Um cavalo russo pombo já idoso 12$. — Dois poldros a 10$, 20$. — ... a 4$. — 16 eguas novas a 10$, 60$. — 3 eguas velhas a 7$, 21$. — (?) poltras amasadoras ... — Dois poltros a 8$, 16$. — 3 poltrinhos a 4$, 12$. —

"TITULO DE BENS SIMOVENTES"

Uma caixa velha 1$280. — Uma sela e freio 1$280. — Uma espingarda 4$. — Uma casa com duas portas 4$. — Um timão de seda velho 6$. —

IMÓVEIS

Uma parte de terra do sitio ... havido por compra ao alferes Antônio José... 34$. —

DÍVIDAS

Funeral 19$740. — Do hábito em que foi amortalhada, 4$

Despacho de deliberação de partilha: 16.11.1804. A fazenda somou:

Monte	324$215
Funeral	23$740
Meação	150$237
Quinhão	21$462

A partilha não se preocupou com a divisão: as frações em excesso eram atribuidas às outras legítimas: "leva mais a quem tocar" dizia o partidor. A sentença homologatória é de 23.11.1804.

Inventariada — MARIA JOSÉ DE JESUS

Inventariante — MANOEL FRANCISCO BARRETO

Este inventário foi iniciado em São José pelo Ouvidor Cipriano José Veloso, a 21.2.1828, mas a sucessão se abrira a 4.8.1806, data do falecimento. O escrivão é Trajano Leocadio de Medeiros Murta, trabalhando "em cazas de apozentadoria" do Ouvidor. O viuvo inventariante declara os seguintes filhos:

— José Joaquim da Silva, 33 anos,
— Miguel Arcanjo, 28 anos,
— Lourenço Francisco Peixoto, 22 anos,
— Francisca Felícia, 38 anos,
— Joana Batista, 36 anos.

As duas últimas se representam, em *apudactas*, pelo advogado Joaquim José de Melo. Curador *ad litem*, o mesmo advogado (O ouvidor não dispensava seu latim). Louvados: Miguel Ferreira da Rocha e Luis José da Costa Arantes. É esta a descrição dos bens:

Dinheiro nada

Ouro nada

PRATA

"Cento e cincoenta e duas oitavas de prata em seu aparelho Militar" 15$200. — 6 colheres de prata, 40 oitavas, 4$. —

COBRE

Um taxo com 16 libras a $400 a libra, 6$400. —

FERRO

7

4 machados de ferro a $480, 1$920. — 4 foices a $360, 1$440. — 4 enxadas a $320, 1$280. —

MOVEIS

Uma morada de casas na povoação de Goianinha, de taipa, 65$. — Uma mesa grande, de gavetas, 5$500.

GADO VACUM E CAVALAR

Três vacas paridas a 11$, 33$. — 7 vacas solteiras a 10$, 70$. — Duas novilhotas a 7$, 14$. — Trêe novilhotes a 7$, 21$. — 6 garrotes a 4$, 24$. — Uma garrota 4$. — Três quartaos a 10$, 30$. — Três bestas a 8$, 24$. — Um cavalo de sela 20$. — Um poldro 6$. —

ESCRAVOS

João, mulato, 40 anos, 90$. — Catarina, crioula, 50 anos, 80$. — Maria, crioula, 23 anos, 160$. — Joana, crioula, 40 anos, 100$. — Alexandre, crioulo, 7 anos, 100$. — Joana, mulatinha, 5 anos, 70$. — Teresa, mulatinha, 40$. O escravinho Bernardo 30$.

BENS DE RAIZ

Uma parte de terra no lugar Sítio dos Campos, havida por compra a Marciliana Barbosa, 65$. — Uma parte de terra no mesmo Sitio dos Campos, comprada a Francisco Xavier de Macedo, 12$. — Outra parte no mesmo sitio, comprada a Antônio Francisco e sua mulher, 12$160. —

Deliberada a partilha a 28.2.1828, nomeando-se os partidores, advogados João Luis Pereira e Antônio Félix de Mendonça.

Monte	1:114$060
Meação	557$030
Monte partivel	557$030
Quinhão	111$400

Sentença homologatória: 7.3.1828. Custas: 24$582.

8

Inventariada — RITA MARIA DA CONCEIÇÃO

Inventariante — FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA

O óbito verificou-se a 2 de março de 1806, "ano pretérito". O processo começa a 15.1.1807, em Arês, Capitania do Rio Grande, comarca da Paraíba. Escrivão, Domingos José da Glória. Juiz de órfos, Capitão Miguel Figueira Galvão, mas funciona concomitan-

temente "como adjunto do Juiz Ordinário" o Alferes Bento José Fernandes Barros, "por impedimento de parentesco". Parece que o Capitão Miguel Figueira tinha impedimento. Filhos do casal:

— João, 12 anos,
— Dona Ana, 14 anos,
— Dona Inácia, 10 anos,
— Luis, 8 anos (1.º matrimônio)
— Dona Luíza, 5 anos,
— Miguel, 3 anos.

Curador, João Vicente de Andrade. Tutor, Capitão Domingos Barbosa Correia. Avaliadores, Tenente Miguel Dias Azedo Castelo Branco e Francisco Pita de Palhares.

OURO (1$200 A OITAVA)

Um cordão com uma Imagem da Conceição, oitava e meia e quatro grãos 1$880. —

PRATA

Um par de fivelas de sapatos, a noventa réis a oitava, 26 oitavas, 2$385. — Outro par de fivelas, 37 oitavas, 3$330.

COBRE

Um taxo, 7 libras e uma quarta, a $400 a libra, 2$200. —

ESCRAVOS

Antônio, negro do gentio da Angola, 18 anos, 140$. — Vicente, cabra, quarenta anos mais ou menos, 140$. — Manuel, gentio de Angola, 57 anos, quebrado e pouco sadio, 20$. — Inácio, cabra, 18 anos, 140$. — Joaquim, cabra, 6 anos, sadio, 80$. — O cabrinha José, menos de cinco anos, 60$. — Rita, cabra, sadia, 27 anos, 140$. — Severina, cabra, menos de um ano, 40$. —

GADO VACUM

15 vacas novas a 6$, 96$. — 6 vacas velhas a 5$500, 33$. — 3 novilhas a 5$500, 16$500. — 4 novilhotes a 5$, 20$. — 6 bezerras a 1$600, 9$600. — 5 bezerros a 1$600, 8$. —

GADO CAVALAR

Dois cavalos russos velhos 10$, 20$. — Uma égua velha, 12$. — Uma égua russa muito velha 4$. — Um poldrinho de 4 mêses 2$500.

TERRAS

Uma porção de terras no lugar Camossim para as cacimbas, com meia légua de comprido e 60 braças de largo, 20$. —

BENS MOVEIS

Um timão de veludo encarnado, já usado, 4$. — Uma capoteira de sêda preta em bom uso 8$. — Uma saia de sitim azul de meio uso 6$. — Um lençol Bretanha da Suécia 2$. — Uma cazaca de gorgorão verde furta-côr 2$560. — Um culete de sitim azul e um calção de gorguram verde furta-côr 2$560. — Uma caixa pequena de pinho sem chave $640. — Uma cama com seu lastro de couro 1$. — Uma foice velha $120. — Duas enchadas velhas a $120, $240. —

DIVIDAS QUE DEVEM AO CASAL

José Cardoso, morador no Crumataú, 6$. — Tenente Antônio Barbalho da Costa, 6$840. — Alferes Antônio José Gomes, $800. — Cosme Teixeira, $400. — Bonifácio Gomes, do Crumataú, 1$600. — Maximiano Pereira da Costa, morador em Papari, 22$. —

DIVIDAS QUE O CASAL DEVE

A Maria Tereza de Jesus, viúva de Salvador Correia, 7$. — Á mulata Joana, escrava de Dona Ignês Gomes, 1$480. — Ao Alferes Francisco Rodrigues Coêlho, 6$. — A Fidelix Pereira, morador no Jacú, sítio da Carnaúba, 1$. — A Antônio Guilherme, morador no Crumataú, 1$500. — A Domingos de Aguiar, morador no Crumataú, $880. — Ao Alferes Francisco Rodrigues Coelho Senior, 2$480. — Á Irmandade do Santíssimo Sacramento de Goianinha, "Os anos de oito anos" 8$. — Ao Alferes Bernardo Gomes, de dizimo, $640. — A Nossa Senhora do Desterro do Papebo 10$. — Ás Almas 3$200. — "Ao Senhor do Mudo da Igreja de Sam Joam da Freguezia de Sam Jozé" 4$640. —

MAIS BENS

Um milheiro de telha, a $400 o cento, 4$. — Uma imagem da Senhora Santana com pouco mais de um palmo estufada de (?) 4$. — Uma sela de meio uso 6$. —

Não se pode ler o despacho de deliberação de partilha, senão na parte inicial, com a nomeação dos partidores João Martins da Silva e Antônio Martins da Silva.

Monte	1:091$395
Abate para satisfação das dívidas	13$180
Liquido	1:078$215
Meação	539$107
Quinhão	89$851

9

Inventariado — JOSÉ DE SOUSA

Inventariante — JOSEFA MARIA DE NEGREIROS

O processo começa a 11 de novembro de 1807 "nesta Vila de Arez Cappitania do Rio Grande Norte, Comarca da Paraíba, em cazas de pouzada do Juiz de Orphãos, o Capitam Miguel Figueira Galvam".

O óbito é de 20.5.1807. As pessoas que compõem o Juízo são estas:

— escrivão, Domingos José da Glória,
— avaliadores, capitão Domingos Barbosa Correia e capitão-mor Miguel de Oliveira Camelo;
— partidores, Francisco Pita de Palhares e Antônio Martins da Silva;
— tutor, Manuel Lourenço Pereira (assina de cruz);
— curador de orfãos, Luis Antônio Pinto de Albuquerque.

Os filhos do casal:

— Eugenia, 14 anos,
— Pedro, 10 anos,
— Rita, 8 anos,
— Tereza, 3 anos.
— Vicente, 1 ano.

A inventariante não sabe assinar o nome e o juiz assina por ela.

TITULO DE OURO (1$200 A OITAVA)

Vara e meia de colar de ouro, onze oitavas e meia, 13$800. — Um par de cadeados de ouro, uma oitava e trinta grãos, 1$680. — "um par de cadiadinhos de ouro", uma oitava e vinte e seis grãos. —

TITULO DE COBRE ($500 A LIBRA)

Um taxo, 5 libros, 2$500.

TITULO DE FERRO

"Huma enchada de ferro já uzada" $320. — Um machado usado $320. — Uma foice usada $320. —

TITULO DE GADO VACUM

Dois novilhos a 7$, 14$. — 4 garrotes a 5$, 20$. — 5 bezerros a 1$600, 8$. — 20 vacas parideiras a 6$400, 128$. —

6 novilhas a 5$500, 33$. — 3 garrotas a 4$, 12$. — 11 bezerras a 1$600, 17$. —

TÍTULO DE GADO CAVALAR

Dois cavalos de fábrica a 10$, 20$. — Um poldro amansador 9$. — Um poldro de ano 5$. — Duas éguas a 9$, 18$. — Uma poldra de ano 4$. —

TÍTULO DE BENS DE RAIZ

"Hum citio de terras no Buraco, duzentas braças, 24 pés de coqueiro novos e uma casinha que só consta de um milheiro de telhas" 180$. —

TÍTULO DE BENS MOVEIS

Um aviamento de fabricar farinha com roda e mais accessórios 6$. — Uma sela bastarda usada 4$.

TÍTULO DAS DIVIDAS QUE O CASAL DEVE

Ao Padre José Fernandes de Lima, dos funerais do *de-cujus*, 7$400. — A João Fernandes de Lima Braga 2$120. — A "viúva Luiza da Alagoa da Velha" 4$. — A Francisco Mateus 3$380. — A Luis Antônio Pinto de Albuquerque (é o curador dos órfãos) $900. — Ao Capitão Domingos Barbosa Correia (um dos avaliadores) 3$600. —

Conclusão a 11 de novembro. A 11 de fevereiro de 1808 o escrivão lança esta certidão:

> "Certifico, que fazendo estes autos concluzos ao Juiz d'Orphãos, o Cappitão Miguel Filgueira Galvam, este me-os tornou sem serem sentenciados, pelo que novamente abro a concluzãm para o Juiz d'Orphãos actual o Cappitam Pedro Barbosa Cordeiro".

Não tem data o despacho de deliberapão de partilha. O auto é de 7.11.1808, o mais demorado dos que examinei.

Monte da Fazenda	509$156
Custas	21$900
Meação da viúva	213$628
Quinhão	48$725

Sentença final: 9-11.1808. O Tutor Antônio Martins da Silva presta contas. Depois o tutor é Manuel Lourenço Pereira, que presta contas ao juiz Francisco Pita de Palhares, que fôra partidor no inventário. O último ato é um mandado do Ouvidor Mariano José de Brito Lima, Professo da Ordem de Cristo, Corregedor Geral e Provedor dos Orgãos da Comarca, com Alçada, 27.4.1808.

10

Inventariado — AFONÇO GUEDES DE MOURA

Inventariante — ANTÔNIA TORRES PALHANO

Afonço Guedes de Moura é o mesmo Afonço Guedes Alcoforado, a que já fizemos referência na segunda parte destas notas (*Bando*, ano V, vol. IV, n. 6, pág. 90) quando foi resumido o inventário de sua primeira mulher Josefa Barbosa Leitão. Antônia Torres Palhano é filha de Maria de Souza Palhano e Antônio Gomes de Torres (cf *Revista cit.*, pág. 120, resumo do inventário de Maria de Souza Palhano).

As primeiras folhas dos autos estão bastante estragadas. O óbito é de 22, 1807, mas o mês não foi possivel conhecer, pois é mencionado uma só vez. Juiz, o Capitão Miguel Figueira Galvão, que tambem assina pela viúva, analfabeta. Avaliadores, Capitão-mor Miguel de Oliveira Camêlo e Antônio Martins da Silva.

Filhos:

— Alferes Bernardo Guedes da Fonseca como cabeça de sua mulher Josefa Francisca Barbosa. (Josefa é aquela "menina femia" que ainda não tinha nome quando começou o inventário da mae, primeiro matrimônio de seu pai);
— Francisco de Torres Palhano, 22 anos;
— Manuel de Souza Palhano, 16 anos;
— Pedro José de Souza Palhano (amancipado);
— Antônio,
— Antônia,
— Manuel de Torres Palhano; por não querer "entrar com erdeiro neste inventário" renunciou à sua herança. Figura como tutor dos irmãos menores.

Há um testamento, no qual não aparece o nome de Luiza, certamente por ter nascido depois. São referidos tambem quatro descendentes premortos.

Resumo os primeiros títulos da descrição dos bens: 4 colheres de prata com o pêso de 35 oitavas, a noventa réis a oitava, 3$150. — Uma porção de prata de traçado (?) oito oitavas, $720. — Um taxo de cobre, cinco libras, a $400, 2$. — Dois escravos, apenas: Tereza, de Angola, 65 anos, 35$, e o mulatinho João, 17 anos, 12$. —

TÍTULO DE GADO VACUM

17 vacas a 6$400, 108$800. — Duas novilhas a 5$500, 11$. — 3 novilhotas a 4$, 12$. — 3 garrotas a 2$, 6$. — 3 garro-

tes a 2$, 6$. — 3 bezerras a 1$600, 4$800. — 3 bezerros a 1$600, 4$800. —

TITULO DE GADO CAVALAR

8 éguas a 8$, 64$. — Duas poldras amansadoras a 6$, 12$. — Duas poldrinhas de ano a 5$, 10$. — Um poldrinho 5$. — Um poldro amansadouro 8$. — Um cavalo manso 10$. —

TITULO DE TERRAS

"na terra, Ingenho e seu assessorios das Estivas que veio ao dito falecido por legítima de sua mãe Dona Isabel Guedes", a quantia de 1$408. —

TITULO DE BENS MÓVEIS

Uma casa de morada na povoação de Goianinha 20$. — Licitou o Alferes Bernardo Guedes mais 5$. Licitou a inventariante mais 1$, 23$. — "huma artibanca de madeira" 2$. — Uma mesa grande sem gaveta 2$. — Um estrado de madeira $640. — 500 telhas a $320, 1$600. — Uma espingarda velha 1$600. —

Quanto a dívidas, José Palhano de Torres devia ao espólio 23$500, mas o passivo é consideravel:

A Antônio Martins da Silva 1$600. — Ao Capitão-mor André de Albuquerque Maranhão 1$600. — Ao falecido Padre Gonçalo Martins da Silva 8$. — Ao Alferes José Barbosa de Góis 3$. — Ao Capitão José Fernandes da Cunha 3$520. — Ao Capitão Domingos Barbosa 2$. — A Manuel Pita de Palhares 2$880. — Ao Capitão Pedro Barbosa Cordeiro $840. — Ao Ajudante João Martins da Silva 11$880. — A viúva falecida Dona Maria Manuela Leitão um (o papel está rompido e à margem o valor está representado apenas pelo $). — Ao Alferes Bernardo Guedes da Fonseca 26$290. — Ao mesmo credor 50$. —

Chamados à colação os herdeiros, Bernardo Guedes declarou "não ter em si cousa alguma do cazal do seu falecido sogro."

Manoel Torres Palhano declarou haver recebido um cavalo 12$, uma égua 8$ e um poldrinho 4$.

Pedro José de Souza Palhano, que invariàvelmente eliminava "Palhano" de sua assinatura, também declarou nada ter a conferir.

No despacho de deliberação de partilha, 18.6.1807, estão nomeados os partidores Miguel Dias Azevedo Castelo Branco e Francisco Pita de Palhares.

Monte da Fazenda	536$018
Dívidas a abater	113$810

Líquido	422$208
Meação	211$104
Terça da legítima a ser abatida da outra meação	70$368
Monte partível	140$736
Quinhão dos sete herdeiros	20$106

A traça comeu a parte em que se lia o local e a data da sentença homologatória, mas o termo seguinte é 11 de julho.

Aparece, nesta altura, sem qualquer termo de juntada, nem referência anterior visível, o testamento do *de cujus*, infelizmente ilegível. Com algum esforço, podem ser aproveitados estes dados: o testamento é de 12.1.1796, "Villa de São José do Rio Grande do Norte". Os pais do legatório: ... Gomes de Torres e Dona Isabel... "Declaro que fui casado a primeira vez com Josefa Barbosa de cujo matrimônio só tive uma filha, Dona Josefa Barbosa casada com Bernardo Guedes da Fonseca. Declaro que sou casado de presente com Dona Antônia Torres de cujo matrimonio temos cinco filhos que se acham vivos". Pede aos cunhados José Pantaleão Torres, Estevam José Barbosa Pequeno e Pedro Barbosa Cordeiro sejam testamenteiros e que seu corpo seja sepultado na Matriz de Goianinha em hábito de São Francisco.

Além do legatário, assinam o termo de reconhecimento: Joaquim Dias (ilegível), Francisco José Abreu Guimarães, Estevam José Dantas, Antônio José de Barros, Francisco José de Oliveira, Bertoso José Correia e Francisco Antônio de Vasconcelos (?).

A seguir, os credores justificam seus débitos, depondo as testemunhas:

Luiz Antônio Pinto de Albuquerque, branco, solteiro, morador nesta Vila, que vive "do seu negócio de fazendas", 32 anos.

Alferes Manoel Martins de Sá, branco, viúvo "que vive de sua agência", 32 anos;

Manoel de Torres Palhano, branco, solteiro, "que vive de sua agência", 25 anos;

Capitão Domingos Barbosa Correia, branco, casado, de Arês, "que vive de seu negócio de fazendas e lavouras", 48 anos;

Antônio Ribeiro de Macedo, pardo, casado, 33 anos;

Matias de Souza Monteiro, indio, casado, morador em Arês, "que vive de seu ofício de sapateiro", 28 anos.

Antônio Martins da Silva justificou a dívida do falecido padre Gonçalo Martins da Silva, requerendo como procurador de sua mãe (dele requerente ou do padre?) e demais herdeiros do Reverendo

(continua)

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO

Período: 29-3-68 a 29-3-69

Meus caros confrades:

Em obediência às normas estatutárias, é meu dever apresentar, cada ano que passa, o relatório das atividades desta tradicional Casa.

Por isso, relatarei, embora resumidamente, as principais ocorrências do Instituto, durante o período de abril de 1968 até a presente data.

I — SESSÕES REALIZADAS

Realizou o nosso Instituto Histórico, no período findo, várias sessões, solenes e ordinárias, tratando de assunto de real interesse da instituição e enaltecendo os méritos e a inteligência de figuras da história potiguar, nacional.

Assim, no dia 22 de abril de 1968, teve lugar a sessão magna em comemoração ao 5.º centenário de nascimento de Pedro Alvares Cabral — Data Luso-Brasileira — oportunidade em que o nosso confrade Helio Dantas pronunciou uma conferência alusiva à efeméride.

A convite desta presidência, o Prof. Severino Lopes, a 4 de maio do mesmo ano, proferiu uma palestra, abordando o tema: "Gregório Marañon — sua presença universal" Já no dia seguinte, o escritor e pintor Jean Pierre Chabloz discorreu sobre "Numerologia".

Em 12 de junho — data do arcabuzamento do mártir e herói potiguar — Miguelinho, o ilustre confrade Sandoval Wanderlev, em sessão solene, pronunciou uma conferência abordando alguns aspectos da vida de Miguel Joaquim de Almeida Castro.

Em 17 de agosto do ano passado, sob a presidência do ilustre consócio Manoel Rodrigues de Melo (pois me encontrava na Guanabara), ocorreu a sessão solene comemorativa da passagem do 1.º centenário de nascimento de Dom Joaquim Antonio de Almeida, 1.º Bispo de Natal, ocasião em que o sócio efetivo José Melquiades falou em torno da vida exemplar do eminente sacerdote.

Na oportunidade foram distribuídos alguns trabalhos de autoria do prof. Antonio Gomes da Rocha Fagundes, nosso ilustrado confrade, sobre a vida de Dom Joaquim.

No dia 21 de setembro, atendendo ao convite que formulamos, proferiu uma palestra neste Instituto, o Jornalista Paulo Macêdo, abordando o tema "Valorização do Patrimônio Cultural e Astístico dos Estados Unidos". Foi saudado pelo sócio efetivo, historiador Rômulo Chaves Wanderley.

A 29 de novembro, tendo em vista o transcurso do bi-centenário de nascimento do Padre Miguelinho, teve lugar neste salão nobre, uma magna solenidade pelo grande evento. Na ocasião, o nosso confrade Raimundo Nonato da Silva proferiu importante conferência, sob o tema: "Súmula cronológica de Miguelinho".

No princípio do corrente ano — 5 de janeiro — esta tradicional entidade, em colaboração com a ID/7 e Guarnição de Natal e Governo do Município, promoveu, no auditório do SESC, magna sessão, pela passagem do centenário da Dezembrada. Em nome da mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, usou da palavra o caro Sócio Benemérito Luís da Câmara Cascudo, abordando os principais feitos da dezembrada de 1868. Antes, porém, tive o ensejo de tercer algumas considerações sobre o significado de nossa iniciativa. Falaram, também, o General Hidelbrando Duque Estrada, Comandante da ID/7 e Guarnição de Natal e o Exmo. Sr. Governador do Estado, Monsenhor Walfredo Gurgel.

Ainda no mês de janeiro, ocorreram duas sessões ordinárias, nos dias 21 e 27, oportunidade em que foram tratados vários assuntos de interesse desta instituição.

II — EXPOSIÇÕES — DE PINTURA — DE POESIAS

Esta casa — "A Casa da Memória", não se restringindo apenas às promoções de cunho histórico, comemorativas de feitos da história e geografia regionais, do país, e principalmente do Rio Grande do Norte, também, no quadro do desenvolvimento cultural da província, presta inestimáveis serviços, no incentivo e apoio a iniciativas outras.

Assim é que, a 26 de maio de 1968, ao lado do Núcleo Regional da Associação Brasileira de Museologistas, promoveu uma exposição de Pintura de Carlos José, cuja receptividade bem demonstrou a importância da iniciativa.

Por outro lado, a 1.º de junho, a Escola de Jovens Poetas Natalenses, realizou, nesta vetusta instituição, a II Exposição de Poesias da referida Escola, obtendo um sucesso incontestável, numa festa de alegria e emoção, quando foram apresentados inúmeros poemas e interpretadas várias músicas regionais e de cunho folclórico.

Também, no ano que passou, a 26 de julho, abrimos as portas desta Casa para promover a Exposição de Pintura do jovem Erasmo Andrade, que, como as anteriores, recebeu o apoio da sociedade natalense e dos sócios ilustres.

III — ADERBAL DE FRANÇA — DANILO — 40 ANOS DE CRÔNICA —

O Instituto Histórico a 14 de junho de 1968, prestou uma significativa e emocional homenagem ao nosso caro confrade, Aderbal de França, pois naquela data completava 40 anos que escrevia sob o pseudônimo de DANILO. Numa saudação efusiva e emocionante, o prezado consócio Rômulo Chaves Wanderley ressaltou os méritos do homenageado. Na oportunidade, pela filha deste que lhes fala, foi lida a primeira crônica, sob o título "Teresinha". Em seguida, a filha do homenageado, Liana França, leu os registros escritos no mesmo jornal (A República — 14-6-28) pelo seu pai. Muitas mensagens de aplauso e congratulações foram enviadas a esta presidência, face a justa homenagem. Com viva emoção, agradeceu o caro consócio Aderbal de França.

IV — 50 ANOS DE ATIVIDADE INTELECTUAL E 70 DE IDADE — LUIS DA CÂMARA CASCUDO

Por outro lado, a 30 de dezembro findo, também o nosso Instituto viveu momentos de festa. Era o aniversário do mestre Cascudo — nosso sócio benemérito e orador. 50 anos de atividade intelectual ininterrupta e 70 de idade. Promovemos uma magna sessão para homenageá-lo. Algumas mensagens de apoio, solidariedade e de parabéns foram lidas na ocasião, números de poesia e cantos folclóricos apresentados, e a palavra do confrade Manoel Rodrigues de Melo abordando o tema: "Câmara Cascudo — homem da província e do mundo"; inauguração do retrato do mestre pela sua netinha Daliana, tudo isso foi a festa inesquecível de 30 de dezembro. Enfim, o agradecimento do homenageado, com um misto de emoção, alegria e lágrimas. Toda a sociedade natalense prestigiou essa nossa iniciativa.

V — CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A 30 de outubro findo, viajei ao Estado da Guanabara, sem quaisquer ônus para esta entidade, e tive a satisfação de ultimar a assinatura de um convênio com o Ministério de Educação e Cultura, através do Conselho Federal de Cultura, no valor de NCr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), para aplicar em algumas adaptações e serviços neste Instituto. De acordo com o Plano de Aplicação apresentado, e aditivo que o alterou recentemente, a nosso pedido estamos providenciando a ampliação das estantes da "Sala Vicente Lemos", a encadernação de dezenas de livros e periódicos, e já concluímos os serviços de sistema de som (5 auto-falantes, um pick-up, músicas clássicas e eruditas), tudo da melhor qualidade.

VI — CONVÊNIO COM O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

De igual modo, na mesma data, assinamos outro convênio, com o Instituto Nacional do Livro, através de seu eminente Diretor, General Umberto Peregrino, nosso confrade. O referido convênio não implica em pagamento de alguma ajuda pecuniária, e sim, de material bibliográfico destinado ao tratamento técnico de livro, fornecimento de pessoal técnico e especializado para a organização, implantação e orientação regular da biblioteca do Instituto. No momento, como estamos concluindo os serviços de classificação de livros e periódicos, através de pessoal habilitado, somente, em meses próximos, executaremos o referido convênio. Foi essa a melhor forma encontrada.

VII — SUBVENÇÃO FEDERAL

Apesar dos esforços dispendidos durante os anos anteriores, 1967 e 1968, junto às autoridades do governo da União, principalmente aos nossos representantes da Câmara Alta e Baixa do país, somente foi possível conseguir liberar, com um corte bem razoável, as subvenções: de 1967 — Extraordinária — NCr$ 3.000,00 (recebida em junho de 1968); de 1968 — Extraordinária, com 50% de desconto, NCr$ 1.500,00 (o valor era de NCr$ 3.000,00), conforme ofício n.º 2324, de 30-9-68; e ainda no ano passado, através do ofício n.º 2079, de 20 de dezembro de 1968, (Adendo *E* — MEC — NCr$ 9.706,32 (o valor era de NCr$ 12.000,00), para pagamento a servidores exclusivamente. As despesas estão sendo devidamente documentadas para a competente prestação de contas.

VIII — ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

Um trabalho que merece, realmente, destaque, diz respeito à organização e catalogação de todos os livros e periódicos do Instituto, obedecendo método simples e prático.

Neste serviço, foi designado um grupo de pessoas competentes, entre elas Safira Tavares Ferreira, bibliotecária com estágio e curso na Biblioteca Nacional, Raulino Sales, Maria Socorro Gomes, Vilma Lopes Franco, Ivanize Pereira Pinto e Paulo Calistrato do Nascimento. Os referidos trabalhos estão sendo remunerados através da subvenção recebida para tal fim (pagamento de servidores). Esperamos que até junho do corrente ano, esteja tudo pronto, para que, assim, possamos adotar outras providências complementares e também de real importância para a valorização desta Casa, em prol do desenvolvimento cultural da terra. Por sua vez, os jornais do Estado já se encontram devidamente classificados, em condições de serem consultados.

IX — MOVIMENTO FINANCEIRO

Sob a eficiente orientação e responsabilidade do ilustre consócio Prof. Dr. Manoel Varela de Albuquerque, a Tesouraria do Instituto Histórico se acha em perfeita ordem, com o movimento financeiro devidamente documentado, merecendo, desta forma, um voto de louvor e referência em nome de todos os caros confrades.

X — QUADRO DE SÓCIOS

Quase que nenhuma alteração houve no quadro de sócios desta Casa, ocorrendo, porém, para a nossa tristeza, o desaparecimento de nosso convívio, dos caros confrades, Des. Adalberto Amorim (20/8/68); Des. Silvino Bezerra Neto — 2.º Vice-Presidente (17-2-69); e Prof. Francisco Ivo Cavalcanti, a 11 do corrente. Por outro lado, foram aprovados os nomes do dr. Cleóbulo Cortez Gomes (13.4) dos escritores Jayme G. Wanderley, Minervino Wanderley de Siqueira, Cônego Eymar L'Eraistre Monteiro, para sócios efetivos; e os Profs. Francisco Hugo Almeida de Lima e Moura e José Hermogenes de Andrade Filho, para a categoria de "Sócios Correspondentes" (dia 27-1-69).

É nosso propósito, realizar, proximamente, as sessões póstumas em homenagem à memória dos eminentes confrades desaparecidos, e, de acordo com as normas estatutárias, as respectivas sessões de posse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS — PROGRAMAS DE REALIZAÇÕES

Eis aqui, meus caros e ilustres confrades, o relatório das atividades desta presidência, durante o período referido.

Evidentemente, aludindo a algumas ocorrências se bem que as principais, deixamos outras referências e registros à parte, vez que as nossas atas fixam, com maior precisão e amplitude, o que se fez nesta Casa.

A verdade, porém, é que os melhores propósitos sempre nos animaram para realizar alguma coisa à frente dos destinos desta vetusta instituição. E, graças a Deus, não nos faltaram força, coragem e dedicação para continuarmos trabalhando, modestamente.

Se fizemos algo, muito ainda deveremos fazer. A publicação de nossa Revista é o passo seguinte. A edição de alguns livros de valor histórico consta dos propósitos desta presidência. Concluída a classificação dos livros e periódicos, e pronta a catalogação do acervo documentário (desde o século XVII), esta a cargo de Airton Alves, partiremos para aquelas metas. Certos é que, organizada totalmente a Casa, e com os recursos de subvenções que pleitearemos para publicação de obras, a exemplo do que fizemos para os serviços inadiáveis de classificação, encadernação, sistema de som, ampliação das es-

tantes, pagamento de pessoal para os serviços técnicos, podemos concretizar, de forma ampla e definitiva, um programa à altura das nobres e altas finalidades do Instituto. Deve ser esse, portanto, o próximo trabalho.

Nesta oportunidade, não poderíamos deixar sem referência o estímulo e o apoio que sempre recebemos dos caros confrades.

Às autoridades civis, militares e eclesiásticas, à imprensa falada e escrita, e a quantos frequentam esta Casa e admiram e incentivam o nosso trabalho, manifestamos a nossa gratidão.

Ao nosso ilustre 2.º secretário, Prof. Manoel Jácome de Lima, que com tanto cuidado e eficiência, registra, através das atas, tudo o que se passa nesta entidade, também expressamos o maior agradecimento. Aos confrades da Diretoria deixamos o mesmo agradecimento. Aos servidores desta Casa, manifestamos também. Expressamos, afinal, a nossa confiança em forma de apelo, nos Podederes Públicos, federal, estadual e municipal, a fim de que os mesmos, através de seus autênticos representantes, sintam e reconheçam a importância exercida pelo Instituto Histórico, e se disponham a sempre consignar alguma dotação para esta instituição, que longe de ser um patrimônio particular e de cada um de nós, pertence, acima de tudo, ao próprio Rio Grande do Norte, valorizando-o e projetando-o de forma altaneira no quadro cultural do país.

Deixamos, ainda, registrado o nosso agradecimento às diversas organizações de cultura do Brasil e do estrangeiro que, em intercâmbio constante, prestam sua colaboração. E faz-me mister, neste ensejo, ressaltar o prestígio, pela imprescindível ajuda que nos deram e, tenho absoluta certeza, continuarão a dar, do Conselho Federal de Cultura e do Instituto Nacional do Livro, organismos do Ministério de Educação e Cultura, com os quais firmamos importantes convênios.

Esta é a nossa prestação de contas, meus caros confrades.

Encerra-se, hoje, mais um biênio desta presidência. Elege-se, nesta assembléia geral, nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, para o período de 29-3-69 até 29-3-71.

Estou tranquilo — ao lado dos meus ilustres confrades de Diretoria, e graças à confiança, ao apoio, ao estímulo, à experiência e ao prestígio de todos os membros desta tradicional entidade — porque cumpri, mais uma vez, modestamente, com o Dever.

Salão Nobre, em 29 de março de 1969.

ENÉLIO LIMA PETROVICH
Presidente

(Aprovado, por unanimidade, em sessão de assembléia geral ordinária de 29 de março de 1969).

UM ACIDENTE GEOGRÁFICO

MINERVINO W. DE SIQUEIRA
(Sócio Efetivo)

De início desejo expressar a minha admiração, o meu respeito e a minha estima, a esta nobre instituição — Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — a mais antiga sociedade cultural do nosso Estado.

Se o merecimento para sócio desta entidade consiste em relevante capacidade de cultura histórica e geográfica, confesso não seu eu bastante habilitado para tal. Se, porém, o amor a Pátria, ao nosso Rio Grande do Norte, a nossa gente, a nossa cultura, a nossa geografia sentimental, a nossa história e as nossas letras — o amor! — constitui para isso satisfatório penhor ou aval, creio não se haverem enganado os ilustres confrades que para aqui me elegeram.

Falei em *geografia sentimental.* É que, em toda a sua divisão, é a geografia eivada de um certo sentimentalismo. Quanto ao solo, quanto aos produtos do mesmo, quanto às raças, línguas e costumes, e quanto ao globo, nas suas relações com os outros corpos do sistema planetário, toda ela espelha um sentimento não direi apenas poético, mas sobretudo patriótico e humano.

As fotos tiradas pela Apolo 8, lá da órbita lunar, cuja nave espacial livrou pela primeira vez o homem da gravitação terráquea, nos encheram de admiração, de encantamento, de euforia, de orgulho até pela beleza suave da nossa esfera terrestre, brilhante, lindíssima, enfeitada de luz, de azul e de branco, destacando-se o bordado dos grandes oceanos.

Com o resultado obtido pelas Apolo-8 e 9, os Estados Unidos da América do Norte pretendem colocar os primeiros homens na lua, com as suas naves Apolo-10 e 11, em datas a serem marcadas. E tem mais: Após terem, ao que parece, descoberto a existência de água em Marte, os Estados Unidos anunciam o lançamento do Sort-II, equipado com células foto-solares que converterão o raio solar em energia para a viagem do engenho espacial.

Existirão outros planetas habitados pela espécie humana? Jesus Cristo disse: "Na casa de meu Pai há muitas moradas". (São João, Cap. 14, v. 2.) E os chamados Discos Voadores ou Objetos não Identificados?... Serão de outro planeta? Serão ilusão ou realidade? E tudo isso não será belo, empolgante, sentimental?

Senhoras e Senhores,

É outro, porém, o principal assunto por mim escolhido para o meu discurso de posse neste Instituto, em tão boa hora dirigido por este patriótico historiador Dr. Enélio de Lima Petrovich, a quem tanto esta entidade e o Rio Grande do Norte já devem.

Porque, é de um acidente geográfico do nosso Estado que eu desejo mais vos falar. É de um pequeno rio, à margem do qual eu me vi crescer, numa amizade fraternal, numa camaradagem de duas almas que se estimam e que se entendem, o rio da minha vida, passando pertinho da casa de meu pai, no Sítio Transval, o meu inesquecível Patachoca, que sempre, mesmo cheio, transbordante, de barreira a barreira ou de banda a banda, como se dizia por lá, deixava-se dominar por mim, talvez mais pela mencionada amizade de que pelas braçadas não muito fortes do menino matuto que, com ele, e somente com ele, aprendera tanto a nadar.

Os rios sempre foram os grandes motivos de amor à terra. Rios há que tudo representam na vida de um povo, o estão ligados à sua história. É o caso, por exemplo, do Nilo. "O Egito é uma dávida do Nilo"! E entre nós: "O São Francisco é o rio da unidade nacional"!...

Por isso, é muito natural que o rio Patachoca seja o elo da minha maturidade de estudos e de lutas à minha infância descuidada e, naturalmente, repleta de doces recordações.

O rio Patachoca, que nasce no Município de Cerro-Corá, de duas vertentes da chamada Serra de Santana, após banhar o Município de Angicos, entra no de Ipanguaçu, despejando no rio Açu, muito abaixo da Lagoa Ponta Grande, do lado esquerdo, no sítio Arapuá. Na sua trajetória, aumenta e enriquece sobremodo imenso e importante vale, cuja região está brilhantemente estudada no livro "Várzea do Assu" do nosso conterrâneo escritor Manoel Rodrigues de Melo.

O rio Patachoca é o mesmo que muitos denominam hoje de rio Pataxó. A mudança do nome Patachoca para Pataxó, foi, decerto, uma invenção leviana enfeitada de uma mentira histórica,. Alega-se de que a palavra Patachoca é, no caso, uma corruptela, e que a denominação Pataxó viera por ter sido aquela região habitada por tribus de indios pataxós, pertencentes à nação gê ou tapuia!...

Luís da Câmara Cascudo diz, no seu livro "História do Rio Grande do Norte", página 38, Ministério da Educação e Cultura: "O Rio Grande do Norte lembra os seus ancestrais aborígenes — Paiacus, Monxorós, Pegas, Caborés, Icozinhos, Panatis, Arius e Junduís de truculenta memória — além dos potiguares clássicos, comedores de camarão, dominadores do rio onde a Capital se plantou". E fala mais o nosso Mestre em Caiacós e Curemas. E diz também: "Eram apenas duas raças: Potiguares eram Tupis. Todos os demais eram Cariris, apelido dado pelo inimigo. Tupi. Eram Cariris com vários tipos, cor e formação, homens mais altos que os Potiguares, fortes, impulsivos, com pequena agricultura e cerâmica rudimentar, dormindo em rede de algodão e fibras, com apreciável organização social e militar"... Nem uma vez cita a palavra pataxó ou alude, sequer, aos índios pataxós!

Fui, há poucos dias, a casa de Cascudo e falei-lhe a respeito do assunto. Ele me disse categórico: "Pode escrever sem medo que jamais houve no Rio Grande do Norte índios pataxós"!

Simões da Fonseca, diz: "Patachoca, afluente do rio Assu ou Piranhas — Brasil. Jaime Seguier: "Patachoca — rio do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil, afluente do rio Assu". Isso, para falar somente em nossos avós dicionaristas. Por outro lado, o Dicionário Escolar da Língua Portuguêsa e o grande lexicógrafo Cândido de Figuerêdo, dizem: "Pataxó — antiga nação de índios que dominavam o *território da Bahia*"!...

Assim sendo, está plenamente vitorioso o meu ponto de vista.

Não discuto aqui boniteza de nome. Não existe nome feio quando se trata do que é nosso e do que amamos. Defendo não uma questão de gosto, mas de realidade histórica.

Aos nossos cartógrafos, geógrafos, professores de geografia, aos nossos historiadores e homens de letras, a esta casa, eu apelo, com toda força do meu amor a minha terra, com toda a força do meu bairrismo, que é também uma espécie de patriotismo, patriotismo local, que, para realce da verdade, — endireitem, corrijam, restaurem o nome desse importante rio de nosso Estado, o nosso rio. — Patachoca, o rio do meu sonho, da minha meninice, do meu coração.

(Discurso de posse, como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 10/5/69).

O HISTORIADOR RODOLFO GARCIA

JOSÉ BEZERRA GOMES
(Colaborador)

O nome proeminente do historiador Rodolfo Garcia, pela autoridade do mestre da historiografia nacional, tem lugar marcado pela nobreza do historiógrafo, dentro da historiografia brasileira.

Pela projeção do historiador, douto e lídimo, pesquisador e ensaísta, que se avoluma pela expressão de "Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810) (1), entre tantos outros trabalhos que engrandecem seu vulto de mestre das historiografia nacional.

Irmana-se seu nome impoluto ao do exato Capistrano de Abreu, pela reedição, integral, viva de anotações, ricas de informações valiosas, ao texo puro da copioso "História Geral do Brasil", da autoria do Visconde de Porto Seguro — Francisco Adolfo de Varnhagen (2). Mestre de historiografia nacional pela lisura do historiador nobilíssimo.

"Fizeram-se várias tentativas de publicação. A primeira edição integral de Capistrano de Abreu, em 1918, tomou por base o texto da Biblioteca Nacional, comparando-o com uma nova cópia extraída do apógrafo da Torre do Tombo. Em 1931 foi feita nova edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia". (3)

O filho ilustríssimo da terra norte-rio-grandense, Dr. Rodolfo de Amorim Garcia, nasceu no engenho do Melo (4), no município e comarca de Ceará-Mirim, em 25 de maio de 1873. E faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1949.

Primeiro norte-rio-grandense a receber a imortalidade da augusta Academia Brasileira de Letras. Havendo ocupado, pelo imortal e acadêmico, a cadeira número 39, cujo patrono é Francisco Adolfo Varnhagen.

Revestiu-se a sua posse no cenáculo da imortalidade acadêmica, na vaga deixada por Rocha Pombo, figura de renome nacional pela probidade do historiador, da saudação do nobre historiador Afonso Taunay, em sessão celebrada, solenemente, em data de 13 de abril de 1935.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pertencente aos Institutos Históricos de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Foi Diretor do Museu Histórico Nacional e Diretor da Biblioteca Nacional, encargo que ocupou a partir de 1932 e em que se aposentou, enobrecendo-lhe a memória venerável. (5)

Entre as suas obras contam-se: "Dicionário de Brasileirismos", "Etnografia Indígena", "Ensaio Bio-bibliográfico de F. A. Varnhagen", "Os judeus no Brasil Colonial", "História das expedições científicas", "A Capitania de Pernambuco do governo de José Cesar de Menezes", "Bibliografia geográfica brasileira", e "Nomes geográficos peculiares ao Brasil", além de valiosas anotações elucidativas a trabalhos de história brasileira". (6) Registra D'Almeida Vitor, no seu trabalho, sob o título de "Ad Imortalitatem" — Síntese histórica da Academia Brasileira de Letras.

Merece-se a sua obra, deixada, pelo "valor incalculável, constituída por livros onde são esclarecidos alguns pontos obscuros da história brasileira e onde é feita uma circunstância da divulgação de conhecimento sobre a bibliografia nacional. Suas notas e comentários às edições de livros clássicos são magistrais lições de história e de literatura do Brasil". (7)

Formado em Direito, sua vocação sempre foi a História, de que se tornou emérito e fiel cultor ao longo de sua fecunda existência de 76 anos, dentro de uma vida exemplar pela vitória do labor edificativo.

Assinala Raimundo Nonato sobre "Rodolfo Garcia um nome presente na História", que "na realização dessa obra de cultura e de pensamento, Rodolfo Garcia representa uma extraordinária vitória do talento e das inesgotáveis energias da província esquecida". (8)

Tive a honra de visitá-lo, na Biblioteca Nacional, onde me recebeu no gabinete do Diretor, levada minha visita pela grandeza que acobertava o seu nome a todos nós reverentes ao valor do sábio mestre da historiagrafia nacional.

Guardo do homem eminente, Dr. Rodolfo Garcia, além do meu respeito à sua nobre figura, o tamanho da sua modéstia. Medida pela simplicidade de quem foi um só a vida toda: mestre.

O mestre Rodolfo Garcia.

(1) Rodolfo Garcia — ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL (1500/1810) — Prefácio de Affonso E. de Taunay. (Obra próstuma). Livraria José Olímpio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, Rio, 1956.

(2) VISCONDE DE PORTO SEGURO — Francisco Adolpho de Varnhagen — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL — Antes de sua separação e independência de Portugal — Edições Melhoramentos — São Paulo, s. d., tomo I-V. (Otto Maria Capeux — PEQUENA BIBLIOGRAFIA CRÍTICA DA LITERATURA BRASILEIRA, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Rio, 1955, ps. 78/79).

(3) José Honório Rodrigues — TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL — Instituto Progresso Editorial — São Paulo, 1949, p. 231.

(4) Luís da Câmara Cascudo, HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE, Ministério da Educação e Cultura, serviço de Documentação, Rio, 1955, p. 519.

(5) Victor Brinches, DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO, Editora Fundo de Cultura, Rio, 1965, ps. 476/477.

(6) D'Almeida Vítor — AD IMORTALITATEM — Síntese histórica da Academia Brasileira de Letras — Ensaio de história literária e bio-bibliográfica, Irmãos Pongetti — Editores, Rio, 1943, p. 90.

(7) Victor Brinches, ob. cit., p. 476.

(8) Raimundo Nonato, PROVÍNCIA LITERÁRIA, Irmãos Pongetti — Editores, Rio, 1953, p. 131.

NECROLÓGIOS

NECROLOGIOS

PROFESSOR LUIZ CORREIA SOARES DE ARAUJO

O Professor Luiz Correia Soares de Araujo deste Estado, nasceu na cidade de Assu, no dia 18 de janeiro de 1888, filho do Cel. Pedro Soares de Araujo e Ana Senhorinha Soares de Araujo. Em Natal fez o curso primário na Escola Particular de D. Nila Câmara e o curso de Humanidades do Ateneu Norte-Riograndense, então dirigido pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu. Diplomou-se pela Escola Normal de Natal, no dia 4 de dezembro de 1910, fazendo parte da 1.ª Turma, cerimônia que se realizou no Salão Róseo do Palácio do Governo, sob a presidência do saudoso governador Alberto Maranhão e da qual foi o orador oficial e paraninfo do professor Manoel Garcia, lente da Escola. Nomeado para o G. E. "Almino Afonso", em Martins, assumiu no dia 20 de março de 1911 depois de uma longa e penosa viagem de oito dias a cavalo, pois não havia naquele tempo, outro meio de transporte. Foi removido para a cidade de Assu, sua terra natal, onde organizou e dirigiu o G. E. Cel. José Correia que este ano está comemorando o seu cinqüentenário e inaugurado a 7 de setembro de 1911, em solenidade presidida pelo pranteado Dr. José Correia de Araújo Furtado, juiz de Direito da Comarca, com a presença do saudoso professor Anfilóquio Câmara representando o Governador Alberto Maranhão, sendo Prefeito do Município o Cel. Antônio Saboia. Foi uma das maiores festas já realizadas em Assu. Foram suas auxiliares no Grupo Escolar a saudosa e inesquecível professora Sinhazinha Wanderley e Clara de Sá Leitão que apesar de leigas, possuíam uma grande vocação pedagógica.

O professor Luiz Correia Soares de Araujo foi removido, ainda no governo Alberto Maranhão, da cidade de Assu para o Grupo Escolar "Frei Miguelinho", em Natal, assumindo a 21 de abril de 1913. Continuou na direção desse grupo até sua morte, contando, assim, 48 anos de direção. Regeu sempre a cadeira elementar masculina dos grupos que dirigiu, até que em 1922 quando passou a acumular a

direção da Escola Profissional do Alecrim que organizou para funcionar anexa ao grupo, com a ajuda do saudoso Presidente Epitácio Pessoa e do Min. Joaquim Ferreira Chaves, no Rio, e neste Estado e com o apoio do Governador Antônio de Souza, instalando-se a referida Escola, a 12 de junho de 1922. No governo do eminente conterrâneo Dr. Juvenal Lamartine, foi, em virtude de Lei, condecorado com a medalha de ouro "Ao Mérito", recebendo-a solenemente no dia 15 de outubro de 1929. — "Dia do Professor", sendo orador oficial o ilustre Professor Dr. Francisco Ivo Cavalcanti. No dia 18 de janeiro de 1954 a população do bairro do Alecrim ofereceu-lhe uma Medalha de Ouro com um brilhante e significativa legenda em solenidade na qual foi orador o ilustre Monsenhor João da Mata. Um dos fundadores da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, era Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, da Academia Potiguar de Letras e do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte.

Com os seus alunos do Grupo Escolar "Frei Miguelinho" e sob a orientação dos saudosos Henrique Castriciano e Comandante Monteiro Chaves, o professor Luiz Correia Soares de Araujo, iniciou em Natal, o movimento escotista. Os escoteiros desfilaram pela primeira vez em Natal, a 24 de junho de 1917, sendo Governador do Estado o Desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Em frente ao Palácio do Governo os escoteiros fizeram a saudação às autoridades, ouvindo-se uma preleção cívica pelo jornalista Moisés Soares. No dia 14 de julho de 1919, reunindo mais dois grupos, fundou a Associação de Escoteiros do Alecrim que formou pela primeira vez na Praça Pedro II, em frente à Igreja de S. Pedro, ainda não terminada, com uma missa campal celebrada pelo Revm.º Monsenhor Alfredo Pegado, formando à direita Forças da Marinha, Exército e Polícia Militar, comparecendo o Exmo. Sr. Governador do Estado com as autoridades civis e militares. A Associação de Escoteiros do Alecrim, desde a sua organização vinha sendo dirigida pelo Prof. Luiz Correia Soares de Araujo que foi condecorado pelo Diretório Nacional da União dos Escoteiros do Brasil com a Comenda do *Tapir de Prata*, que constitui a mais alta distinção mundial do escotismo.

Faleceu no dia 13 de agosto de 1967, o professor Luiz Correia Soares de Araujo. À beira do túmulo, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, usou da palavra o sócio efetivo Dr. Boanerges Januário Soares de Araujo.

DESEMBARGADOR ADALBERTO SOARES DE ARAUJO AMORIM

Nasceu Adalberto Soares de Araujo Amorim aos 21 de abril de 1883, em Assú, neste Estando, sendo filho de Pedro Soares de Amorim, doutor em medicina, e Maria Francisca de Araujo Amorim.

A 1.º de outubro de 1885 passou a residir nesta cidade do Natal, para onde haviam transferido residência os seus pais. Aos 9 anos de idade, iniciou o estudo das primeiras letras, com a professora particular D. Petrolina da Câmara e, em seguida, com a professora D. Adelaide Câmara.

Completando o estudo primário, começou a estudar francês e português com o professor João Tibúrcio da Cunha Pinheiro, tendo se matriculado no Atheneu Norte-Riograndense, em 1897, onde permaneceu até 1899, quando concluiu o Curso de Humanidades. Estudou, também, em curso particular, com o professor Zózimo Platão de Oliveira Fernandes, aritmética e álgebra, cujos exames foram prestados em 1898. Em 1900, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, não tendo podido cursar o ano, matriculando-se, novamente, em 1903, deixando ainda de prestar exame do 1.º ano, devido à irrupção da peste bubônica ali, o que motivou a sua retirada daquela Faculdade, vindo a fazer exame do 1.º ano jurídico, em março do ano seguinte, na Faculdade Livre de Direito do Ceará, então recentemente fundada, e onde continuou todo o curso, vindo a bacharelar-se em 26 de novembro de 1907.

Por indicação do Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Chefe do Partido Republicano, no Estado, e sendo Governador o Dr. Antonio José de Melo Souza, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Macau, em 11 de janeiro de 1908, assumindo o exercício a 1.º de fevereiro do mesmo ano. Nessa cidade fundou e dirigiu o Almanaque de Macau, de propriedade de Francisco Ferreira de Araujo e a Folha Literária "O Neófito", juntamente com o Dr. Aurélio Pinheiro. Por ato do Governador Alberto Maranhão, de 24 de janeiro de 1910, foi removido da Comarca de Macau para a de São

José de Mipibu, tendo assumido o exercício no dia 16 de março do mesmo ano. Ali, em companhia do Dr. Francisco de Albuquerque Melo, Juiz de Direito da Comarca, e dos professores Severino Bezerra de Melo e José Tavares Guerreiro, fundou o periódico "O Município", que circulou por algum tempo. Nesse ano de 1910, a 5 de abril, consorciou-se com Judite Cortês, filha do Capitão João Pegado de Siqueira Cortês e Maria Paulina de Castro Cortês. Ainda por ato do Governador Joaquim Ferreira Chaves, de 11 de abril de 1914, foi removido para a Comarca de Canguaretama, assumindo o exercício a 22 do mesmo mês. Em 23 de março de 1918, o então Ministro da Agricultura, Dr. Pereira Lira, o nomeou para exercer as funções do cargo de Diretor da Escola de Aprendizes Artísfices (hoje Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte). Permaneceu até o dia 13 de setembro de 1922, quando, aceitando a sua nomeação para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Pau dos Ferros, feita por ato do Governador Dr. Antonio José de Melo e Souza, em 11 de setembro do dito ano, deixou a Direção da Escola. Em 6 de março de 1924, a pedido, o Governador Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros o removeu para a Comarca de Caicó. A 6 de junho de 1925, a pedido, passou a exercer as funções de Juiz, em Açu, sua terra natal. Nessa cidade, juntamente com seu irmão, Dr. Pedro Soares de Araújo Amorim e do Major Minervino Wanderley, fundou o semanário "Jornal do Sertão", com oficinas próprias, que circulou de 1927 a 1930. Em 1932, por designação do Superior Tribunal de Justiça, exerceu o Juizado de 2.ª entrância, em Mossoró. O Interventor Dr. Rafael Fernandes Gurjão, em 1.º de julho de 1941 (Decreto n.º 3.655), o removeu, a pedido, da 4.ª vara para a 2.ª vara. E o General Antônio Fernandes Dantas, na sua interventoria, promoveu da 2.ª para a 1.ª vara, por decreto de 23 de março de 1944. Desembargador, por decreto de 5 de agosto de 1949, no governo do Dr. José Augusto Varela, ocupando no Tribunal de Justiça do Estado, os cargos de Vice-presidente e, depois, de presidente. Aposentou-se em 27 de abril de 1953, no governo Silvio Pedroza, compulsoriamente, por haver atingido a idade de 70 anos.

Durante a sua vida judiciária, foi membro do Tribunal Regional Eleitoral, seu vice-presidente e, por algum tempo, exerceu a presidência.

Era o Des. Adalberto Soares de Araujo Amorim sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Faleceu nesta cidade, em 20 de agosto de 1968, e, durante três dias, a citada instituição colocou bandeira a meia pau, em homenagem à sua memória.

DR. FRANCISCO IVO CAVALCANTI

Nasceu o Dr. Francisco Ivo Cavalcanti em 26 de agosto de 1886, sendo filho de Ivo Cavalcanti de Andrade e Vitalina Evangelina Cavalcanti. Fez o curso secundário no Atheneu Norte-Rio-Grandense e diplomou-se pela Escola Normal de Natal, na sua primeira turma, em 1910. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1923.

Exerceu diversos cargos e funções, bastando evidenciar os seguintes:

Funcionário dos Correios e Telégrafos, professor da Escola Normal de Natal, Deputado Estadual, Consultor Jurídico do Banco do Brasil.

Como advogado, projetou o seu nome além fronteiras. Foi professor de várias gerações, inclusive, nas primeiras letras, do mestre Câmara Cascudo, de quem prefaciou o livro "O Tempo e Eu".

Jornalista, escritor, poeta, homem de teatro, participou de todos os movimentos literários da terra. Casou-se quatro vezes, deixando vários filhos. Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e membro de sua diretoria (Comissão de Fazenda e Orçamento).

Pertenceu à Academia Norte-Riograndense de Letras, como fundador, ao lado de Câmara Cascudo, Henrique Castriciano, Sebastião Fernandes, Edgar Barbosa, Aderbal de França e tantos outros.

O Dr. Francisco Ivo Cavalcanti faleceu em 11 de março de 1969.

O Instituto Histórico e Geográfico, em homenagem à sua memória, faz-se representar no seu sepultamento por diversos membros, e à beira do túmulo usou da palavra o vice-orador, Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros.

Em sessão de 29 de maio de 1971, também a "Casa da Memória" evocou a sua vida, pela cultura da província, quando proferiu conferência o sócio efetivo Antônio Antídio de Azevedo.

ATAS

ATAS

Ata da Sessão solene realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte a 24 de julho de 1965.

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, às vinte horas, em sua sede social, à rua da Conceição n.º 622, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizou uma sessão solene para comemorar a atuação da Marinha na última Guerra Mundial, conforme a convocação feita em edital publicado no Diário Oficial.

A sessão foi presidida pelo Dr. Enélio Lima Petrovich, tendo a ela comparecido os sócios: Drs. Enélio Lima Petrovich, Francisco Ivo Cavalcante, professores Luiz Correia Soares de Araújo, Santa Guerra, Dr. Manoel Varela Santigo, Srs. Antonio Antídio de Azevedo, João Carlos Vasconcelos, autoridades militares e exmas. famílias.

Não houve leitura de atas.

O Sr. Presidente, iniciando os trabalhos, expôs a sua finalidade, dando a palavra ao orador da solenidade, Capitão de Corveta Paulo Fernando Peixoto Correia Justo, que dissertou sobre o sugestivo tema — "Homenagem aos mortos (marinheiros do último conflito mundial)".

Ao terminar sua interessante palestra, o ilustre oficial da Marinha nacional foi muito cumprimentado.

Agradecendo o comparecimento dos Srs. consócios e convidados, o Sr. Presidente encerrou a sessão.

Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, irá devidamente assinada.

—oOo—

Ata da sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizada no dia 31 de julho de 1965.

Aos trinta e um de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, às desesseis e meia horas, em sua sede social, à rua da Conceição, n.º 622, O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizou uma sessão ordinária, de acordo com a convocação feita em edital publicado no Diário Oficial.

Presidiu-a o Dr. Enélio Lima Petrovich e contou com a presença dos consócios: Drs. Enélio Lima Petrovich, Manoel Rodrigues de Melo, Manoel Varela de Albuquerque, Hélio Dantas, Desembargadores Silvino Bezerra Neto e Adalberto Amorim, professores Severino Bezerra de Melo, Luiz Correia Soares de Araújo,A ntonio Gomes da Rocha Fagundes, Manoel Jácome de Lima, Santa Guerra, srs. Honório Ribeiro Dantas, João Carlos de Vasconcelos e Gumercindo Saraiva.

Abrindo a sessão o Sr. Presidente declarou que esta tinha por finalidade tratar de assunto de interesse da entidade e para comemorar o centenário do nascimento do compositor conterrâneo Antônio Pereira Dantas, conhecido por Tonheca Dantas.

Achando-se presentes os srs. professores Severino Bezerra de Melo e Honório Ribeiro Dantas, recentemente eleitos sócios efetivos do Instituto, o Sr. Presidente os declarou empossados. Ambos agradeceram a honrosa distinção de sua investidura nas funções de sócios da instituição, prometendo envidar todos os seus esforços para corresponder à confiança dos que os elegeram membros do Instituto.

Em seguida, o Desembargador Silvino Bezerra Neto ocupou a tribuna fazendo o resumo biográfico do homenageado. Após a palestra do Desembargador Silvino, falou Gumercindo Saraiva sobre o tema: Aspectos da vida de Tonheca Dantas". Ambos os oradores foram muitos aplaudidos.

Tomou parte na mesa uma filha do compositor, Sra. Antônia Dantas da Silva, que sensibilizada, em ligeiras palavras, agradeceu ao Sr. Presidente e aos oradores a homenagem prestada ao seu saudoso pai.

O Dr. Rômulo Wanderley que também assistiu à reunião fez oferta ao Instituto Histórico e Geográfico de três livros de sua autoria: "Panorama da Poesia Norte Riograndense", recentemente publicado; "A Geografia Potiguar na sensibilidade dos Poetas" e "Canção da Terra dos Carnaubais".

O Sr. Presidente agradeceu a valiosa oferta, determinando que a mesma constasse da ata.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou a sessão.

Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada irá assinada.

—oOo—

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, realizada a 25 de agosto de 1965.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e cinco, às vinte e uma hora e cinco minutos, em sua sede social, à rua da Conceição, n.º 622, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizou uma sessão solene, conforme edital publicado no Diário Oficial de 24 deste mês.

Compareceram os sócios: Drs. Enélio Lima Petrovich, Francisco Ivo Cavalcante, Hélio Dantas, Tarcísio da Natividade Medeiros, Monsenhor José Alves Ferreira Landim, professor Luiz Correia Soares de Araújo, Srs. Honório Ribeiro Dantas e João Carlos de Vasconcelos, além de algumas famílias e outras pessoas de representação social.

Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente convidou o Dr. Rui Xavier Bezerra, representante da Ordem dos Advogados Brasileiros, secção do Rio Grande do Norte, para tomar assunto à mesa da presidência. Passou em seguida a explicar a finalidade da reunião, dizendo que o Instituto, guardião da História, e a mais antiga instituição cultural do Estado, não poderia deixar de tomar parte no Dia do Soldado, nas homenagens prestadas ao grande brasileiro — Duque de Caxias — e por isto promovera a presente solenidade, designando um de seus membros, o Dr. Hélio Dantas, professor de História, para fazer uma palestra sobre o tema: "Caxias, o cidadão e o soldado".

Dada esta ligeira explicação, o orador iniciou a sua palestra. Momentos depois, chega ao Instituto, o Exmo. Sr. General Gomes Tinoco, Comandante da Guarnição Militar de Natal, acompanhado de outros Oficiais do Exército, convidados para assistirem às solenidades promovidas por aquela instituição.

O ilustre General pediu desculpas por ter chegado com atraso para as solenidades programadas, em virtude de estar assistindo a outras festividades realizadas em diversas unidades militares desta capital.

O orador interrompeu por alguns instantes a sua conferência, e o Sr. Enélio Lima Petrovich convidou o Exmo. Sr. General Gomes Tinoco para presidir à mesa, convidando igualmente, os srs. Coronel Meireles e Tenente-Coronel Esteves Caldas, respectivamente comandantes do 16.º RI e do RO, para tomarem assento à mesa da presidência.

Observadas estas formalidades, o orador continuou a leitura de sua interessante palestra, recebendo ao terminar calorosos aplausos.

O Dr. Enélio Lima Petrovich pediu a palavra para fazer três comunicações à casa.

1.º O Instituto tinha resolvido, em sessão de 19 de setembro de 1964, conferir o título de **SÓCIO BENEMÉRITO** ao Exmo. Sr. Dr. Aluizio Alves, em agradecimento aos relevantes serviços que Sua Excia., tem prestado a esta tradicional entidade, como sócio e como Governador. Apresentou então aos srs. consócios e convidados uma modesta publicação — "Nova Fase do Instituto Histórico" — contendo os discursos que foram pronunciados por ocasião da entrega do respectivo diploma, na sessão de 27 de outubro do ano passado, trabalho que após a sessão seria distribuído aos presentes.

2.º O Sr. Presidente participou à assistência que no próximo dia 28, às desesseis horas, o Instituto realizará uma sessão ordinária para tratar de interesses da instituição e na qual o sócio professor José Melquíades de Macedo fará uma palestra sobre o título — "Origem da Imprensa Natalense", e para assistir àquela reunião convidava todos os que ali se achavam.

3.º Finalmente levava ao conhecimento de todos os srs. sócios e convidados que durante a **Semana da Pátria** o Instituto estará de portas abertas para comemorar a nossa Independência, tão bem evocada no quadro colocado acima da mesa da presidência.

Após estas comunicações, o Exmo. Sr. General Gomes Tinoco encerrou os trabalhos, dizendo que se sentia muito honrado em concluir as comemorações da **Semana do Exército** no Instituto Histórico e Geográfico do Estado, o maior patrimônio da história e da tradição do Rio Grande do Norte. Encerrava assim com Chave de Ouro aquela sessão e as festividades realizadas em homenagem ao glorioso patrono do Exército Nacional — o Duque de Caxias.

Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, irá devidamente assinada.

Ata da sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizada a 28 de agosto de 1965.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de mil novecentos sessenta e cinco, às desesseis horas e trinta minutos, em sua sede social, à rua da Conceição, n.º 622, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizou uma sessão ordinária, conforme convites previamente feitos e convocação pelo Diário Oficial.

Achavam-se presentes os seguintes sócios: Drs. Enélio Lima Petrovich, Manoel Rodrigues de Melo, Hélio Dantas, Desembargador Silvino Bezerra Neto, professores Luiz Correia Soares de Araújo, Antônio Gomes Rocha Fagundes, José Melquiades de Macedo, Manoel Jácome de Lima, Santa Guerra, Drs. Boanerges Januário Soares de Araújo, Israel Nazareno de Souza, srs. Antonio Antídio de Azevedo, João Carlos de Vasconcelos e Honório Ribeiro Dantas.

O Sr. Presidente, iniciando os trabalhos, convidou o Sr. Robert Hausman, representante da Sociedade Brasil Estados Unidos, para tomar parte na mesa. Disse que a finalidade da sessão era tratar de assuntos de interesse do Instituto, para ser feito o lançamento de um livro do confrade João Carlos de Vasconcelos, com o título de "O Quadro Itagiba", e para se ouvir a anunciada palestra do sócio José Melquíades de Macedo, intitulada — "Origem da Imprensa Natalense".

Expediente: Pelo 1.º secretário foi feita a leitura do seguinte expediente: Um cartão do Sr. Valdir Cavalcanti, presidente do Centro Norte Riograndense de Pernambuco, convidando o sr. presidente do Instituto para assistir, no Recife, no dia 27 do corrente, às vinte horas, na Sociedade de Medicina de Pernambuco, ao lançamento do livro "Panorama da Poesia Norte Riograndense", do consócio Dr. Rômulo Wanderley;

Telegrama do capitão de corveta Paulo Justo confirmando sua presença nesta capital a partir de 5 de setembro, para proferir uma conferência nesta entidade sobre o tema "Guerras da Independência";

Cópia do telegrama do Sr. Presidente ao Sr. Valdir Cavalcanti, dizendo não poder atender ao convite para assistir ao lançamento do livro do Dr. Rômulo Wanderley, e comunicando que o Dr. Nilo Pereira representará o Instituto naquela solenidade;

Cópia do telegrama do Sr. Presidente ao Dr. Nilo Pereira, Recife, pedindo representar o Instituto na solenidade do lançamento do livro já citado.

Após a leitura do referido expediente, o Dr. Hélio Dantas fez entrega à mesa da conferência que pronunciou no Dia do Soldado. O Sr. Presidente agradeceu o recebimento do valioso trabalho, prometendo que oportunamente seria publicado.

O Dr. Hélio Dantas pediu a palavra para fazer uma indicação. Asseverou que nas comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922, o nosso Instituto tivera importante atuação, tendo no início das solenidades — 3 de setembro, o dia da Colonização — colocado na velha Fortaleza dos Reis Magos uma placa de bronze com a seguinte inscrição: "Os cidadãos de Natal, no primeiro centenário da Independência da Pátria, vieram em romaria a este velho baluarte de lutas gloriosas render homenagem aos antepassados gloriosos digo, colonizadores e trabalhadores que contribuíram para a formação do grande Brasil - 7 de setembro de 1922". Essa placa, acrescentou o orador, fora roubada por mãos criminosas. Agora que o Exmo. Governador do Estado. Dr. Aluízio Alves, estava construindo uma ponte de acesso ao vetusto Forte - um dos mais importantes

do Brasil - propunha que o Instituto entrasse em entendimento com o Exmo. Sr. Governador para que fosse restaurada aquela placa, com a diferença de ser desta vez de mármore, e não de bronze. A indicação do ilustre consócio foi recebida com viva satisfação pela casa, e o sr. presidente afirmou que logo que o Governador regressasse do interior, entraria em entendimento com Sua Excia. para a execução da sugerida medida.

Seguiu-se a leitura de uma proposta por vários membros da corporação apresentando para sócios honorários os desembargadores aposentados Drs. Felix Bezerra de Araújo Galvão, Virgílio Otávio Pacheco Dantas, Carlos Augusto Caldas da Silva, João Maria Furtado e José Lins Baía. Submetida a referida proposta à discussão foi aprovada por unanimidade, dispensados os intertícios dos Estatutos. Com a palavra o desembargador Silvino Bezerra justificou a referida proposta, tecendo ligeiros comentários sobre as personalidades dos candidatos apresentados.

O Sr. Presidente declarou que ia ser feito o lançamento do livro do confrade João Carlos de Vasconcelos, pedindo ao professor Antonio Fagundes saudar o autor. Desicumbindo-se da missão, o professor Antonio Fagundes pronunciou interessante discurso, historiando, em síntese, a atividade do autor como funcionário público e ultimamente como homem de letras, publicando interessantes trabalhos, todos bem recebidos em nosso meio literário. O autor distribuiu seu novo livro entre seus consócios, recebendo muitos cumprimentos.

Em seguida o professor José Melquíades de Macedo proferiu sua palestra — "Origem da Imprensa Natalense" — trabalho que agradou a toda a assistência pela importância do assunto, pela documentação segura que apresentou e pela clareza do estilo. O conferencista foi muito cumprimentado por todos.

Terminada esta parte da sessão o professor Luiz Soares fez entrega ao Instituto, em nome do Dr. Lélio Câmara, de um quadro de formatura da primeira turma de professores da Escola Normal do Estado, em 1910. O Sr. Presidente agradeceu a valiosa oferta determinando que constasse na ata da sessão de hoje esta dávida que veio aumentar a galeria da instituição.

O Sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos os sócios e convidados, e ao mesmo tempo comunicou-lhes que haveria sessão no dia 4 de setembro, como contribuição do Instituto à Semana da Pátria. Nesta Reunião o tenente da Marinha Diniz D. Lupovici fará uma conferência subordinada ao título: "Independência do Brasil".

Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, irá devidamente assinada.

—oOo—

Ata da Sessão Ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, realizada a 4 de setembro de 1965.

Aos quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e cinco, às desesseis horas e trinta minutos, em sua sede social, à rua da Conceição n.º 622, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, realizou uma sessão ordinária, de acordo com a convocação feita por edital publicado no Diário Oficial.

A sessão foi presidida pelo Dr. Enélio Lima Petrovich, e teve o comparecimento dos seguintes sócios: Drs. Enélio Lima Petrovich, Manoel Rodrigues de Melo, Manoel Varela de Albuquerque, Hélio Dantas, Boanerges Januário Soares de Araújo, professores Antônio Fagundes, Manoel Jácome de Lima, Santa Guerra e Sr. João Carlos de Vasconcelos.

Fizeram-se representar os Srs. Comandante da Guarnição Militar, o Comandante da Base Naval e o Chefe da Casa Civil do Governador do Estado.

Inicialmente, o Sr. Presidente declarou que uma das principais finalidades da presente sessão era comemorar a Semana da Pátria, tendo sido convidado o tenente da Marinha Diniz Lupovici para fazer uma conferência subordinada ao tema: "Independência do Brasil".

Ata: Pelo segundo secretário foi lida a ata da última sessão que recebeu do Dr. Hélio Dantas a seguinte emenda: "A placa que deverá ser colocada no Forte dos Reis Magos, conforme sua indicação, é de mármore do Rio Grande do Norte".

Continuando com a palavra, o Dr. Hélio Dantas propôs que o Instituto promovesse a colocação de placas de mármore do Estado nos seguintes Edifícios: Antigo Ateneu Norte Riograndense, Quartel General do Exército, antigo Palácio do Governo da Capitania, e na Catedral Metropolitana, primeira matriz de Natal.

Expediente: — Foi lido um telegrama do Exmo. Sr. Governador do Estado ao presidente, agradecendo as felicitações que lhes foram dirigidas por ocasião do seu aniversário natalício.

O Presidente comunicou, em seguida, à casa que na proposta orçamentária enviada pelo Chefe do Executivo à Assembléia Legislativa, consta uma verba de vinte milhões de cruzeiros como auxílio ao Instituto Histórico, e desta forma, a Entidade continuará o seu programa de melhoramentos que vem realizando desde o início de sua gestão.

Passou ainda a falar sobre o seu propósito de por em execução as disposições do artigo 10 dos Estatutos que prescreve: "O sócio efetivo que deixar de comparecer às sessões do Instituto sem causa justificada, durante três meses consecutivos, considerar-se-á ter renunciado esta qualidade". Em maio do ano passado, acrescentou o Sr. Presidente, foi expedido um aviso neste sentido, mas atendendo a sugestões do consócio Desembargador Silvino Bezerra, não tinha posto em execução aquele dispositivo; agora, porém, está resolvido a executar as medidas ali determinadas.

O Dr. Boanerges Soares propôs que o presidente devia solicitar do Sr. Comandante do 16.º RI a entrega da bandeira do 34.º Batalhão que operou em Canudos para ficar no museu histórico do Instituto. Prontificou-se a ir com o Sr. Presidente àquela unidade militar tratar do assunto.

Após a discussão dos assuntos mencionados, subiu à tribuna o tenente Diniz Lupovici que pronunciou sua anunciada palestra: "Independência do Brasil".

O ilustre oficial de nossa Marinha fez um retrospecto dos principais acontecimentos que visavam libertar o Brasil do domínio português, terminando com a proclamação da independência, a 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga, em São Paulo. Recebeu, ao concluir sua conferência, muitos aplausos.

Foram justificadas as faltas do Monsenhor Alves Landim, Dr. Varela Santiago e Antídio de Azevedo, estes dois últimos por motivo de doença em pessoas da família.

Ficou combinado que o Sr. Presidente iria, acompanhado do Dr. Hélio Dantas, à residência do Diretor da Faculdade de Farmácia, verificar se a pedra encontrada no antigo Ateneu é destinada ao Museu Histórico prestes a ser inaugurado ou a este Instituto.

Finalmente, o Sr. Presidente encerrou a sessão, após agradecer a presença de sócios e convidados.

Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei esta ata, que irá devidamente assinada, depois de lida, discutida e aprovada.

Em tempo: O atual Quartel General do Exército foi sede do Governo Revolucionário de 1817.

MANOEL JÁCOME DE LIMA, 2.º secretário.

—oOo—

Ata da sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizada a 30 de outubro de 1965.

Aos trinta dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, às desesseis horas e trinta minutos, em sua sede social, à rua da Conceição n.º 622, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizou uma sessão ordinária conforme convocação feita pelo Diário Oficial e convites distribuídos aos sócios e autoridades.

Compareceram os seguintes sócios: Drs. Enélio Lima Petrovich, Manoel Rodrigues de Melo, Manoel Varela de Albuquerque, Israel Nazareno de Souza, José Tavares da Silva, Desembargadores Silvino Bezerra Neto, Virgílio Otavio Pacheco Dantas, Felix Bezerra de Araújo Galvão, João Maria Furtado, Carlos Augusto Caldas da Silva, José Lins Bahia, Professores Severino Bezerra de Melo, Luiz Correia Soares de Araújo, Antônio Gomes da Rocha Fagundes, Manoel Jácome de Lima, Santa Guerra, Srs. Sandoval Wanderley e João Carlos de Vasconcelos. Além dos sócios mencionados compareceram autoridades militares e distintas famílias.

O Sr. Presidente convidou para tomar assento à mesa os srs. comandantes da Base Naval, da Base Aérea e o capitão de corveta Paulo Fernando Peixoto Garcia Justo, conferencista do dia.

Constituida, assim, a mesa, o Sr. Presidente determinou que o 2.º secretário procedesse à leitura da ata da sessão anterior que foi logo aprovada.

Após a leitura e aprovação da ata, o 1.º secretário fez a leitura do expediente que constou do seguinte:

Um ofício do Sr. José Bezerra Gomes lembrando ao presidente do Instituto que sugerisse à Camara Municipal de Natal a mudança do nome da Rua dos Pajeús, antiga Avenida 8, no Alecrim, para rua João Gastão de Navarro;

Do Diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Natal, Dr. Genário Alves da Fonseca e do Sub-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Sr. José Augusto de Albuquerque Oton, ambos agradecendo o recebimento de um exemplar da Nova Fase do Instituto Histórico.

Dois cartões do Sr. José Augusto de Souza Perez, diretor do Instituto Juvenal Lamartine, agradecendo o recebimento da Revista do Instituto e da Nova Fase do Instituto.

Um cartão do Sr. Comandante da Base Naval, convidando o Instituto para assitir a uma conferência que seria proferida pelo Capitão de Mar e Guerra Paulo Moreira da Silva, no auditório da Escola Doméstica de Natal, no dia 12 de outubro corrente.

Um cartão da Sociedade Cultural Brasil Estados Unidos convidando o Instituto para assistir à inauguração do Laboratório das Línguas, dedicado ao Espírito das Nações Unidas, no dia 23 do mês em curso.

Terminada esta parte da sessão, o Sr. Presidente declarou que a mesma tinha por objetivo tratar de assunto de interesse da entidade e para se ouvir a conferência do Capitão de Corveta Paulo Justo, programada para a Semana da Pátria e que por motivos justos não foi proferida naquela Semana.

Antes, porém, queria fazer algumas comunicações.

1.º — Compareceu à sessão realizada no dia 12 deste mês na Escola Doméstica promovida pelo comandante da Base Naval e no dia seguinte, a convite da mesma autoridade, visitou o navio oceanográfico Saldanha da Gama.

2.º — Está providenciando para efetuar uma sessão solene, no dia 15 de novembro, para comemorar a data da proclamação da República e também para fazer o lançamento do livro do Comendador Câmara Cascudo, intitulado "História da República no Rio Grande do Norte", tendo já convidado o Dr. Rômulo Wanderley para saudar o eminente escritor.

3.º — Pretende ainda promover uma festividade no dia 19 de novembro — Dia da Bandeira — na qual se fará ouvir o General Gomes Tinoco que fará uma conferência sobre o pavilhão nacional; no mesmo dia, pela manhã, haverá no Quartel General uma solenidade para ser feita a posição de uma placa, relembrando que aquele edifício foi sede do Governo Revolucionário de 1817, e para assistir à referida cerimônia convidava os Srs. consócios.

4.º — Finalmente, manifestou o desejo de promover uma sessão solene no dia 27 de novembro, trigésimo aniversário do movimento comunista de 1935, e, nesta oportunidade, o General Antônio Carlos da Silva Muricy receberá o título de Sócio Honorário do Instituto, e fará uma palestra alusiva à data. O ilustre militar será saudado pelo escritor Câmara Cascudo.

Concluídas estas comunicações, o Sr. Presidente declarou empossados os novos sócios recentemente eleitos: Desembargadores Virgílio Otávio Pacheco Dantas, Felix Bezerra de Araújo Galvão, Carlos Augusto Caldas da Silva, João Maria Furtado, José Lins Baía e o Dr. José Tavares da Silva. Expressou a satisfação que sentia em dar posse aos mesmos, esperando que, cada um, pelo seu valor, traria a sua permanente participação em prol do desenvolvimento cultural do Estado. Designou o Desembargador Silvino Bezerra Neto para, em nome do Instituto, saudar os recém-empossados. Desincumbindo-se da honrosa missão o ilustre magistrado proferiu afetivo discurso. Em nome dos novos sócios agradeceu o Desembargador José Lins Baía.

Seguiu-se a palestra do Capitão de Corveta Paulo Justo sobre o anunciado tema — "Guerras da Independência", na qual relatou, principalmente as lutas travadas após a proclamação da independência nas províncias da Bahia, do Maranhão e do Pará. O ilustre militar recebeu calorosos aplausos da seleta assistência ao terminar a leitura de sua importante conferência.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada, irá devidamente assinada.

—oOo—

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizada no dia 19 de novembro de 1965.

Aos dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, às vinte horas, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizou, em sua sede social, à rua da Conceição n.º 622, uma sessão solene, conforme convocação previamente feita pelo Diário Oficial.

A sessão foi presidida pelo Dr. Enélio Lima Petrovich e contou com a presença dos confrades Drs. Manoel Rodrigues de Melo, Luís da Câmara Cascudo, Desembargador Adalberto Amorim, Monsenhor José Alves Ferreira Landim, professores Osvaldo de Souza, Luiz Soares, Antônio Fagundes, Manoel Jácome de Lima, srs. Antônio Antídio de Azevedo e João Carlos de Vasconcelos.

A mesa que presidiu os trabalhos ficou assim organizada: representante do Comandante do 16 RI, representante da Base Aérea, representante de Base Naval, Dr. Manoel Rodrigues de Melo, presidente da Academia Norte Riograndense de Letras, Monsenhor Landim, presidente da Academia Potiguar de Letras, e Comendador Câmara Cascudo.

Organizada a mesa, o Sr. Presidente declarou que o objetivo principal da sessão era comemorar o Dia da Bandeira. Antes, porém, de facultar a palavra ao orador da solenidade, historiador Câmara Cascudo, queria fazer uma comunicação ao Instituto.

A referida comunicação estava assim redigida:

"Meus prezados consócios: Apoiada pela generosa solidariedade dos eminentes confrades, tem sido possível continuar minha tarefa em prol da remodelação e atualização do nosso Instituto Histórico. Alguma coisa fizemos, mas ainda há muito que realizar em benefício da mais antiga associação cultural do Rio Grande do Norte.

Como todas as entidades congêneres, o Instituto Histórico deveria possuir o seu brasão, isto é, o desenho que simbolizasse suas atividades, escudo que figuraria como timbre em nossos diplomas e correspondência oficial. Não o possuimos.

Todos os Institutos Históricos, começando pelo Instituto Histórico Brasileiro, ostentam seus escudos que o tempo tornou venerandos. Acredito ser de alguma urgência e de interêsse lógico essa criação na nossa heráldica intelectual.

Não podiamos, evidentemente, utilizar o escudo de armas do Estado que é privativo de sua administração. Acresce que o brasão do Rio Grande do Norte é de 1909 e o Instituto data de 1902. E somos uma instituição cultural, fundada há sessenta e três anos por um grupo de estudiosos da História e da Geográfia Norte-Rio-grandense, com regência própria e econômica humilde mas independente, no regime das subvenções e auxílios como ultimamente obtemos do Exmo. Sr. Governador do **Estado**.

Não estamos autorizados a utilizar os escudos de armas do Estado ou do Município, pelas razões óbvias que expomos.

Resta-nos o dever de criar o nosso escudo, destinado ao uso exclusivo do Instituto Histórico.

Êsse escudo deverá constar de motivos históricos, expressivos e claros e necessariamente simples, dispensando exploração e justificativas abonadoras da sua escolha.

Por conseguinte, nesta oportunidade, no ensejo do "Dia da Bandeira" que hoje se comemora, comunico aos ilustres confrades que o nosso escudo poderia constar do perfil da fortaleza dos Reis Magos, encimado pela Estrêla candente do Natal, sobre a capa de um livro, tendo como moldura duas árvores — um coqueiro e uma palmeira. Esses elementos são suficientemente eloquentes.

A Hlstória do Rio Grande do Norte começa realmente pela construção da fortaleza. Os episódios anteriores são as obscuras raízes provocadoras dessa fundação. Com a fortaleza construida inicia-se o período sistemático da nossa cronologia e da nossa documentação histórica. A fortaleza foi o primeiro ato da História positiva e durante quase dois séculos o destino do Rio Grande do Norte dependia da sua conservação.

A Estrêla do Natal é o símbolo encantador e sugestivo da nossa cidade que nasceu justamente no dia 25 de dezembro de 1599.

Ligavam-se desta maneira simbólica os dois motivos poderosos. Um material representado pela fortaleza. Outro emocional e cristão, lembrando os Santos Reis do Oriente, de tradicional e fiel devoção em nossa capital.

Decorrentemente, pela necessidade que o uso contemporâneo tem instituido por todas as associações culturais brasileiras, o Instituto possuirá a sua "Medalha de Mérito", ostentando esse desenho, destinada a premiar o labor e a dedicação daqueles que se dedicaram às pesquisas e divulgações da nossa História e da nossa Geografia, compreendendo-se o conjunto dos estudos e sua significação no interêsse do nosso Estado.

É a forma do Instituto valorizar e premiar os seus trabalhadores..."

Esta é uma comunicação que, nesta sessão solene, se faz, para conhecimento dos eminentes confrades e convidados, a fim de ser posteriormente discutida e aprovada".

Após a leitura da comunicação feita pelo próprio presidente, o consócio Manoel Rodrigues de Melo propôs que a mesma fosse transformada em proposta e aprovada imediatamente. Submetida ao plenário, foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se o lançamento do livro do sócio João Carlos de Vasconcelos — "Padre Miguelinho e a Revolução de 1817".

Antes da leitura da comunicação da criação do Brasão, o presidente lêra um ofício do Sr. Comandante da Guarnição de Natal nos seguintes termos: "Ao Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do R. N. Por motivos de ordem superior este Comando comunica a VS. que o ato simples da colocação de uma placa histórica neste QG por ocasião de uma cerimônia interna programada para 19 do corrente, fica transferida para outra oportunidade. No ensejo, renovo os mais elevados protestos de consideração e apreço. Atenciosamente — Antônio Augusto Tinôco, Genã Bda, Cmt. da ID/7 e Guarnição de Natal".

Concluída esta primeira parte da sessão, o historiador Câmara Cascudo iniciou seu brilhante discurso dizendo que não ia falar sobre as cores da bandeira e sua significação, assunto muito conhecido de todos

em festividades desta natureza. Sua preleção versaria sobre o fundador do dia da bandeira — norte-riograndense Manoel Miranda, pouco conhecido, mesmo nos nossos meios culturais. Fez assim um resumo biográfico do criador do Dia da Bandeira.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão com palavras de agradecimento ao orador e à seleta assistência.

Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada irá assinada.

Em tempo: Pelo Dr. Celso Caldas foi feita a oferta do livro: "Impressão do Brasil do século XX".

—oOo—

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizada a 27 de novembro de 1965.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil e novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, às vinte horas, realizou-se uma sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na sede social da instituição, à rua da Conceição n. 622, conforme convocação feita pelo Diário Oficial e por convites feitos aos Srs. consócios e às principais autoridades civís militares e eclesiásticas.

Compareceram os confrades: Drs. Enélio Lima Petrovich, Manoel Rodrigues de Melo, Luís da Câmara Cascudo, Manoel Varela de Albuquerque, Boanerges Januário de Araújo, Alvamar Furtado de Mendonça, Desembargadores Silvino Bezerra Neto, Carlos Augusto Calda da Silva, Felix Bezerra de Araújo Galvão, professores Severino Bezerra de Melo, Luiz Correia Soares de Araújo, Manoel Jácome de Lima, Srs. Antônio Antídio de Azevedo, João Carlos de Vasconcelos e o Dr. Tracisio Medeiros.

O Sr. Presidente convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa que presidiu os trabalhos: Representantes do Exmo. Sr. Governador do Estado; General Antônio Augusto Gomes Tinôco, comandante da Guarnição Militar de Natal; General Antônio Carlos da Silva Muricy, orador da solenidade; Almirante Tertius Rebello, prefeito da Capital; representante do Exmo. Revmo. Sr. Dom Nivaldo Monte; Comandante do CIAT; representante do Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado; Comandante da Polícia Militar do Estado; Historiador Câmara Cascudo; e o Presidente da Academia Norte-Riograndense de Letras.

Abrindo a sessão, o Dr. Enélio Lima Petrovich explicou que a principal finalidade da reunião era homenagear a memória das vítimas da intentona comunista de 1935, no transcurso do seu trigésimo aniversário e a entrega do diploma de sócio honorário do Instituto ao Sr. General Muricy, que será o orador da solenidade, discorrendo sobre o tema: "O movimento comunista de 1935, face à técnica da guerra revolucionária".

Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao historiador Câmara Cascudo para saudar o General Muricy no momento em que ingressava no Instituto, como sócio honorário. Desincumbindo-se da honrosa missão, o Comendador Câmara Cascudo proferiu eloquente discurso de saudação, e, ao terminar, pediu ao Sr. Presidente para entregar o título de sócio honorário ao novo membro da entidade, o que foi feito debaixo de vibrantes aplausos.

Após essa cerimônia, o General Muricy subiu à tribuna para pronunciar sua importante palestra, tendo antes agradecido, bastante sensibilizado, a saudação que lhe fôra feita pelo escritor Câmara Cascudo e a honra que acabava de receber, sendo inscrito na classe de sócio honorário do Instituto. A brilhante conferência do novo sócio foi ouvida com

a maior atenção e grande interêsse pela seleta assistência. As últimas palavras do orador foram aplaudidas por calorosa salva de palmas.

Encerrando os trabalhos, o Sr. Presidente declarou: "Depois das palavras do mestre Cascudo e do General Antônio Carlos da Silva Muricy, que constituem sem dúvida alguma uma grande lição de civísmo e de amor à Pátria, o que me cabe dizer mais nesta noite? Evidentemente nada. Apenas cumpre-me agradecer, em nome desta casa, a presença das autoridades, dos ilustres confrades, das distintas famílias e de todos que nos honraram com sua visita neste histórico 27 de novembro.

Mais uma vez o Instituto Histórico cumpriu com a sua alta finalidade".

Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, irá devidamente assinada.

—oOo—

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizada no dia 10 (dez) de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco (1965).

Aos dez dias do mês de dezembro de mil e novecentos e sessenta e cinco, às vinte horas, em sua sede social, à rua da Conceição n.º 622, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte realizou uma sessão solene, conforme convocação feita pelo Diário Oficial.

A esta sessão estiveram presentes os sócios: Drs. Enélio Lima Petrovich, Manoel Rodrigues de Melo, Luís da Câmara Cascudo, Abelardo Calafange, Veríssimo de Melo, Desembargador Adalberto Amorim, Professor Severino Bezerra de Melo, Srs. Francisco Amorim e João Carlos de Vasconcelos.

O Dr. Enélio Lima Petrovich, convidou para fazer parte da mesa os Doutores Francisco Montenegro, Nilo Pereira e Edgar Barbosa. Após a constituição da mesa, o Presidente propôs um voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Aristófanes Fernandes, determinando que esta proposta constasse da ata.

Seguiu-se a entrega do diploma de "sócio correspondente" ao professor Francisco Montenegro, tendo sido antes saudado pelo professor Edgar Barbosa. Após esta cerimônia o sócio recem-empossado, proferiu a anunciada conferência intitulada: "Itinerário Sentimental de Ceará-Mirim". O orador concluiu a leitura do seu interessante trabalho, sob calorosos aplausos.

Encerrando a sessão, o Sr. Presidente pronunciou ligeiro discurso, demonstrando o seu regozijo pela belíssima conferência do professor Francisco Montenegro, a quem apresentou sinceros parabéns. Concluiu, textualmente:

"Estou traduzindo a alegria desta casa, dos seus sócios, desta seleta assistência, de todos enfim que reconhecem através da cultura a razão da existência do porque da nossa vida, cada qual procurando cumprir com o seu dever, modesta e obstinadamente. Agradeço a presença de todos, e o nosso Instituto — a mais antiga instituição cultural do Estado — cumpriu, mais uma vez, com a sua finalidade no quadro do desenvolvimento intelectual da província. Honra, portanto, não só para nós que aqui estamos reunidos, mas com a presença do professor Francisco Montenegro, do eminente conterrâneo Nilo Pereira e do escritor Leduar de Assis Rocha, quem se ufana é o próprio Rio Grande do Norte".

Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, irá assinada.

SUMÁRIO

A nossa palavra — Enélio Lima Petrovich ... 3-4

Sertanejo e Amazônia — Luís da Câmara Cascudo 5-9

Vicente de Lemos, o fundador — Antônio Soares Filho 11-24

Bernardo Vieira de Melo e a guerra dos bárbaros — Tarcísio Medeiros 25-50

História da imprensa no Rio Grande do Norte — M. Rodrigues de Melo 51-59

Em homenagem ao Des. Silvino Bezerra Neto — Manoel Varela de Albuquerque 61-66

Velhas heranças — Hélio Galvão 67-92

Relatório das atividades do Instituto Histórico — Enélio Lima Petrovich 93-98

Um acidente geográfico — Minervino W. de Siqueira 99-101

O Historiador Rodolfo Garcia — José Bezerra Gomes 103-105

Necrológios: Professor Luiz Correia Soares de Araújo, Desembargador Adalberto Soares de Araújo Amorim e Dr. Francisco Ivo Cavalcanti 107-111

Atas 111-124

Publicação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, com a ajuda do **Conselho Federal de Cultura.**

Trabalhos gráficos executados pela Editora Universitária do Rio Grande do Norte, sendo Reitor da Universidade o Professor Genário Alves Fonseca e Diretor da Editora o Professor Geraldo Batista de Araújo. Terminou-se de imprimir em agosto de 1974.